



**BOLETIM**

**DA**

**SOCIEDADE**

**LUSO-AFRICANA**

**DO**

**RIO DE JANEIRO**

**SEGUNDA**  
**SÉRIE-N.<sup>OS</sup> 10 e 11**

# IMPORTANTE



**CARTONAGENS FINAS**  
PARA  
QUALQUER INDUSTRIA  
só  
**Alves Freixo & Cia.**  
Rua do Lavradlo, 101  
Telefone: 22-8893  
**RIO DE JANEIRO**

**PARTE DOS CLICHÉS QUE ILUSTRAM ÊSTE BOLETIM**

Foram confeccionados no

**ATELIER DE GRAVURAS**

DE

**SILVA & BARRETO**

Av. Gomes Freire, 43—Fone 22-8894

**RIO DE JANEIRO**



**BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO**

Rua 13 de Maio n.º 33 - 5.º andar

RIO DE JANEIRO - BRASIL

"As ideias não se vendem, dão-se" — TEÓFILO BRAGA

**Distribuído gratuitamente**

N.ºs 10 e 11  
Segunda Série

COMISSÃO DIRECTIVA

António de Sousa Amorim (Redactor) — Alamiro Andrade  
e Francisco das Dôres Gonçalves

Agosto a Dezembro  
1934

# ANTÓNIO ÉNES



**A**NTES de seguir com destino a Moçambique, já António Énes havia afirmado a sua vigorosa personalidade entre a pleiade dos homens ilustres do seu tempo, tanto pelos primores do seu alto espírito rasgadamente liberal, como pela fôrça irradiante e criadora da sua inteligência, que desde cedo o consagrara jornalista brilhante, dramaturgo festejado, político clarividente e diplomata subtilíssimo. Mas foi sôbretudo na qualidade de Comissário Régio e Governador da Africa Oriental Portuguesa, numa hora agitada e incerta, que as suas virtudes, a capacidade de organizar, dirigir e animar; o fogo vivo do seu patriotismo ardente, todos aquêles dotes em suma, que formavam e constituíam o complexo da sua personalidade, se

manifestaram e impuséram com irresistível e triunfante poder fascinador a todos quantos seguiram o desenrolar dos seus planos, e principalmente àqueles que fôram os executores, confiantes e ardorosos, das suas ordens, — êsse púgilo de oficiais de que António Énes se fizéram rodear, convencido e seguro, muito antes de Lyautey o proclamar para que o mundo tal ouvisse e soubesse, de que um grande, um autêntico chefe, aquêle que verdadeiramente merece êste título, não pode nem deve ser um simples técnico, mas um especialista de idéas gerais e largas vistas.

O poder das armas valia muito para êle, mas acima dêsse poder colocou sempre as fôrças morais, que cultivou e fez cultivar sem desfalecimentos, mórmente no seio das tropas, entre aquêles homens que tinham de empunhar e ser-

vir-se das armas, caso preciso, e cujas almas era mistér conservar bem longe das investidas do desânimo, mantendo-as sempre alerta, confiantes na vitória e dispostas a todos os cometimentos.

António Ênes soube lutar e vencer. E mais ainda: fez-se amar pelos seus subordinados, muitos dos quais em breve se metamorfosearam em colaboradores activos e continuadores da sua obra e do novo ciclo colonialístico por êle começado de modo tão auspicioso como brilhante.

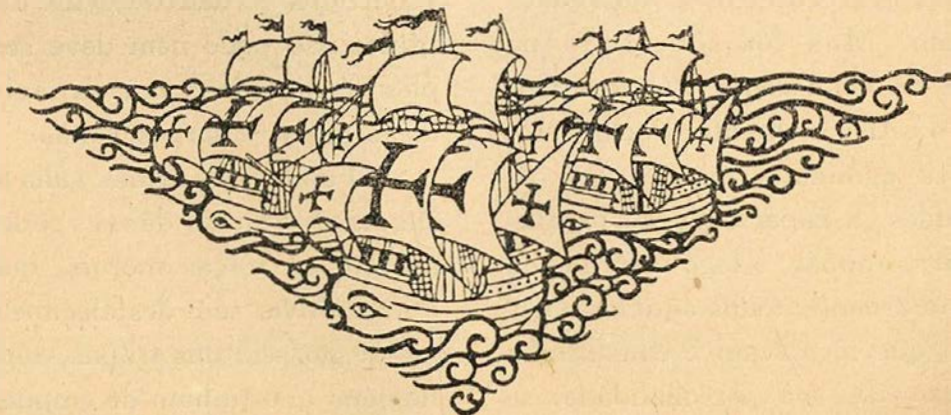
Esse novo ciclo não constitui, todavia, uma restauração das nossas tradições colonizadoras, um reatamento da nossa inclinação para as duras tarefas ultramarinas. Esquece-se a maioria dos que reverenciam a memória de António Ênes, que não se pode louvar a sua obra, defendendo certas doutrinas e fórmulas esdrúxulas, que são a negação formal e até grosseira do seu idealismo e da causa liberal por êle servida com exemplar devotamento nos mais eminentes postos. Todos aquêles predicados, podemos repeti-lo afoitamente, nos estão, como sempre estiveram na massa do sangue. Jamais os poderíamos ter perdido ou consentido que se houvessem quebrado, a menos que degenerássemos e deixado

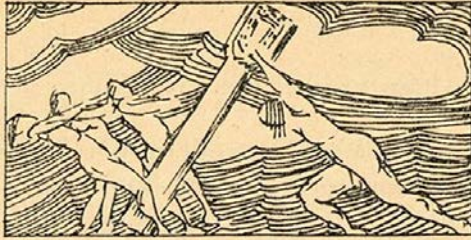
apagar em nós aquêles traços que nos identificam como a raça sôbre todas privilegiada; “a única — segundo a opinião insuspeita e o conceito autorizado do sábio pensador brasileiro, Dr. Luís Pereira Barreto — que teve o dom de anular a seu favor as mais inclementes influências climatéricas: o aclimatamento universal é o seu apanágio”.

Ora um povo assim dotado não pode nem poderia em nenhuma circunstância ter perdido os seus remotos e ancestrais pendores pelas tarefas criadoras do Além-Mar, de modo que não houve restauração ou reatamento, mas o natural dealbar de uma nova fase, possivelmente mais brilhante, a colheita, enfim, dos resultados de muitos séculos de penosos e absorventes trabalhos...

¿Não acham que já é tempo de acabar com êsse espectáculo pouco digno de atirar portugueses contra portugueses, de fazer desaparecer e reaparecer como nas mágicas as nossas qüalidades raciais e virtudes cívicas em mero louvor de vaidades pessoais, paixões sem grandeza e fórmulas inconsistentes, prejudicando a Nação e os seus mais altos e permanentes interêsses?

Francisco das Dôres Gonçalves





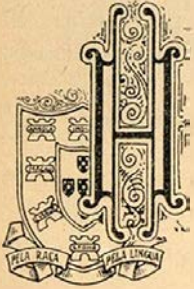
## OS DESCOBRIMENTOS

# TERRESTRES DOS PORTUGUESES

PELO CORONEL JOÃO ALEXANDRE LOPES GALVÃO

SECRETÁRIO GERAL DA SOCIEDADE DE GEOGRAFIA DE LISBOA

(ESPECIAL)



HOJE já ninguém discute a prioridade dos descobrimentos marítimos dos portugueses, nem sequer tenta diminuir-lhes a importância.

Todos concordam em que fomos nós que devassámos o oceano Atlântico, o oceano Indico e o oceano Pacífico.

Descobrimos o Cabo da Boa Esperança, cujo nome, por si só, traduz uma epopeia, fomos à Índia e à China, descobrimos o Japão, tornamos conhecidas as Molucas, bordejamos todo o litoral oriental das Américas, estivemos, em fim, em toda a parte.

E assim o grande épico pôde exclaimar:

*"E se mais mundo houvera, lá chegára!"*

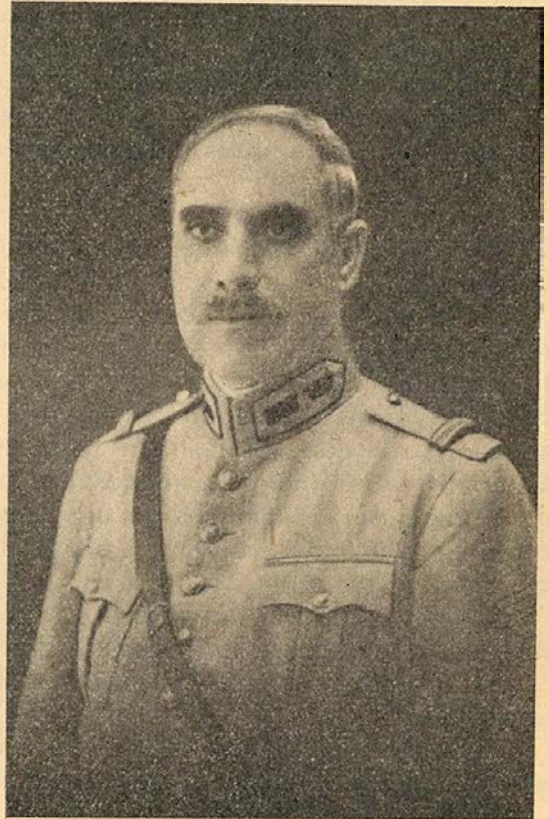
Os portugueses descobriram todos os continentes.

Que importa que os fenícios tenham feito, anteriormente, o périplo de África?

Que importa que os árabes já estivessem percorrendo com os seus pangaios as costas da Índia e da África até Mombaça?

Para o mundo civilizado de então, o que se passava por àquém das colunas de Hércules, por um lado, e por além de Asia Menor e do Egipto, pelo outro, era lenda, era mistério, era terror.

O mar tenebroso, como então se chamava ao oceano conhecido, punha os cabelos em pé aos mais ousados, quando pensavam em penetrá-lo.



CORONEL J. A. LOPES GALVÃO

*“Arrepiam-se as carnes e o cabelo  
A mim e a todos, só de ouvi-lo e vê-lo!”*

Assim se expressava o cantor das nossas glórias, descrevendo a passagem do Tormentório.

Enquanto os portugueses se não atreveram a lutar com o mar, ninguém mais o fez. Quando, porém, constou que nós havíamos transpôsto o Cabo das Tormentas, que o Rei venturoso transformou em Boa Esperança, e que conseguimos ir até à Índia, todos se transformaram em grandes navegadores, chegando a disputar-nos a glória de termos sido os primeiros na grande aventura.

A verdade é que o mundo só não foi todo nosso, então, porque nós não tínhamos braços para o abarcar.

Por isso consentimos em o dividir em dois, metade para os portugueses e metade para os espanhóis, que, estimulados por nós e servindo-se dos nossos capitães e dos nossos conhecimentos, comprados, quantas vezes, a peso de ouro, fôram também à América, que nós havíamos já descoberto, explorando-a para o sul do equador.

Da mesma maneira que o ousado mareante David Melgueiro, fazendo a sua arrojada viagem pelo mar ártico, nos mostrava que o oriente era acessível, contornando a Europa, a Ásia, pelo norte, outro não menos ousado navegador, caminhando para ocidente, contornava o continente americano pelo mar da Groelândia e pelo estreito, hoje chamado de Behring, demonstrando ambos a descontinuidade dos continentes.

Ficou provado que a Índia era acessível por mar, quer caminhando para oriente, quer caminhando para ocidente.

\*  
\* \*

Feitos os descobrimentos marítimos e não havendo mais segredos a desvendar no mar, seguia-se a exploração das terras.

E essa exploração fez-se, ao contrário do que muitas supuseram. E' certo que não adquiriu o interêsse, não despertou o entusiasmo que atingira a exploração marítima. Dir-se-ia que a energia indômita dos portugueses se alquebrára nas lutas com o mar. Mas não. O que acontecia é que nós não podíamos chegar para tudo: para sulcar os mares, e para conquistar as terras. Se o mar se mostrava realmente pequeno para as nossas naus e caravelas, a terra era grande de mais para os poucos portugueses que então havia. Apesar disso, fundámos o império da Índia, fundámos a grande colônia do Brasil e fixámo-nos por tôda a parte.

Mas a ocupação ia ser metódica, como metódicos tinham sido os descobrimentos, planeados e dirigidos da grande Escola de Sagres.

Impunha-se expulsar os mouros de ao pé da porta, para dar continuidade à expansão.

E essa obra iniciou-se. Levou-nos ela ao desastre de Alcácer Kibir, que só não foi vingado porque atrás dele veio desastre maior, a perda da independência.

Mas, mesmo assim, não deixámos de continuar a trabalhar na obra dos descobrimentos terrestres. Se a todos tínhamos ensinado o caminho dos mares, a todos continuávamos a ensinar o caminho das terras, como mais tarde havíamos de ensinar o caminho do ar.

O que se sabia, ao tempo, do interior da África? Nada.

O que se sabia do interior da Ásia? Nada.

O que se sabia do interior da América, tanto do Norte como do Sul? Nada.

Coube ainda aos portugueses a glória de ensinar aos outros povos os caminhos que conduziam ao interior dos continentes e desvendar os mistérios e as lendas que se teciam à volta dos povos que os habitavam.

Assim, pela mão de Bento Góes tornámos conhecido o interior da Ásia. Ao mesmo tempo que por mar alcançávamos a China e nos estabelecíamos em Macau e em Pekin, por terra íamos abrindo também caminho, guiados pelo ideal cristão.

Era preciso realmente ter-se um grande ideal de fé para se arrastar com os perigos e com os sacrifícios que uma viagem por terra acarretava naqueles tempos em que nem caminhos havia !

As inclemências e privações a que os pobres exploradores estavam sujeitos, ainda hoje nos horrorizam só de lê-las.

Pois Bento de Góes, arrastando com a oposição dos homens e com a adversidade dos elementos naturais, põe-se a caminho à procura de outros homens, cuja índole completamente se desconhecia e à procura de terras de que mal se falava.

O que era o Cathaio a que séculos antes se referira Marco Polo? Que povos habitavam o interior da Ásia? Bem escassas eram as informações que Marco Polo trouxera para o ocidente.

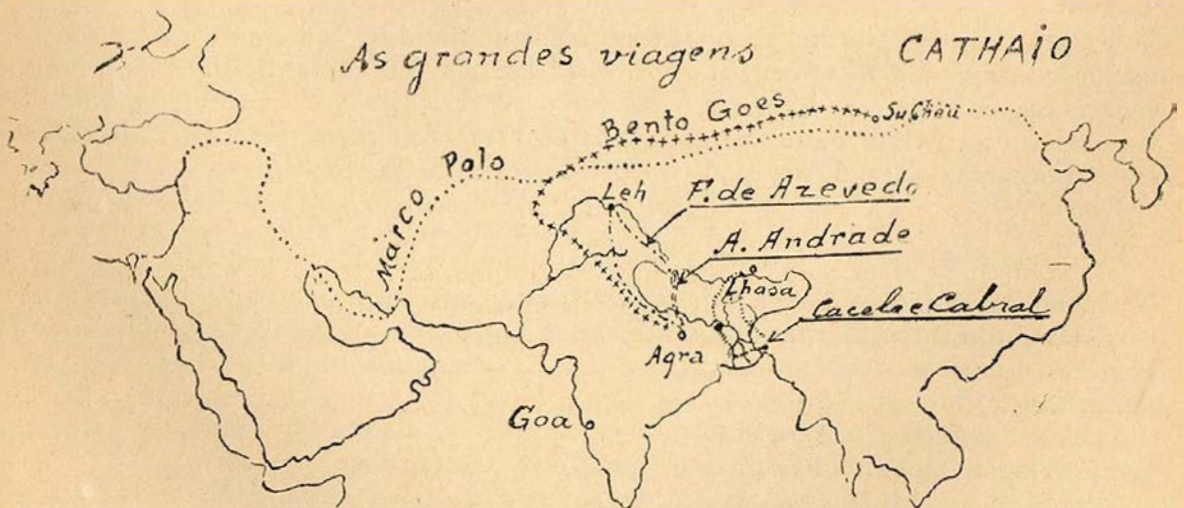
Sabia-se apenas que êle estivera no interior da Ásia e que lá exercêra grande influência sôbre os governantes do povo que ali encontrára.

Marco Polo foi uma espécie de conselheiro privado e chegou mesmo a ser Comissário imperial do Koubilai Khaan (imperador târtaro). Mas nada mais se sabia. Não deixou relatos nem memórias que permitissem ajuizar, a quem quer que fôsse, do que se passava no interior daquele continente, que parecia ainda mais tenebroso do que o mar que o envolvia.

Marco Polo abalançou-se a ir até à capital do reino târtaro (Cathaio), porque as caravanas que faziam a permuta entre o oriente e o ocidente lhe abriam o caminho e lhe asseguravam protecção.

Outro tanto não acontecia a Bento Góes que caminhava por terras não trilhadas e por tôda a parte encontrava obstáculos à sua marcha.

Examinando o caminho seguido por Bento Góes, vê-se bem quanto mais difícil e mais perigoso era o trajecto deste explorador que não levava credenciais de ninguém. A sua viagem está traçada no esbôço a seguir.



Nêle podemos ver também as viagens de outros portugueses ilustres que se não lograram cobrir tão vastas regiões como Bento de Góes, nem por isso tiveram de lutar com menores perigos para alcançarem os seus objectivos.

Assim aconteceu com António de Andrade e a Francisco de Azevedo.

A viagem de Andrade foi relativamente curta, mas cheia de maiores perigos, talvez de mais graves accidentes que a de Bento de Góes. Foi êle o primeiro europeu a penetrar no reino do Thibet.

Ninguém até então ousára transpôr as suas fronteiras defendidas pela rudeza dos montes, pela aspereza do clima e pela ferocidade dos homens que o habitavam.

Pois Andrade, lutando contra tudo isso, consêgue, primeiro do que ninguém, pisar as nascentes do Indu e do Ganges; entrar nos territórios do Thibet e estabelecer uma Missão religiosa num país absolutamente dominado pelo Budismo e pelo mahometismo, em guerra aberta com Roma.

Foi Andrade que primeiramente tornou conhecida Lhasa, capital do vasto império thibetiano, isolado, por todos os lados, por elementos naturais que lhe asseguravam completa independência. Foi êle que tornou conhecida a formidável cordilheira do Himalaia de que ninguém falava antes.

Bento de Góes contornou essa formidável muralha da natureza pelo lado de oeste; António de Andrade e Francisco de Azevedo atacaram-na de frente e transpuseram-na por um dos pontos de mais difícil acêso.

Ambos estiveram próximo dos picos donde saem os grandes rios Indu, Ganges e Bramaputra. Não são êles os mais altos da formidável cordilheira. O monte mais alto é o Everest, o qual, tempos depois era contornado por noroeste por dois outros exploradores, igualmente portugueses, Stephen Cacela e João Cabral, nas suas tentativas para alcançarem Lhasa. Cacela era natural de Aviz (Évora) e Cabral de Celorico da Beira.

Lhasa somente veiu a ser atingida, mais tarde, por Grueber e Albert d'Orville. Mas se o conseguiram foi porque Andrade, que não pudéra percorrer o país que descobrira, deixára a informação de que por Bengala se deveria tentar, com melhor êxito, alcançar aquela capital.

É de notar que todos os nossos exploradores sacrificaram a vida em holocausto ao amor da pátria.

Bento de Góes morre em Sucheu, ao termo de dois anos de lutas esforçadas, Cacela morreu em Shigatse, nas márgens do Bramaputra, a poucos dias de distância de Lhasa. Os outros, se não morreram em viagem, morreram da viagem.

Para bem se ajuizar de quanto o interior da Ásia era ainda desconhecido naquele tempo, basta referir que um dos "Lamas" do Thibet, com quem Cabral esteve em contacto, o informou que havia realmente um reino chamado Cathaio e que o melhor caminho para o atingir era seguir por Kashgar, a milhares de quilómetros para oeste, nos confins da cordilheira do Himalaia !

\*  
\* \*

Não há pois dúvida de que é aos portugueses que cabe a glória de terem tornado conhecidos do mundo civilizado os segredos da grande Ásia com os seus pagodes e com as suas muralhas, as suas superstições, os seus ídolos e os seus mistérios.

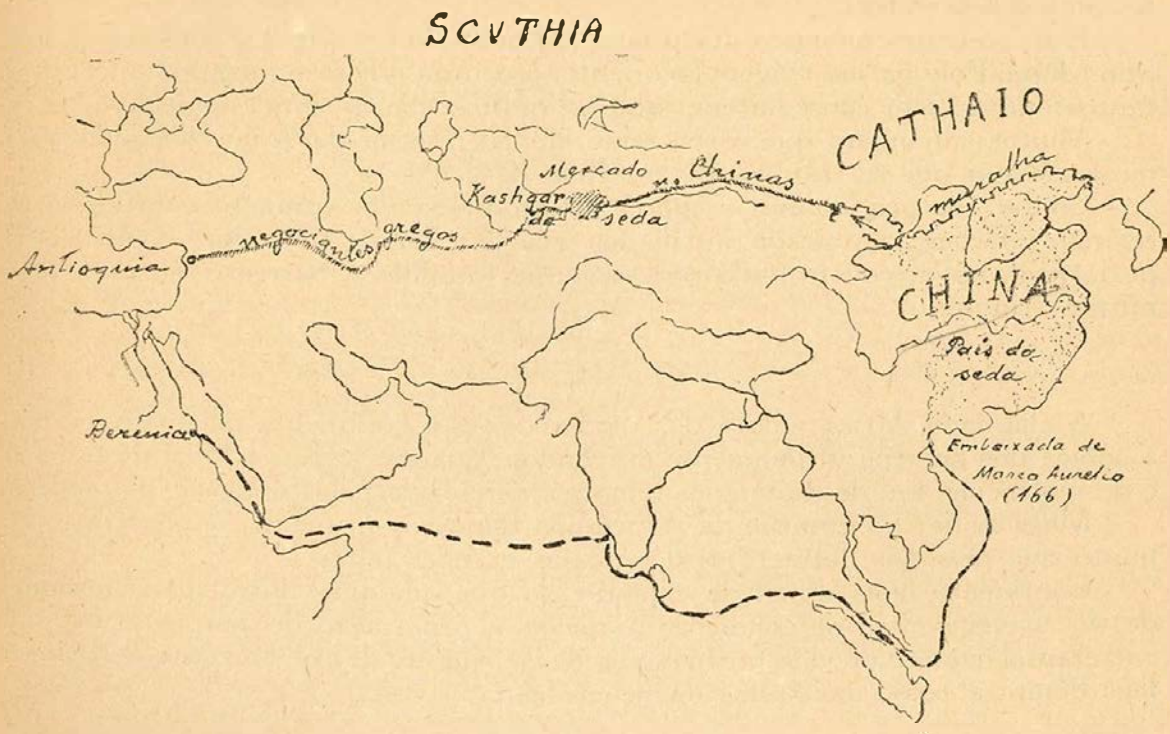
Desde tempos memoráveis que a China, ou melhor, o reino do Cathaio, tinha relações comerciais com o ocidente: é verdade.

O mundo antigo abrangia já uma parte da Ásia. Era conhecida a India, ao sul, e a Scythia, ao norte. Strabão dava a Ásia limitada a leste pelo mar; mas o continente, ao que se supúnha, não ia muito além da India, já conhecida.

O império de Alexandre, que fôra dos mais avançados, no sentido do oriente, não ia além do rio Indu. Limitava-o a Scythia que os altos montes de Emodes (Pamir) defendiam das investidas dos grandes conquistadores.



Os negociantes chineses, que vinham ao ocidente fazer a permuta da sêda, trilhavam sempre o mesmo caminho, pelo norte do Thibet, seguindo o planalto de Pamir, pela márgem esquerda do rio Tarim, afim de evitarem o formidável deserto de Gobi, onde sômente se encontrava a desolação e a morte.



O mercado das sêdas fazia-se em Kashgar, cidade que ainda hoje existe e é a capital do Turkestão oriental.

Os negociantes gregos partiam, em grandes caravanas, de Antioquia, na Ásia Menor, e iam, através da Média e da Bactriana, (Turkestão ocidental), até aquele mercado, onde a permuta se fazia. Nem umas nem outras caravanas se aventuravam a transpôr o Kashgar.

Depois dos gregos viêram os venezianos, e as novas caravanas estabeleceram maiores relações de apròximação que permitiram a Marco Polo ir, com relativa segurança, na companhia de seu pai e de seu tio, até Shangtu, onde todos fôram recebidos pelo grande Khan (rei dos tártaros). Isto passára-se em 1275.

Já em 1260 Nicolo e Maffeo Polo que éram comerciantes de Veneza, tinham estado no Cathaio (China), onde fôram recebidos pelo grande Khan Kubla, que os encarregou duma missão política junto do Pápa Clemente IV.

Assim, Marco Polo, filho do primeiro, pôde conseguir a confiança absoluta do monarca quando ali chegou, entendendo-se bem com êle, porque já falava a língua.

O comércio com a Ásia fez-se durante muito tempo, pelo Pôrto-Euxino (mar negro). Marco Aurélio tentou a ligação com o Cathaio por mar, partindo os barcos do Egipto, mas essas relações perderam-se. Por isso na época em que nós iniciávamos os descobrimentos, nem sequer se sabia o que era a China.

Foi aos portugueses que coube a glória do seu descobrimento, por mar e por terra, verificando-se que o Cathaio dos antigos éra, nem mais nem menos, do que uma grande parcela da própria China que se estendia pelo território Manchu, hoje tão falado e onde uma dinastia tártara, usurpadora, estava go-

vernando ao tempo. Nem é de admirar esta ignorância das coisas do extremo oriente.

O Prestes João, às portas do mundo civilizado, e como êle civilizado também, constituía um enigma que só também os portugueses haviam de ser capazes de desvendar.

Este poderoso monarca era procurado desde longa data: procurou-o o próprio Marco Polo na sua viagem ao oriente, procurou-o Bubenquis, procuraram-no tantos outros, sem conseguirem, sequer, localizar-lhe os domínios.

Muitos supúnham que o seu reino era no interior da Ásia, chegando mesmo a afirmar que se tratava de um Khan da Tartária.

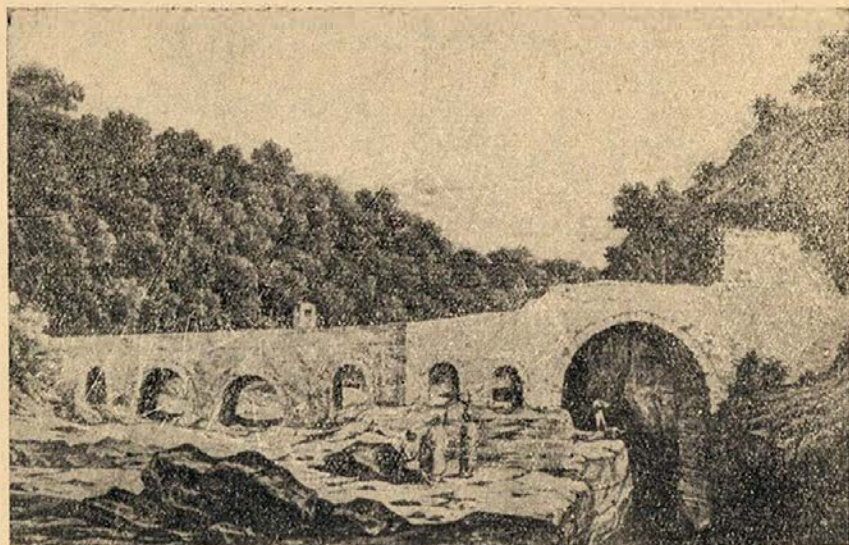
Coube aos portugueses a glória de estabelecerem contacto com êle e de criarem relações de amizade, auxiliados pela fé religiosa, que, aliás, o povo etiope já professava, constituindo por isso uma formidável barreira contra o Islamismo triunfante.

\*  
\* \*

A chamada África ignota dos modernos, esse continente de mistérios que a cobiça dos homens ultimamente desvendou, quantas vezes, à fôrça de cruezas e de violências, foi, desde tempos remotos, percorrida pelos nossos exploradores.

Mais ainda: no coração da África nós fomos os primeiros a penetrar, por muito que pèse aos detractores dos nossos grandes feitos.

Continente mais difícil de explorar do que qualquer outro, pela ausência de rios navegáveis e de condições propícias à penetração do europeu, êle foi, entretanto, conhecido dos portugueses desde que os descobrimentos marítimos lhes dêram a posse das testas da penetração.



Assim, a região dos lagos, alvo das maiores cobiças nos tempos modernos, foi percorrida de norte a sul, em primeiro lugar por Jerónimo Lobo e Francisco Pás. Fôram êles que descobriram as nascentes do Nilo Azul. E fôram os portugueses que no século XVI construíram sôbre êste rio, duas grandes pontes de alvenaria, uma em Abate, perto do lago Uzana, donde êle provem, e outra em Avala Andabé, 50 quilómetros a jusante da primeira.

Duarte Lopes descreve já em 1578 o Nilo, o regíme das suas cheias, os lagos donde nasce, etc.

Mais ainda: dá êle relação do lago que hoje chamamos Tanganica e do lago Vitória Nianza, situado sob o equador, fixando-lhe a largura em 220 milhas.

Do primeiro, diz êle, o Nilo em linha recta para o norte, indo até ao segundo, que é maior que o primeiro. E assim por aí fóra.

Nas suas linhas gerais, a descrição está certa e comprova que Duarte Lopes explorou tôda a região.

É pois, menos exacto que tenha sido o inglês Speke quem, no século passado, descobriu as nascentes do Nilo. Estavam descobertas 266 anos antes, por mais de um português até.

Lamentável é que publicações, de responsabilidade da Enciclopédia Britânica, dêem curso a afirmações menos exactas, falseando a história, só para engrandecer os seus.

Foi assim, com o propositado esquêcimento dos nossos feitos, que se preparou o ambiente para a conferência de Berlim de 1885, onde as márgens do Tanganica fôram distribuídas pela Bélgica, pela Gran Bretanha e pela Alemanha.

Podiam ao menos ter deixado aos portugueses a glória do descobrimento, que em nada prejudicava o retalhamento da pele.

Pedro de Évora e Gonçalo Eanes internam-se na costa da Guiné e vão a Tambuctu, onde igüalmente vão Rodrigo Rebelo, João Lourenço e outros. Apesar disso, também os franceses, seus donos hoje, ignoram ou fingem ignorar que ali estivêmos no século XVI.

A África foi atravessada inúmeras vezes por nós nos séculos XVI, XVII e XVIII, por muito que pese aos Levingstones que se enfeitaram com essas honras.

Veja-se o feito de Gregório de Quadro, por exemplo, que depois de percorrer a Arábia e a Etiópia se interna no continente e vai até ao Alto Congo.

Baltazar Rebelo de Aragão vai de Caimbambe, nas márgens do Quanza, Angola, ao Monomotapa, na África Oriental.

Gonçalo Caetano Pereira parte do rio de Sena e vai até ao Cazembe, no coração de África e aí vive por largo tempo com seu filho.

O major Francisco José Coimbra parte de Sena, na África Oriental, visita os grandes potentados negros do Cazembe e Muziri, passa ao Bié, donde segue para Benguela. Percorre assim uma imensa região de que só modernamente se voltou a falar, porque só agora se lhe atribuiu valor económico.

As explorações modernas, feitas pelos estrangeiros Levingstone, Stanley, Brazza, etc., abriram caminho os exploradores Monteiro e Gamito que atravessaram a África numa época em que não havia imprensa ávida de notícias sensacionais que pusêsse em relêvo os grandes acontecimentos, atraíndo para eles as atenções gerais.

O ilustre colonial, coronel Roma Machado, publicou no Boletim da Sociedade de Geografia de novembro e dezembro últimos, uma relação de 135 nomes, que fizéram grandes explorações em África, documentada. E declara-a ainda incomplêta.

Que povo há aí que nas épocas mais remotas ou nos tempos mais recentes possa apresentar uma pleiade de nomes assim?

Qualquer das viagens feitas pelos nossos exploradores de outros tempos vále mais do que tôdas as realizadas pelos exploradores modernos com o Levingstone à frente.

Levingstone foi ao interior da África, é certo, mas pela mão dos portugueses.

Sem as nossas credenciais e as facilidades que lhe proporcionamos, êle não se atreveria a internar-se no sertão.

Há lá paridade alguma entre a viagem de Levingstone, feita já com comodidades e com quinino, seguro de que nenhum mal lhe aconteceria e a travessia,

por exemplo, de Baltazar Rebelo Aragão explorando, em 1598, o interior da A'frica, que atravessou, indo de Caimbambe ao poderoso Monomotapa?! Há lá paridade com Duarte Lobo, que percorreu os lagos donde o Nilo brota, sem a menor comodidade, sem a mais ligeira informação, sem a mais ténue garantia de segurança?!

Tivéssem os nossos exploradores antigos as trombetas da fama às suas ordens; fôsem êles estipendiados pelos Govêrnos ou pelas Sociedades particulares, filantrópicas ou não, mas que distribuíam, a rôdos, dinheiro aos seus exploradores e Portugal seria tão grande nos descobrimentos terrestres como o fôra nas conquistas marítimas.

Mas os nossos pobres exploradores só tinham a guiá-los e a protegê-los, nas suas ousadas tentativas, a fé religiosa, que aliás, no dizer de Vieira, remove montanhas. Nem o dinheiro a iguála na sua fôrça de persuasão.

Nós não tínhamos dinheiro, não tínhamos grandes recursos, mas tínhamos uma alma grande, cheia de fé e de patriotismo, que nos levava a sacrificar com alegria a vida. Assim aconteceu com Bento de Góes e com tantos outros.

Não éra o interêsse material que nos movia, não éra a ambição de glórias, não havia mesmo o intuito de engrandecer territorialmente o país, que nos guiava, ao contrário do que acontecia com Levingstone, Brazza, Stanley e tantos outros, mas éra, sim, o ardente desejo de alargar a fé.

Foi a bandeira da fé que os levou a obrar prodígios de que nenhum dos modernos exploradores seria capaz.

Andrade, para subir o Himalaia, dorme sobre a neve, entranha-se por gargantas apertadas, trepa pelos penhascos, perde dedos gangrenados pelo frio, mas tudo isto suporta alegremente para maior glória de Deus, segundo a sua divisa.

\*  
\* \*

Se da A'frica passamos à América, lá encontramos as mesmas aventuras, os mesmos feitos heróicos, os mesmos empreendimentos arrojados, as mesmas temeridades.

Pedro Teixeira é um grande explorador do rio Amazonas, percórre-o desde o Pará até ao rio Napo, perto do Iquito, no Equador.

Vai assim, praticamente, de costa a costa, do Atlântico ao Pacífico.

O Dr. José de Lacerda e Almeida vai do Pará ao rio Madeira e ao rio Negro seguindo para Guaporé, Vila Belo, Mato Grosso, rio Paraguai, rio Pardo, rio Grande, S. Paulo e Santos. É um circuito formidável que ainda hoje representaria proeza de grande admiração.

Antônio Raposo, com uma grande expedição, entra por S. Paulo, segue o rio Paraná, vai a Loreto, e passa aos Andes seguindo, encostado ao mar, até abraçar as nascentes do rio Amazonas que desce, terminando a viágem no Pará. É outro grande circuito digno de maior admiração.

Outras viágens, de grande extensão também e de grande valor, registam-se às dezenas, se não às centenas.

Tôdas elas representam páginas admiráveis da nossa ousadia.

Ilimitadas fôram, pois, as façanhas que os portugueses praticaram por êsse mundo além.

Mas realizaram-nas numa época em que não havia imprensa para divulgar os feitos, em que não havia Kodaks para fotografar as vistas, em que não havia museus para guardar os despojos e as relíquias, em que não havia a avidez dos negócios a aguçar os apetites, em que não havia amor próprio a estimular as vaidades.

Tudo se fazia sem exhibicionismos e sem aparatos, tudo modestamente.

Os grandes pioneiros da nossa civilização em parágens longínquas, apenas pretendiam dilatar a fé. O império estava suficientemente engrandecido com as descobertas marítimas. A obra de ocupação não podia ser profunda, porque não havia recursos bastantes para a intensificar e nem havia necessidade de o fazer. As riquezas exploráveis que então havia, vinham tôdas ao litoral.

Bento de Góes sacrifica a vida, não para abrir mercados aos portugueses, mas para verificar se a região do Cathaio era a verdadeira região de Cristo, ou se era preciso evangelizar os povos que o habitavam. E morre alegremente, nos braços de João Fernandes, seu irmão em crenças, quando sabe que Mateus Ricci tinha triunfado ao estabelecer a primeira missão religiosa, na China.

Apesar desta história gloriosa que é a admiração de quantos a escutam, quando em 1885 as potências resolveram despojar-nos de grande parte do nosso património africano, não houve falta que não nos fôsse atribuída. Pequenez do território metropolitano, falta de recursos para a valorização de grandes territórios, ausência de capacidade técnica para os desenvolver, tudo servia de argumento para justificar a partilha.

Verdade seja que, em 1918, argumentos semelhantes fôram invocados, para esbulhar das suas colónias quem, em 1885, nos havia esbulhado a nós.

Pena foi que elas não voltassem à posse de quem os havia descoberto e legitimamente os possuía.

Rebuscando nos arquivos, prova-se que nós estivemos em tôda a parte, no mar e em terra.

As cruces que os planisférios da Exposição ostentaram são bem a prova disso.

E se no passado fômos grandes, no presente continuaremos a mostrar-nos dignos das virtudes dos nossos maiores. Não se obliteraram as qualidades da raça, não se obscureceu a vontade dos homens.

Fômos os primeiros no mar, fômos os primeiros em terra e continuamos a ser os primeiros no ar!

Que mais é preciso para termos um legítimo orgulho de nós mesmos?!

Gago Coutinho e Sacadura Cabral, encheram, mais uma vez, de glória a gloriosa Cruz de Cristo e encheram de júbilo o coração de Portugal.

A Exposição Colonial que se realizou no Pôrto foi o melhor atestado da nossa competência colonizadora que, pode ser igüalada mas que não poderá ser excedida.

O século passado foi de crise. Narcotizados pela política, adormecemos para as Colónias.

E assim, mais talvez por culpa nossa do que pela violência estranha, nós fômos desapossados do muito que indiscutivelmente nos pertencia.

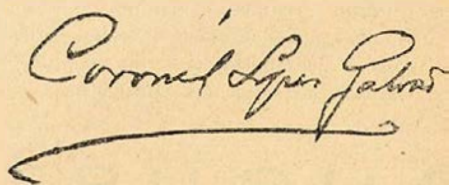
Também Sansão, que tantos Filisteus matou, só com a queixada dum burro, foi vítima de semelhantes ciladas. E ficou inérme e ficou desprezível. Mas quando acordou, o templo foi abaixo!

Nós não deitamos o templo abaixo com a Exposição Colonial, mas mostramos ao mundo, eloqüentemente, que hoje, como sempre, somos capazes de grandes feitos.

Se vivemos das glórias do passado, podemos orgulhar-nos da obra do presente como tudo foi patenteado na Exposição Colonial.

Glória a Portugal!

Lisboa, 1934.



**S**ÔBRE o arcaboço fundamental das rochas cristalinas o mar depositára, nas profundezas, em camadas brandas, modeladas ao ritmo das ondas, as areias brancas, a ossatura desfeita da terra primitiva, as lágrimas cristalizadas, os calháus errabundos.

Quando, sob a pressão indômita, o globo estremeceu abrindo, ejectando lavas, ondas de fogo sob as ondas, despedaçando a couraça das rochas, deslocando, quebrando, as camadas rochosas. projectando lava ardente e os sedimentos macios, ao sabôr do bruto impulso assomaram alturas, rasgaram-se os primeiros vales. . . Ainda sob as águas como, depois, à luz do céu atônito, à claridade trágica das últimas erupções.

Longamente se continuou o drama. Já por ventura se tinham calado as bocas das crateras sob as ondas e à luz mais dôce das estrelas. Através dos séculos, a ilha estremecêra ainda, elevando-se, contorcendo-se, torturada. Subia a terra. O mar humilhava-se. O vento e as chuvas, os ciclones e as torrentes desfizeram rochas e modelaram a montanha. Sepultou-se o arcaboço duro, nas fajãs e achadas, calou-se a boca fria das crateras sob os aluviões que eram encostas desfeitas.

Brotaram águas, vestiram-se de verde os flancos ásperos e as planuras repoisadas. Triunfou a vida. Abrandou a plutónica braveza. Os ventos e as chuvas amansaram seus ímpetos. As encostas íngremes reforçaram-se de espesso mato, os arbustos entrelaçaram a ramagem dura, defendendo a terra. Os séculos passaram. O mar beijando os litorais descarnava-os à força de mordeduras e beijos.

— Um dia, nós viémos.

Brava! Vista do mar a ilha, aos olhos dos descobridores, era um muro de rocha, coroado de névoa, cortado de precipítos ravinhas. Baluarte quási inacessível! Abordamos a rocha num pôto azul. Pisamos terra. E rompendo matos, ensanguentando as mãos, perdendo o fôlego, num tenáz assalto, tomamos a ilha, áspera cidadela.

Passaram anos.

Fômos o gesto que suaviza porque afaga e possui. Erguêmos a casa, ao jeito das nossas. A par do africano escravo, cultivamos a terra, dêmos-lhe vida e alma. A lava lembrava o granito. Pelas encostas da montanha travou-se o doloroso combate que nas Beiras e em Trás-os-Montes, como na Madeira, conquista a rocha, armando socalcos e leiras, pôios e vergas para a cultura.

Lavoira humilde, nossa. E lavoira exótica. O milho, o feijão, a vinha. O algodão, a cana de açúcar, a mandioca, a batata dôce. Nos terrenos baixos, ao calor tropical, nevou o algodão suas flores de gêlo e verdejou a cana. Mais alto, sob o afago brando e temperado das névoas e do vento, ao beijo das águas, cresceu a vinha, estendeu-se, de Agosto a Dezembro, o verde vivo dos milhais. Cantou, ao sabôr da cantiga lusa, a lança-

deira dos nossos teares. Dos tectos das choupanas e das casas erguia-se, na brandura das tardes, o fumo azul dos lares de Portugal.

Os amores, as festas, as alegrias e as dôres, sôbre o dôce fundo amorável da população africana escrava, eram as de Portugal de *quinhentos*, modelavam-nas, sustentavam-nas a alma exilada e as saúdes da terra-mãe. No azul estoiravam foguetes, soavam os tambores da selva, os pandeiros e as violas de Portugal.

Cruzaram-se os sangues. Do cruzamento, ao longo dos anos, afirmou-se, dominou o tipo ariano. Não houve degenerescência. Criou-se um tipo diferente mas português ainda. *Creoulos*. Em muitos lares o amor ficou fiel ao sangue originário, perpetuou-se a raça, extreme.

A lingua alterou-se, de preguiça e mimo. . . Ficaram vivas, perdurando, velhas expressões lusíadas que nos encantam na prosa das velhas crónicas ou no falar do povo que não sabe esquecer. Mas as formas, como a sintaxe, desfiguraram-se. De preguiça, menor esforço e mimo. . . O africano e o branco pactuaram na mesma negligência. As palavras abrandaram, algumas perderam a face, nunca a alma, desfizeram-se como servissem apenas para amimar crianças. Outras conservaram-se puras, ganharam em sentido e altura, mantendo os de antanho. Da linguagem africana pouquíssimo.

Dos mais recentes ou longos roteiros, na pesca da baleia, em mares de todo o mundo, um ou outro termo marinheiral. Como do contacto recente com a América do Norte e a memória vaga dos que arribaram aqui, filhos de outras pátrias, e por aqui se deixaram ficar, enamorados. O jeito das almas, como o traje das mulheres, é o nosso. Os defeitos, como as qualidades, os da nossa gente. . . Abrandados ou agravados pelo isolamento, pela doçura do clima, pela inércia dos que não ousam ou não podem, fieis ao *ethos* originário, embarcar, largar para os combates das ondas, para as grandes viagens e ausências, para o esforço dorido e por fim vencedor da humilde labuta em terra estranha.

Insulamento. Moças como noviças num convento perdido ao meio das ondas, cuja cêrca é o mar. Depressão e enfraquecimento, à falta de contactos robustecedôres, nos que ficaram aqui reclusos, sob a pressão ou ao abandono de governantes desleixados ou de pequenos tiranos locais, tímidos para com os govêrnos, duros ou negligentes para os patricios mais humildes.

Ao longo dêstes cinco séculos, porém, nas coisas, nas almas, no aspecto da terra e das gentes, apesar de certos esquecimentos, silêncios, aparentes ausências, Portugal está vivo e presente na Brava, neste cantinho do mundo, canteiro do grande jardim que é Portugal.

(Inédito para a LUSO AFRICANA, — do livro «Brava, Canteiro de Portugal no Atlântico»).

AUGUSTO CASIMIRO



DR. AMÉRICO CHAVES DE ALMEIDA

# Novos Rumos

PELO DR. AMÉRICO CHAVES DE ALMEIDA

ADVOGADO E COLONIALISTA

(ESPECIAL)



NSISTE-SE comigo amavelmente, para que dê um artigo ao BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO que bons portugueses façem aparecer em Terras de Santa Cruz, no intuito de engrandecer o nome de Portugal e de tornar conhecido o seu esforço de Nação, mãe de outras Nações.

Muito valiosa e excelente tem sido a colaboração nêla aparecida, mandada deste velho rincão lusitano, indo decerto agora destoar a minha pobre e desluzida prosa.

Mas, para que se não diga que faltou o meu mingüado esforço, a favor da expansão portuguesa, aonde me foi requisitado, aqui vão alguns conceitos, meditados e aflorados numa carinhosa aldeia beiroa de Portugal aonde findam bucòlicamente as minhas férias deste ano.

Encerrou-se no Pôrto a primeira Exposição Colonial portuguesa que eu visitei algumas vezes, com grande curiosidade.

Notei nela as imperfeições que teve e que fôram várias, mas observei também tôdas as vantagens que trouxe e que fôram muito grandes.

A minha análise deste certamen posso, sem exagero talvez, tê-la como imparcial e serena.

Vi-a como um espectador, à margem de tôdas as responsabilidades e sem preocupações de política partidária e facciosa.

Não sou adversário da situação que rege actualmente os destinos de Portugal por um lado e, pelo outro, não tenho quaisquer compromissos na orientação que o Governo vem dando aos negócios públicos.

Já no *Comércio do Pôrto* disse em tempos, e logo que a Exposição foi inaugurada, o que pensava dela e os votos que fazia pelo seu successo que previa e que de facto se verificou.

O seu êxito vem confirmar-me na ideia de que alguma coisa de novo há em Portugal.

Faço parte de um grupo de novos coloniais, com as mais divergentes ideologias políticas que, no entanto, se encontraram no mesmo pensamento e dentro dêle têm actuado, numa completa concomitância de vistas e até de processos.

A actividade colonial que indiscutivelmente se nota na Nação podemos nós — os homens desse grupo — orgulhosamente tê-la como o resultado do nosso esforço, muito embora não sejamos os seus realizadores, muito embora a realizássemos noutros termos e por outros meios, se os acasos da vida pública nacional nos tivessem incumbido dessa tarefa.

Não há muito tempo ainda que, quanto a política colonial, se vivia no nosso país, no mais lamentável ronceirismo, numa rotina triste e anquilosada, vinda do constitucionalismo que precedeu a implantação do regimen republicano.

Quando pela primeira vez embarquei para a África, em 1915, com destino a S. Tomé — a terra próspera do cacau hoje caída em grande miséria — a política colonial não tinha directrizes, nem tão pouco as procurava.

Vivia-se *au jour le jour*, da improvisação crónica e habitual na vida portuguesa.

Quando em 1925, tentando novos horizontes, desembarquei em Lourenço Marques, a inquietação era outra e já se sentia, quer no Governo Geral de Moçambique, ao tempo ocupado por um marechal bem intencionado do partido democrático, quer na população moçambicana, o desejo veemente de seguir novos rumos, de mudar de processos e de caminhar decididamente para a valorização do território português da África Oriental.

Mas, se em Moçambique, Alto Comissário, Secretários Provinciais e alguns portugueses patriotas e aguerridos se batiam por uma política nova, de rendimento e de eficiência, infelizmente na Metrópole continuava-se na mesma rotina, vivia-se dominado pelas mesmas forças anti-nacionais que, nesta década decorrida, se esboroaram e desfizêram lamentavelmente, não dando hoje quasi sinais de vida.

Teve então de travar-se a luta da Província contra a Metrópole, no intuito de levar esta a enquadrar-se dentro da corrente nacionalista que lá nascia.

Julgo que não é erro, asseverando que toda a política nacionalista colonial que hoje está em plena florescência em Portugal, nasceu em Lourenço Marques, no tempo do Alto Comissário Azevedo Coutinho, há dez anos, como consequência da sua actuação que fa-

voreceu a criação do organismo *Ação Nacional de Moçambique*, logo seguida da patriótica campanha do Comandante Correia da Silva, a propósito do pôrto da Beira, da criação ainda da *União Portuguesa do Ultramar*, na Metrópole, presidida pelo General Norton de Matos e mais tarde da *Liga de Defesa e Propaganda da Província de Moçambique* que lá tem mantido galhardamente a chama nacionalista.

Como se vê, a luta encetava-se em Moçambique e aqui na Metrópole, com entusiasmo e vigor e sem complacências, arriscando situações e sujeitando-nos a desaires e precalços que não faltaram.

Saía-se sobretudo da retórica para entrar na análise fria e evidente dos factos.

Punham-se de parte as ideologias que dividiam e o romantismo das frases, para focar os problemas, dentro da dureza clara dos números e da retumbante evidência das realidades

Atacava-se a fundo e impiedosamente, mas ao mesmo tempo construía-se.

A campanha repercutia lentamente mas com segurança.

Os representantes do velho pensamento colonial, alguns até muito ilustres e com um passado que não deixou de ter grandeza e esplendor, pasmavam, boquiabertos, perante o combate, irreverente e incisivo, de meia duzia de energúmenos — assim nos chamavam — contra a plutocracia que tudo corrompera e dominára, contra os processos velhos de rotina e de ruína, contra a subserviência dos poderes públicos perante os argentários de dentro, em regra e quasi sempre ao serviço dos de fóra e contra a visão restrita e mesquinha dos problemas, na geral subordinada ao interesse dos corrinhos.

Estes combates são sempre lentos e requerem uma tenacidade de buldogue, para conquistar resultados palpáveis.

Não se derrota num dia, nem num ano, uma ideia ronceira e gasta, podendo mesmo dizer-se que, quanto mais gasta e ronceira ela é, mais custa o triunfo, mais esforço é preciso para a encafiar no museu das antiguidades.

Infelizmente, em política, as ideias não teem a facilidade de triunfo das modas femininas!

Por isso, a luta encetada em Moçambique, pelo Alto Comissário Azevedo Coutinho e pela pleiade de espíritos novos que o apoiavam, acabou com o triunfo momentâneo dos representantes das antigas ideias e dos processos velhos.

O Alto Comissário safu de Moçambique, abandonado pelo seu próprio partido e sacrificado, em holocausto, às forças plutocráticas.

Acompanharam-no na derrota gloriosa, os Secretários Provinciais e, a breve trecho, a *Ação Nacional de Moçambique* dissolvía-se, decapitada e esmagada.

Felizmente, ocupa o Ministério das Colónias, o Comandante João Belo, e a luta renasce, como a Fénix.

É no consulado deste ilustre homem público, morto prematuramente para infelicidade nossa, que o Comandante Correia da Silva, Governador dos territórios de Manica e Sofala, abandona este cargo, rendoso e cubizado, para desencadear a *Questão do Pôrto da Beira*, lançando o grito de alarme contra a desnacionalização sistemática e teimosa que se estava operando naqueles territórios, confiados à administração da Companhia de Moçambique, autorizada e constituída em pleno constitucionalismo com poderes de soberania.

É João Belo quem nomeia a Comissão que há-de estudar esse problema e apresentar ao Govêrno a devida solução, para salvaguarda dos interesses portugueses e e que só entrega o seu relatório, depois da morte daquele grande português, redigido em termos que ainda hoje são ignorados, porque nunca fóram tornados públicos, como tão insistentemente se reclamava.

E' ainda no tempo desse estadista insigne que o Ministério das Colónias começa a ter golpe de vista e a verificar onde está o verdadeiro interesse português, quanto aos negócios ultramarinos.

João Belo, antigo moçambicano, esboça para a Província da Costa Oriental de África, a política de valorização e de restauração económica, acudindo a Moçambique, com o decreto 12.752 que, através do financiamento de 100.000 contos, pretendia resolver a sua crise monetária, resolvendo do mesmo golpe os problemas financeiro e económico e, publicando em Maio de 1927, os decretos de valorização do Umbelúsi que deveriam miçar a vida nova.

A seu lado estavam, trabalhando com êle dedicadamente, o Dr. Eduardo Saldanha, moçambicano ilustre e antigo que eu reputo como a mais notável inteligência colonial portuguesa do nosso tempo e o Dr. Alves da Cunha, velho e ilustre angolano, com um passado de dedicação abnegada à grande e querida Província da Costa Ocidental, conhecendo a fundo os seus problemas e as suas necessidades.

Tinha João Belo confiado ao Coronel Vicente Ferreira, Alto Comissário de Angola, a solução do problema dessa Província e, de certo, não estaria ela passando pelas amarguras que a consomem, se se tem deixado a governá-la esse homem público, estudioso e sabedor, e sobretudo se não se tem revogado a sua política, substituindo-o por demais no govêrno, por um incompetente lamentável, triste político irrequiêto que era preciso afastar de Portugal.

As duas grandes Províncias de Além-Mar, à morte do Comandante João Belo, viam os seus problemas postos em equação e em começo de desfecho.

A efervescência colonial, com a abertura de novos horizontes, apresentava-se magnífica e auspiciosa.

A primeira Semana das Colónias realizada pela Sociedade de Geografia e encerrada com um notabilíssimo discurso de João Belo, tinha decorrido num ambiente de interesse e de entusiasmo.

## IRMÃOS AMABAL NOGUEIRA MADEIRAS E MATERIAIS

Cimento, Cal, Telhas, Tijolos e Manilhas, sempre em stock.

Tacos, Frisos, Forros, de madeiras nacionais,  
aparelhadas e para todas as aplicações.

Rua do Riachuelo, 168-Tel. 22-4728

RIO DE JANEIRO



A palpação era maravilhosa, a opinião pública agitava-se, fremente e ávida, e, na imprensa a falange dos novos coloniais, reduzida decerto mas estrepitosa e veemente, corroborava todo o pensamento que significasse um renascimento, uma restauração, a alvorada de uma era nova.

Com este entusiasmo coincidiu, a breve trecho, a nomeação do Dr. Oliveira Salazar para a pasta das Finanças, esperando-se da sua seriedade moral e mental, a ordem nas finanças do Estado, o restabelecimento do seu crédito, de maneira a proporcionar à Nação, com a arrumação da casa, as possibilidades necessárias para que ela, reatando o fio interrompido da tradição histórica, continuasse a sua missão civilizadora no mundo, através dos territórios portugueses, por êle disseminados.

Em 27 de Abril de 1928, o Dr. Oliveira Salazar, no discurso da sua posse, fixava em quatro pontos precisos e concretos, todo o seu pensamento de ditador financeiro, estabelecendo como condição indispensável para colaborar na obra da Ditadura: o *contrôle* absoluto sobre a actividade dos outros Ministérios, no que respeitasse a receitas e despesas do Estado.

E falando a seguir, em 9 de Junho do mesmo ano, no Quartel General de Lisboa, aos oficiais do Exército, para agradecer os cumprimentos das unidades militares da capital, apresentava os quatro problemas fundamentais da Nação e indicava a ordem da sua solução, pondo à cabeça o financeiro e, fazendo-o seguir do económico, do social e do político.

Nos seus discursos da *Sala do Risco* e do *Ministério do Interior*, proferidos posteriormente mas ainda quando era apenas Ministro das Finanças, esse homem público aumentará a esperança que a Nação inteira nêle depositára, por ver que finalmente chegava o momento de ela se redimir e restaurar, saindo da modorra e da apatia em que as suas desditas de um século a tinham mergulhado.

No momento em que o Dr. Oliveira Salazar vai, interinamente, ocupar a pasta das Colónias era indiscutível o seu prestígio que corria o País de lés a lés e aumentava entre os coloniais da nova feição, com a publicação do *Acto Colonial*, hoje integrado dentro da Constituição do Estado, há pouco publicada.

O *Acto Colonial* foi uma consequência da actividade, exercida nos sectores nacionalistas coloniais, contra a política de deformação que tinha sido seguida e adotada pelo Poder.

Nêsse documento, pela primeira vez, o Estado condenava as Companhias Majestáticas, proscurendo-as definitivamente da Administração Pública Colonial Portuguesa; pela primeira vez o Poder, dentro da discreção e comedimento que lhe são peculiares, se opunha com clareza aos agentes de dissolução e desagregação nacional em África, estabelecendo princípios insofismáveis e convertendo em lei, uma aspiração ardente da opinião pública dâquém e dâlém Mar.

Já antes o Govêrno da Ditadura, obedecendo a essa impetuosa imposição nacionalista, dera por findo e caduco o contrato da outra Majestática, a Companhia do Niassa, que todos os esforços empregára no sentido de manter o privilégio e de continuar devastando e aniquilando o norte da Província de Moçambique.

Mas, além disso, o *Acto Colonial* estabelecia ainda a política da Unidade Económica de todo o território nacional, como condição indispensável para a valorização da Nação, política que tinha sido criada e calorosamente defendida pelo sector colonial aguerrido e irreverente, que se vinha batendo pelo renascimento colonial português.

O *Acto Colonial*, neste ponto, sancionou ainda a actividade dos novos coloniais que primeiro pugnaram pela mudança de processos e por uma nova orientação, sendo curioso esclarecer que nenhum desses coloniais tem ocupado no Poder qualquer situação que lhe permita influir, de perto ou de longe, na nova orientação.



MOÇAMBIQUE — ASPECTO INTERIOR DE UMA ENFERMARIA REGIONAL

Tem sido apenas a actividade na imprensa e na tribuna, pelo livro, pelo artigo de jornal e pela conferência, que tem conseguido todos os resultados obtidos.

Por fim é o Dr. Armando Monteiro, actual Ministro das Colónias, quem vem executando, dentro dos seus pontos de vista, da sua forma de pensar e das possibilidades que tem, o mesmo pensamento, agora, brilhantemente e mais uma vez, manifestado na Exposição Colonial do Pôrto.

Significa isto que vão muito mudados os tempos e que alguma coisa se caminhou, graças a Deus, desde 1915, data em que eu pela primeira vez desembarquei na garrida ilha do Golfo da Guiné.

E não creio que, neste capítulo, se possa já andar para trás ou que se possa sequer parar.

Poderá ir-se mais devagar ou mais depressa, com melhor ou pior successo, mas há-de seguramente caminhar-se sempre, até se alcançar a meta desejada e isto, seja qual fór o regimen político que reja a Nação.

Já não se julga possível em Portugal e no que respeita ao problema colonial, uma política que não contenha um projecto de grandes realizações, uma política que se reduza, como diz Ortega y Gasset, à questão formal de governar no menor sentido do vocábulo, à mera questão de exercer o poder público.

Até 1925 era possível essa política, porque esta Nação, amodorrada e triste, vivia sem objectivos, sem um tema ou um projecto.

Estava-se num momento de grande depressão nacional, um momento, valha a verdade, longo de mais e que durava havia cem anos.

Do constitucionalismo para cá tinha-se cancelado o passado, como quem fecha uma porta, mas sem apresentar uma fórmula positiva e precisa, um plano para o futuro.

Havia frases, decretos, discursos mas... era tudo saliva e fogo de vista, por vezes maravilhoso como o que se queima nas festas da Senhora da Agonia, em Viana do Castelo, mas que dura um momento, na negrura, solitária e opaca, da noite.

Hoje há a fórmula precisa para orientar o futuro, para marcar os novos rumos à Nação, através do seu património de Além-Mar.

Não se pretendeu reformar apenas na superfície, procurou-se ir ao cerne do problema.

Tudo quanto antigamente se fazia no Ministério das Colónias, tudo quanto os velhos coloniais reclamavam e pediam, em artigos de jornal, em discursos e em conferências, não passava de facto e de verdade, de retórica.

Que importava, decretar e reformar no Diário do Governo, com sonoro patriotismo de frase, se no Ministério das Colónias mandavam os *brasseurs d'affaires* estrangeiros de que eram lacaios os da Rua dos Capelistas?

Que importava decretar e reformar na minúcia se não havia a vista de conjunto, se não se mantinha a seqüência, se se não punham em jogo e em equilibrio, todos os interesses da Metrópole e do Ultramar?

Como valorizar o Ultramar sem ser de acôrdo com a Metrópole e como restaurar e reanimar esta à margem daquêle?

Como produzir neste País sem ser de harmonia com as possibilidades de todo o território nacional?

E custou tanto a compreender a íntima solidariedade que existe, dentro de sua variedade, em toda a Terra Portuguesa, desde a Província de Timor, perdida nos confins do Oriente até ao Minho, risonho e florido, à beira da Galiza!

Foi preciso o cataclismo da Guerra, com as conseqüentes calamidades, para que o problema fôsse pôsto desta maneira, não pelo Poder, mas por meia duzia de estudiosos e de bem intencionados, e para que afinal o Estado o viésse a compreender, procurando resolvê-lo, dentro dos moldes que lhe eram apresentados.

E porque se chegou a essa conclusão é que agora é possível dar à vida nacional um plano de grande formato e asseverar e proclamar, como tenho lido e ouvido que Portugal não é País pequeno.

Mais do que isso, porque se caminhou desta sorte é que é possível falar em *Império Português*, sem cair no ridículo, visto que havendo uma doutrina e um pensamento, pode afoitamente ter-se a *lusitanidade*, ou seja a expansão da civilização portuguesa por todos os continentes onde há território nacional ou colónias de portugueses, como uma legítima e concertada aspiração imperial.

A Nação portuguesa, longe de se mostrar esclerosada e endurecida, revelou-se uma vez mais apta a cumprir.

Excessivamente inquiéta e ansiosa, com tendência para a pulverização e portanto para a desagregação, os novos rumos para que se orienta e em que o sonho de Além-Mar tem uma notável preponderância como há cinco séculos, hão-de reconduzi-la ao seu trilho tradicional, levando-a a construir nas duas costas de África, dois grandes e gloriosos Impérios.

E a Mãe-Pátria, evitando erros velhos, olhando para o bom exemplo dos outros, seguindo a lição de estranhos naquilo que tem de elucidativo e informador, há-de ser de facto e de verdade, uma Metrópole.

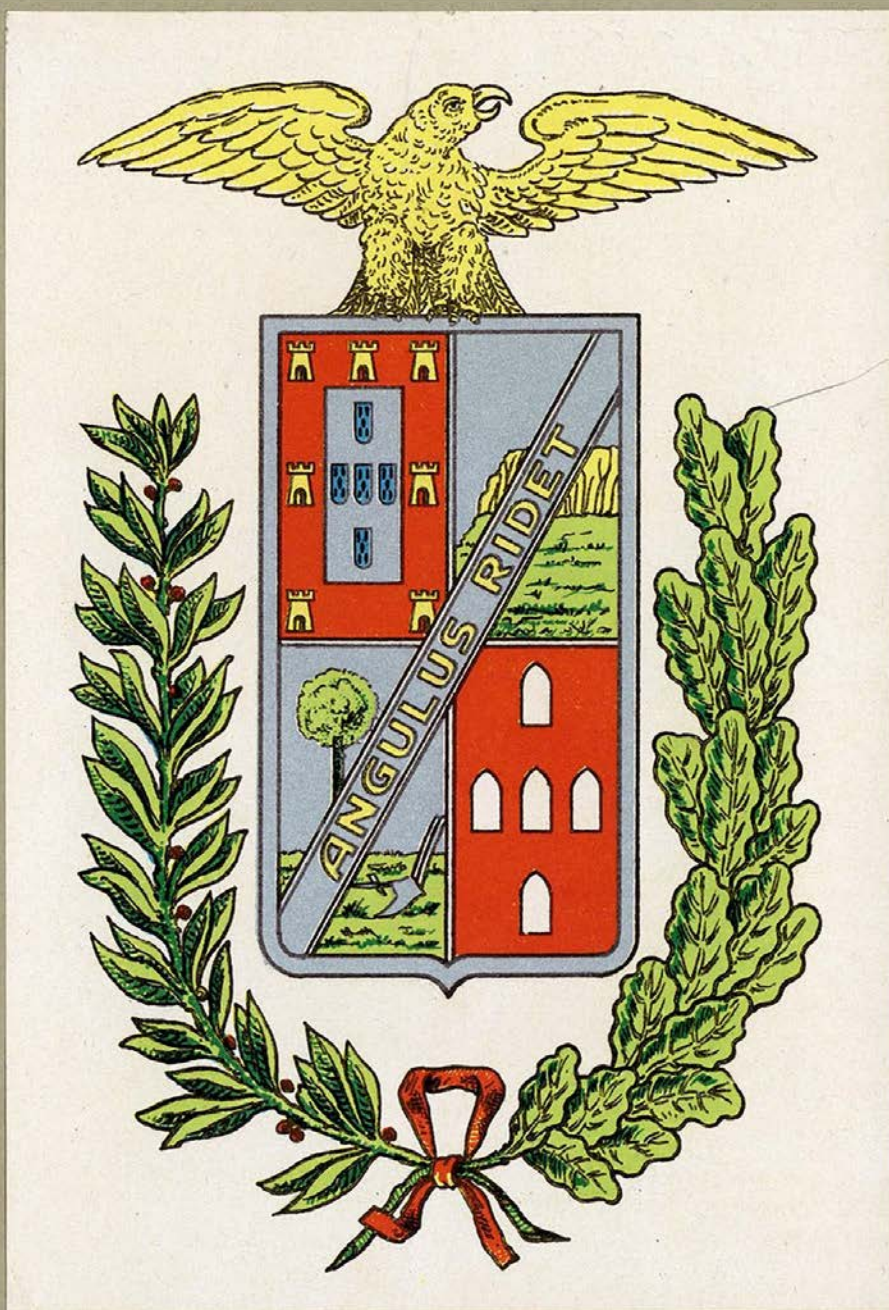
Que tarefa admirável para homens de Estado!

E que pena que seja tão curta a vida para tão gloriosa e larga empresa!

*Ingenieur Lyautey*

Em tôdas as partes do mundo por onde andei, ao vêr uma ponte perguntava — de quem era isto? Respondiam: *português*. Ao vêr uma estrada fazia a mesma pergunta e respondiam: *português*. Ao vêr uma igreja ou uma fortaleza sempre a mesma resposta: *português, português, português!* Por isso faço votos para que, pelo rodar dos tempos, se Marrócos viér a ser esquimó ou chinês, os que viérem depois de nós encontrem lá tantos vestígios franceses como nós encontramos *portuguêses*".

*Marechal Lyautey*



Brasão da cidade de SÁ DA BANDEIRA

ORIGINAL INÉDITO, GENTILMENTE CEDIDO PELO SR.  
TENENTE CORONEL JOSÉ RIBEIRO DA COSTA JUNIOR,  
SÓCIO - CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-  
AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

Alguns dos escritores e colonialistas que têm colaborado no

## BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

<i>Almirante Pereira Nunes</i>	<i>António Sérgio</i>
<i>General J. R. Nórton de Matos</i>	<i>Carlos Malheiro Dias</i>
<i>General Luís Augusto Ferreira Martins</i>	<i>Conde de Penha Garcia</i>
<i>General João de Almeida</i>	<i>Conde d'Aurora</i>
<i>General Sá Cardoso</i>	<i>Dr. Rodrigo Rodrigues</i>
<i>Coronel António Vicente Ferreira</i>	<i>Dr. Caetano Gonçalves</i>
<i>Coronel J. A. Lopes Galvão</i>	<i>Dr. Xavier da Silva</i>
<i>Coronel Carlos de Roma Machado</i>	<i>Dr. Francisco Veloso</i>
<i>Coronel Henrique Pires Monteiro</i>	<i>Dr. Manuel Peres</i>
<i>Coronel Eduardo Ferreira Viana</i>	<i>Dr. António Nobre de Melo</i>
<i>Coronel Eduardo Azambuja Martins</i>	<i>Dr. Francisco Monteiro Grilo</i>
<i>Coronel Genipro de Almeida de Eça</i>	<i>Dr. António Bandeira</i>
<i>Comte. Vitor Hugo de Azevedo Coutinho</i>	<i>Dr. Armando Zuzarte Cortesão</i>
<i>Comandante Henrique Correia da Silva</i>	<i>Dr. F. Alves de Azevedo</i>
<i>Comandante Raul Nunes Frade</i>	<i>Dr. Tomé Agostinho das Neves</i>
<i>Comandante Jaime do Inso</i>	<i>Dr. Carlos Baptista Carneiro</i>
<i>Ten.-Coronel António Leite de Magalhães</i>	<i>Dr. Luís da Fonseca</i>
<i>Tenente-Coronel J. R. da Costa Junior</i>	<i>Dr. Marcelo Matias</i>
<i>Tenente-Coronel Salustiano Correia</i>	<i>Dr.<sup>a</sup> Fernanda de Bastos Casimiro</i>
<i>Major Luís António de Carvalho Viegas</i>	<i>Dr. António de Figueiredo Gomes de Sousa</i>
<i>Major Jacinto do Nascimento Moura</i>	<i>Dr. José Crespo</i>
<i>Capitão Augustio Casimiro</i>	<i>Dr. Joaquim Saldanha</i>
<i>Capitão Gastão Sousa Dias</i>	<i>Dr. Felipe Mendes</i>
<i>Capitão Henrique de Paiva Couceiro</i>	<i>Dr. Marques da Cruz</i>
<i>Capitão Henrique Galvão</i>	<i>Dr. Salustiano Graça do Espírito Santo</i>
<i>Capitão Teófilo Duarte</i>	<i>Dr. António Augusto Miranda</i>
<i>Capitão Sarmiento Pimentel</i>	<i>Dr. J. Ribeiro Gomes</i>
<i>Capitão Jaime Rebelo Hespanha</i>	<i>Dr. Américo Chaves de Almeida</i>
<i>Capitão Marcial Pimentel Ermitão</i>	<i>Dr. Nuno Simões</i>
<i>Capitão J. Macieira Santos</i>	<i>Dr. Ricardo Severo</i>
<i>Tenente Mário Costa</i>	<i>Rodrigo de Abreu</i>
<i>1.º Tenente Domingos da Cruz</i>	<i>Júlio de Lemos</i>
<i>Tenente Manuel António Ferreira</i>	<i>Osório de Oliveira</i>
<i>Tenente Carlos de Brito Queiroga</i>	<i>Carlos Coimbra</i>
<i>Tenente Justino Teixeira</i>	<i>D. Avelino Rodrigues Elias</i>
<i>Alferes Vicente Henrique de Varela Soares</i>	<i>Manuel de Seixas</i>
<i>D. Maria Archer</i>	<i>Manuel de Mesquita</i>
<i>Paulo Braga</i>	<i>Engenheiro Miranda Guedes</i>
<i>Luís Teixeira</i>	<i>Padre J. Alves Correia</i>
<i>António Pereira Cardoso</i>	<i>José Pereira de Sabrosa</i>
<i>Virgilio Saraiva</i>	

# CAMINHOS D ————— E F E R R O E ————— M A N G O L A



PELO CORONEL GENIPRO DA CUNHA DE EÇA E ALMEIDA

(ESPECIAL.)

ANTIGO VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO DO GOVÉRNO DE ANGOLA  
ANTIGO ENCARREGADO DO GOVÉRNO GERAL DE ANGOLA  
ANTIGO CHEFE DO ESTADO MAIOR EM ANGOLA



amável e cativante insistência da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO para que colabore no seu patriótico Boletim, obriga-me a aceder ao tão honroso quanto imerecido convite.

Para mim, soldado que aos assuntos militares de Angola dedicou os melhores anos da vida e da carreira, intervindo directamente ou dirigindo superiormente os trabalhos de ocupação real e efectiva de vastos territórios daquela Província Ultramarina desde 1914 (Congo), 1917 (Cuanza Sul), 1918-19 (Dembos) e, depois, até 1921, de grande parte dos distritos da Lunda, do Bié, do Moxico, dos Luchazes, seria grato historiar esses trabalhos e pôr em relevo, numa justa e sentida homenagem, a acção da *tropa indígena* e dos seus Quadros Privativos, muitas vezes completados à custa dos quadros do Exército da Metrópole. Mas, além de que me falecem presentemente elementos para tratar convenientemente dessa verdadeira epopeia, reconheço que um tal estudo seria de um interesse restrito, mais interessando o futuro, isto é, a valorização dêsse Império que o esforço militar assegurou ao livre exercício das actividades nacionais de tódta a ordem, e, sobretudo, das actividades económicas.

Limitada, por motivos que ao caso não vêm, a escolha dos assuntos a tratar — e são êles tão numerosos! — fixei-me no que serve de epígrafe a êste despretencioso artigo.

Afastado de Angola há quatro anos, sem possibilidades de seguir, passo a passo, o que ali se tenha feito neste período, incorro no risco de cair em considerações

porventura já desnecessárias. Se assim succeder, que mo perdôem os leitores do Boletim e que mo perdôe a sua Direcção que demasiado confiou da escassez dos meus recursos.

Dispõe Angola de três caminhos de ferro que se dirigem do litoral para o interior, apròximadamente no sentido Oeste-Leste. São, por ordem da sua importância actual, os caminhos de ferro de Benguela (1.346 quilómetros), o de Luanda (504 quilómetros) e o de Mossamedes ao Lubango (200 quilómetros apròximadamente).

Além das linhas citadas, temos os ramais do Gungungo Alto e o de Calumbo, no caminho de ferro de Luanda, e o decauville de Pôrto Amboim, cuja construção, se não estamos em êrro, se encontra paralizada alguns quilómetros ainda de Gabela.

E' bem evidente a insuficiência dêstes caminhos de ferro para uma Província de superfície catorze vezes superior à da Metrópole. Não é menos evidente que os caminhos de ferro de Luanda e de Mossamedes hão de ser prolongados quando tivermos possibilidade de o fazer; mas, que saibamos, apenas está definida a directriz geral do prolongamento do primeiro e nada assente quanto ao segundo.

Também nos parece evidente que a rede ferroviária de Angola não poderá limitar-se a três linhas de penetração, sem quaisquer ligações entre si, demais, não tendo possibilidades de servir outras férteis e imensas regiões.

Desconhecemos a existência de qualquer plano sôbre a rede ferroviária de Angola. E, por isso, vamos dizer o que entendemos sôbre o assunto, sem preten-

sões, evidentemente, a que as nossas ideias sejam as melhores. Possa esta exposição provocar, por parte de autoridades competentes o estudo da questão ou a publicação dos seus estudos, de modo a evitar que se trabalhe desordenadamente, sem obediência a um plano de conjunto. É esse o nosso mais sincero desejo.

Abstraído, por agora, do Caminho de Ferro de Benguela, pois que atingiu, em 1929, a fronteira e, pelo seu prolongamento até Tshi-longo, se ligou, em 1932, com a rede dos caminhos de ferro de África, vejamos quais são as directrizes que devem ser fixadas às outras linhas.

Uma das brigadas de estudos que, em 1930, foram a Angola — a brigada de estudos de caminhos de ferro — propôs o prolongamento do Caminho de Ferro de Luanda a Malange, partindo desta última cidade para N. E., seguindo pelo Cambo a quasi *encostar* à fronteira belga, ao longo da qual seguiria por Camaxilo e Cuilo até ao Dundo.

Ao que parece, tal projecto procurava a sua justificação no tráfego das minas de diamantes e nas culturas de algodão de Malange. Mas, o tráfego daquelas minas é e será sempre diminutíssimo porquanto se limita ao necessário, ao abastecimento do pessoal que ali trabalha e que, em nenhuma hipótese justificaria a construção de uma linha com o desenvolvimento de cerca de setecentos quilómetros além Malange. Demais, é obvio que a entidade interessada recorrerá, quanto ao abastecimento em víveres vegetais à produção directa ou à aquisição local ou próxima; e, quanto ao abastecimento de gado para açougue, ao transporte deste *em pé*, como sempre o tem feito.

Ainda, quanto à aquisição de géneros vegetais, quando não seja viável a produção directa ou a aquisição local, a sua compra seria feita no planalto de Benguela ou, melhor, no distrito do Moxico. Quere dizer:

ainda que se construísse a linha aconselhada por aquela brigada, os abastecimentos à Companhia das Minas de Diamantes, invocados a título de justificação do projecto, não a utilizariam; e, porque, evidentemente, não se poderia contar com nenhum tráfego de ou para o território vizinho do Congo belga — servido pela linhas que continuam a do Bas-Congo — e porque o traçado proposto, ao longo da fronteira norte do distrito da Lunda, o tornaria anti-económico para este distrito, esse caminho de ferro apenas poderia ser de utilidade para uma pequena parte do distrito de Malange, que fomentaria realmente. Mas, em verdade, o fomento de uma tão pequena parcela do território angolano só justificaria — se assim o demonstrasse o estudo meticoloso das possibilidades da zona a servir — a construção de um ramal; nunca a de uma linha principal. E adiante exporemos como esse ramal pode ser substituído com vantagem.

Bem haja, pois, o Conselho Superior das Obras Públicas das Colónias que rejeitou esse projecto e mandou estudar o prolongamento do caminho de ferro de Luanda a Malange na direcção de Leste, isto é, aproximadamente por Mona Quimundo e Vila Henrique de Carvalho (Saurimo) à fronteira.

De facto, este traçado, cortando sensivelmente pelo meio os vales de todos os rios importantes da Lunda — onde a motocultura pode praticar-se em largas extensões de terreno — corresponderia às condições óptimas da drenagem dos seus produtos. Sobre a linha férrea, a um e outro lado, iriam incidir as estradas já existentes ou de fácil construção nas vertentes ou nas linhas divisórias dos mesmos rios, sem necessidade, por isso mesmo, de obras de arte, de importância apreciável. Dêsses vales arrancaríamos, sem dificuldades, além de muitíssimos outros produtos, todo o arroz necessário ao consumo de Angola e da Metrópole e, bem possivelmente, para nos tornarmos exportadores de arroz.

Atingida Vila Henrique de Carvalho, para onde deveria dirigir-se a linha férrea? Para Leste, a entroncar em Bukama, na linha belga? Pensamos que seria preferível que se dirigisse para S. E., vindo ligar-se ao Caminho de Ferro de Benguela por alturas de Vila Teixeira de Souza (Luau), porque, com um menor desenvolvimento de linha, serviria território nosso, que fomentaria, sem prejuízo de participar no tráfego da Katanga, se disso viesse a haver necessidade; e ainda porque, desse modo, se estabeleceria uma primeira ligação entre esses dois caminhos de ferro. De resto, nos projectos do Caminho de Ferro de Benguela, está a construção de um ramal de Munhango a Saurimo (Vila Henrique de Carvalho); o troço que indicamos, entre esta vila e Teixeira de Sousa, seria mais curto e realizaria, a nosso vêr, melhor, os objectivos daquêle ramal.

Quanto aos ramais existentes do Caminho de Ferro de Luanda, o de Calumbo tem a sua testa natural no rio Cuanza e, sob o ponto de vista económico, nada aconselha o seu prolongamento, pois que a drenagem dos produtos da Quissama meridional se faz natural e comodamente por Pôrto Amboím, e a dos produtos da Quissama setentrional de modo algum justificaria uma tal inversão de capitais, que seria avultadíssima, começando pela ponte sobre o Cuanza e continuando pelos formidáveis atêrros em terrenos baixos e pantanosos.

Assim como a  
agua apaga  
o fogo...

...a  
**INJECCÃO  
MÁGICA**  
EXTINGUE A  
**BLENORRHAGIA**

Distribuidores: QUINTINO PINHEIRO  
& CIA. - RUA DA CARIOCA, 33

A construção do outro ramal existente — o do Golungo Alto — resultou do escasso ou nulo conhecimento do território dos Dembos, ao tempo em que foi realizada (1909-1910). Mas está feito; e, se nada aconselha a que êle seja prolongado — o que só poderia fazer-se à custa de *rios de dinheiro*, de tal forma o terreno é difficil, para não dizermos que é impracticável —, também nada aconselha a que seja destruído. Para servir a região dos Dembos — se esta fôsse suficientemente conhecida, o que só veio a succeder em 1918-19, com a sua occupação real e efectiva — ter-se-ia certamente preferido o traçado que, seguindo apòximadamente a estrada Luanda-Caxito, atingisse o vale do Ucuca e o seguisse até as proximidades de Pango Aluquem, dirigindo-se, depois, a Quibaxi e, daqui, ao Uige ou a N'gage por Quitexe ou por Camabatela. Êste traçado serviria os Dembos, de tantos e tão variados recursos, e, pelo menos em parte, as regiões cafeeiras do Encoge e do Uige.

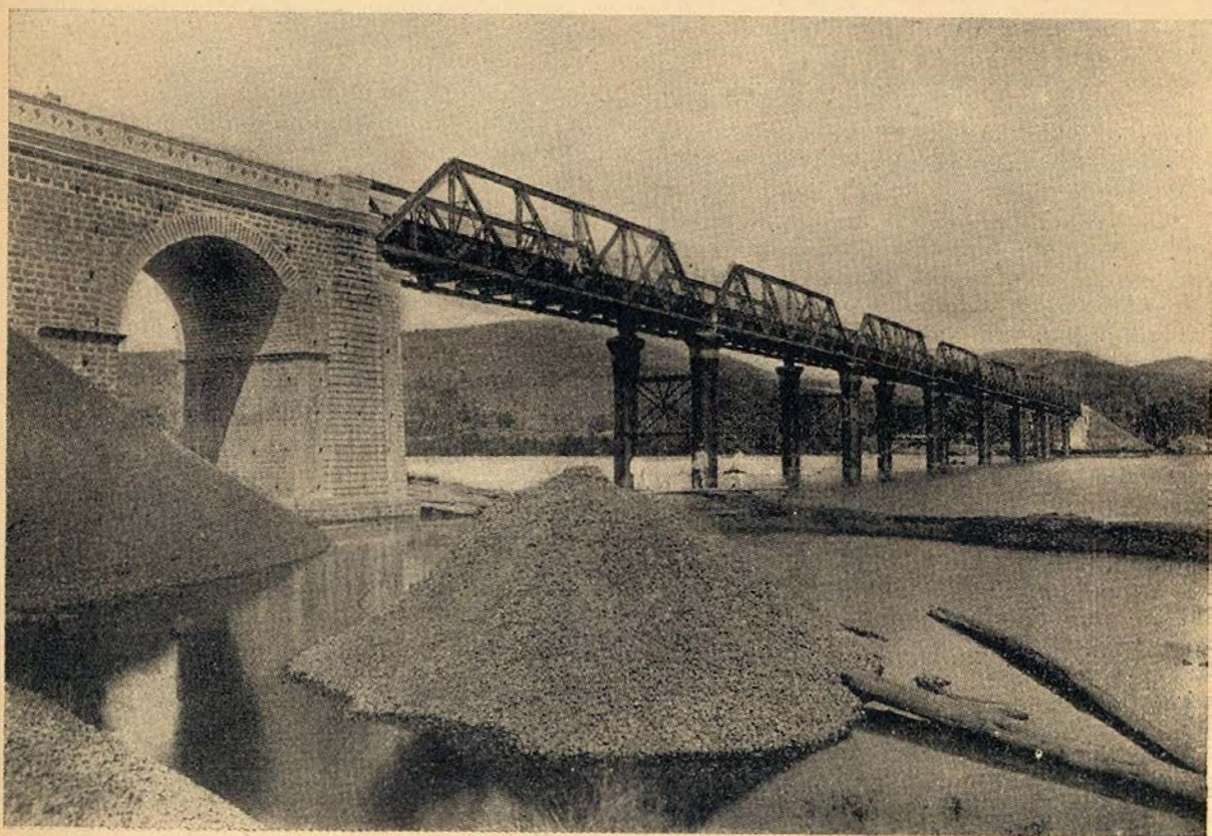
Quanto ao caminho de ferro de Mossâmedes ao Lubango (Sá da Bandeira), não podemos deixar de referir-nos ao êrro fundamental do seu traçado, impôsto pelo antigo Ministério da Marinha e do Ultramar. O traçado deveria ter seguido pelo Munhinho à Chibíá — conforme o indicavam os técnicos competentes que o haviam estudado — e nunca pelo Lubango que deveria ser servido por um ramal se fôsse caso disso. Esqueceu-se, ao impôr aquêle traçado, que os caminhos de ferro scrvem regiões e não localidades; e, dêsse êrro fundamental resultou a imposição da *via reduzida*, de deficientes condições de exploração.

Da Chibíá, o caminho de ferro poderia seguir ao Humbe-N'Giva (Vila Pereira de Eça) e Cuangar, prolongando-se pelo curso do Cubango, fronteiriço, a aproveitar; mas, salvo melhor opinião, êste traçado nunca encontraria compensação sufficiente no tráfego — embora razões de outra ordem possam justificá-lo — a não ser que para êle derivasse o das minas, de Tsumeb, da colónia vizinha.

Da Chibíá para Leste, haveria a servir, mais ao Norte, as regiões do Quipungo, Capelongo, Cuchi, Vila Serpa Pinto, Cuito-Cuanavale, linha esta que limita, talvez, pelo Sul, a área favoravelmente explorável e colonizável de Angola. E neste caminho de ferro poderia entroncar o projectado ramal do Caminho de Ferro de Benguela destinado a servir a Rodésia do Norte, talvez nas proximidades da Vila Gago Coutinho.

Nenhum caminho de ferro temos no norte de Angola, embora muito se tenha falado no Caminho de Ferro do Congo Português e no *pêrto* do Zaire, assuntos intimamente ligados pois que êste tem de ser a testa daquêle. E, se há capitais disponíveis para empregar na construção de caminhos de ferro em Angola, julgamos que é precisamente no norte da Província que o devem ser mais urgentemente, não sòmente para a valorização das riquezas daquele distrito, mas, também, para aproveitar do tráfego do caminho de ferro do Bas-Congo.

Êste último tem, como é sabido, a sua testa fluvial em Matadi. E Matadi, mesmo com o seu anexo do Angoango e não obstante as obras ali realizadas, é manifestamente insufficiente até para o tráfego actual do imenso território servido pela linha de Bas-Congo e



INDIA PORTUGUESA — (GOA) — PONTE DO BORIN QUE LIGA OS CONCELHOS DE PANDIÁ E DE SALCETE

pelas que prolongam esta. Além disso, são precárias as condições de navegabilidade do Zaire a montante de Congo-Yala, onde é frequentíssimo serem os vapores obrigados a descarregar uma parte da sua carga, para depois, aliviados e demandando menos água, continuarem a subir o rio até Matadi — Angoango.

E' fácil de calcular quanto estes trasbordos e conseqüentes demoras, ainda agravadas pela insuficiência do espaço de que o Congo belga dispõe à beira rio, onéram o tráfego e o dificultam quando não o limitam. Basta dizer que, ao que consta, os belgas mais de uma vez têm considerado o projecto de desviárem a sua via férrea, a montante do macisso montanhoso do Pala-Bala, para a margem direita do rio, indo construir um pôrto, na sua fóz, em Banana. A realização de um tal projecto implicaria o dispêndio inicial de centenas de milhões de francos; e por milhões de francos se deveriam computar as despesas anuais de manutenção do mesmo pôrto, em trabalhos de desassorimento, pois que por milhões de metros cúbicos se medem as areias que o rio constantemente arrasta.

Sürgem de tempos a tempos, ou surgiram, notícias de pretensões do Congo belga à margem esquêrda do Zaire — a nossa margem no grande rio; para nós, essas pretensões, se existem, nascem precisamente da importância do problema e da dificuldade da sua solução, afigurando-se-nos que aquela a que nos referimos — e que seria a única possível dentro do território do Congo belga — não encontraria, por muitíssimos annos ainda, a necessária compensação económica.

Pretendem alguns que a nossa attitude perante este problema vital para o Congo belga deve ser a da mais absoluta inação, não facilitando de forma alguma a sua solução. Esta opinião foi mesmo exteriorizada por alguns coloniais portugueses por ocasião da cedência, que fizemos, de uns três ou quatro quilómetros quadrados no M'Pozo, em troca de uns dois mil quilómetros quadrados de terrenos, em litígio, no Dilolo.

Sem quebra do respeito que devemos às opiniões sinceras daquêles coloniais entre os quais contamos alguns amigos, permitimo-nos discordar dessa opinião, e, conseqüentemente, damos o nosso aplauso à troca efectuada porque, com ela, lucrámos material e immediatamente e porque entendemos que as nações amigas se devem cooperação recíproca, em vez de hostilidades que, do campo económico, fâcilmente passam ao campo político.

Entre outros problemas do mais alto interesse nacional, o Senhor General Nórton de Matos, fez estudar, na sua alta e amplíssima visão das necessidades e do futuro de Angola, o pôrto do Zaire. Parece que os técnicos incumbidos dêsse estudo, hesitaram entre o Congo Yala e o Pôrto Rico, mas não podemos afirmá-lo porque, infelizmente, nunca tivemos ocasião de conhecer os relatórios elaborados. Mais tarde, em 1930, uma das brigadas de estudos a que já nos referimos, foi incumbida de estudar a localização do pôrto do Zaire, e, ao que nos constou então, se pronunciou no sentido de que o pôrto fôsse construído em Pôrto Rico; e parece-nos que acertadamente andou, pois que no Congo Yala haveria necessidade de permanentes e importantes trabalhos de dragagem, além de que os vapores ficariam sujeitos à impetuosidade da corrente, acrescendo

ainda que são bastante superiores as condições de salubridade de Pôrto Rico e muitíssimo mais fácil o abastecimento de águas.

Parece que há quem alvitre a construção do pôrto em Santo António do Zaire, alegando que os vapores não teriam que subir o rio. Fraca vantágem esta, a contrapôr à impossibilidade, ou quási, de abastecimento de água, ao muito mais elevado custo inicial e à manutenção de um serviço de dragágens permanente e altamente dispendioso.

Com a sua testa em Pôrto Rico, o caminho de ferro do Congo Português seguiria, quanto possível, ao longo, da margem do Zaire, pelas alturas do Sumba e cabeceiras dos rios Péco, Safu, Lukimba e Muanda até atingir o vale do Lué Grande, que subiria, atravessando, depois, o M'Pozo e o Lunda para ganhar as cabeceiras do M'Bridge, aproximando-se da Serra da Canda — cujos jazigos de cobre alguns dizem ser uma nova Katanga — dirigindo-se à Damba e, daqui, a Malange, onde se ligaria com o Caminho de Ferro de Luanda, e, conseqüentemente, com tôda a Lunda e o Caminho de Ferro de Benguela.

Entre o curso inferior do Lué Grande e o Angoango, um ramal, feitos os necessários acórdos, estabeleceria a ligação com o caminho de ferro do Bas-Congo; e, por esta forma, beneficiaríamos imediatamente do tráfego daquêle caminho de ferro, ao mesmo tempo que levaríamos os belgas a renunciarem ao projecto da construção do pôrto de Banana.

Por outro lado, a directriz geral indicada, ao mesmo tempo que serviria extensas e fertilíssimas regiões do Congo português e, em parte, os distritos do Cuanza Norte e de Malange, poderia ser electrificada, ao menos em parte, pelo aproveitamento da energia hidro-eléctrica a captar nas quedas do M'Bridge e outras próximas e nas quedas do Duque de Bragança.

Pelos traçados indicados, Angola poderia vir a ser largamente interessada no tráfego do Congo belga e, em especial, no da Katanga, quando cessasse a boicotage ao pôrto do Lobito e quando cessasse a crise do cobre que poderia vir ao Lobito, a Luanda ou ao Zaire, conforme fôsse julgado mais conveniente, ou conforme o impusêssem as necessidades do tráfego e sem que,



MOÇAMBIQUE — (QUELIMANE)  
CAFEIRO INDÍGENA EM FLORAÇÃO



para estas, fôsse necessário construir a via dupla no Caminho de Ferro de Benguela.

E' que nos parece dever ter-se em atenção que em países novos, não é a mercadoria que cria o caminho de ferro, mas êste que cria aquela. Deste asserto, que é velho, é prova cabal o sucedido com o Caminho de Ferro de Benguela que, muitíssimo antes de atingir a fronteira, lutou com uma crise de falta de material circulante suficiente para o tráfego que o carril criára; e iguais dificuldades teve que vencer, embora em menor escala, o Caminho de Ferro de Luanda, quando a sua reconstrução provocou a intensificação de trabalhos agrícolas nas zonas por êle servidas. Ora, estamos ainda muitíssimo longe do aproveitamento integral das zonas servidas pelo Caminho de Ferro de Benguela; e, como temos absoluta fé no futuro de Angola, prevemos para época mais ou menos próxima, que aquêlê aproveitamento venha a ser um facto que implicaria a insuficiência do Caminho de Ferro de Benguela para atender simultâneamente as exigências do tráfego do território português e as do tráfego da Katanga. A possibilidade — que seria assegurada pelos traçados indicados — de desviar uma parte do tráfego da Katanga para os caminhos de ferro de Luanda e do Congo, resolveria, parece-nos, o problema pela forma mais elegante e utilitária, valorizando, ao mesmo tempo, extensíssimas regiões actualmente inaproveitadas.

A completar as grandes malhas da rêde ferroviária assim esquisada, haveria a construir, depois, e também em bitola normal, a linha de Malange ao Quipungo ou Capelongo, através do Bailundo e do Huambo (Nova Lisboa) onde se ligaria ao Caminho de Ferro de Benguela, entroncando num daquêles pontos, no caminho de Ferro de Mossâmedes.

Para as pequenas malhas da rêde haveria a recorrer ao emprêgo da via reduzida? Parece-nos que não há qualquer conveniência nisso. Postos de parte os *decauvilles* de 0,60 de bitola, que hoje só são aceitáveis para o serviço interno de fazendas agrícolas, a diferença entre o custo da construção em bitola de 0,80 ou de 1,00 para a de 1,06 — bitola normal em África — seria fartamente compensada pela possibilidade de utilização do mesmo material circulante em tôdas as linhas e pela supressão de transbordos sempre dispendiosos.

Como organizar as pequenas malhas da rêde ou melhor, a rêde complementar da já indicada?

Já nos referimos ao traçado Luanda, Dande, Vale do Ucuá, Pango Aluquem, Quibaxi, Quitexe, Uige ou N'gage, que serviria tôda a região dos Dembos e as regiões cafeeiras do Uige e do Encoge. Esta linha entroncaria, em qualquer dos dois últimos pontos referidos, no Caminho de Ferro do Congo Português.

A ligação das minas do Bembe, de tão discutida importância, admite duas soluções. Ou essas minas são realmente susceptíveis de um tráfego intenso e, nêsse caso, talvez se justifique a construção de uma linha directa Bembe — Ambrizete; ou as suas possibilidades são de uma importância mais reduzida e então apenas se justificaria a construção de um ramal que ligasse êsse centro mineiro ao Caminho de Ferro do Congo.

Ainda no primeiro caso dissemos que talvez se justificasse a construção da linha directa Bembe-Ambrizete; e dissemos talvez, porque ao que parece provado, os jazigos de cobre da Serra da Canda são de muito maior pujança e teor que os do Bembe. Assim, parece de prevêr que na exploração dêste minério, se siga um destes dois caminhos: a exploração em conjunto ou o abandono das lavras do Bembe. Em qualquer dos casos, o tratamento do minério deverá efectuar-se nas proximidades da Canda, onde é facil a criação de energia hydro-electrica abundantíssima, o que não é possível obter no Bembe.

A partir da estação de Cassoalala ou de Dalatando, no Caminho de Ferro de Luanda, um ramal que servisse as regiões de Cambambe, da Quibala, da Cela, de Cassongue e do Luimbale, e que se ligasse no Bailundo à transversal Malange-Quipungo ou Capelongo, ou no Lépi ou Huambo ao caminho de ferro de Benguela, justificar-se-ia inteiramente pelo tráfego já existente e pelo que a via férrea criaria naquelas regiões feracíssimas e, em grande parte, aptas à colonização europeia em larga escala.

O actual caminho de ferro do Amboim (via reduzida) poderia ligar-se ao ramal a que acabamos de referir-nos na Quibala, e, porventura, prolongar-se na direcção de Léste, atravessando o Cariango e ligando-se, no Mussende, à linha Malange-Bailundo-Quipungo ou Capelongo.

Parece-nos que uma rêde assim concebida satisfaria por um período larguíssimo às necessidades de Angola, cuja colonização temos de fazer. É da nossa missão colonizadora, histórica; e é um imperativo absoluto que nos impõe a nossa natalidade exuberante,



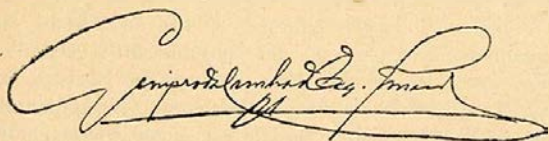
**Gravador Pastor**  
R. PEDRO 1º 47 TELEF. 2-7095  
RIO DE JANEIRO

**CLICHÉS**  
EM ZINCO E CORRE  
TRICROMIAS  
DOUBLES  
CRAVURAS e ZINCO  
GRAFIAS E.T.C.

as restricções criadas pelos países de immigração e a insuficiência do território metropolitano. E como colonizar é transportar — é já sedição a frase — impõe-se assegurar os transportes para não sujeitar essa colonização a uma vida rudimentar e vegetativa, inaceitável na época em que vivemos e inconcebível num futuro próximo.

Evidentemente, uma tal rêde não pode construir-se de um jacto nem dentro de um período curto. O que pretendemos é que, dentro desta ou de uma outra orientação melhor, se assente em um plano da rêde ferroviária de Angola, encaminhando-a desde já nas directrizes que fôrem consideradas as melhores, para que não haja, depois, que ter em atenção *fantasias* e aleijões que à construção dessa rêde venham opôr-se ou criar dificuldades.

Funchal — Setembro de 1934.



“Modernamente está em uso mostrar que se desdenha ao português povoador destas regiões americanas, esmerando-se a fantasia de superficiais historiadores em provar quão adiantados estaríamos se tivéssemos tido a ventura de ser nossa terra colonizada por outro país que não a rude Lusitania. Tão apropriado era o povo escolhido para fundar o Rio Grande do Sul, que lhe bastaram poucos anos do novo meio e clima para dar aqui um novo tipo originalíssimo: a população riograndense. Nenhuma raça mostrou esta faculdade de adaptação”.

ALFREDO VARELA

## “O IMPÉRIO PORTUGUÊS”

Êste simpático hebdomadário que vê a luz da publicidade na cidade de Lisboa, e com o qual permutamos, jámais teve uma simples palavra de elementar cortezia para a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, o que nos seria inteiramente indiferente, se não fôra o desplante heróico com que habitualmente enche a bilha na nossa fonte, transcrevendo artigos e mais artigos, sem, ao menos, declinar a procedência.

Contra êste hábito, — feio hábito, por sinal —, que aberra da mais curial ética jornalística, não podemos deixar de protestar, e ao mesmo tempo de lamentar que o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO — publicação que vem servindo a causa do pan-lusitanismo com uma dedicação excepcional, porquanto desdenha de interêsses e não cogita de compensações materiais — tenha de fazer-se éco de tão aberrante deslialdade...

## “Ana a Kalunga”

Por HIPÓLITO RAPOSO

Os mui distintos dotes de intelligência e cultura, e os admiráveis predicados de estilista que são o timbre da pena ática do Dr. Hipólito Raposo, afirmam-se mais uma vez, e notavelmente, neste seu livro que o correio nos acaba de pôr nas mãos, em uma manhã dominical e de invernia inclemente, — coisa devéras rara nesta faceira e luminosa cidade do Santo Mártir, e que por isso mesmo tanto nos fez recordar os dias tristes, friorentos e tempestuosos, da ribeira distante em que nascemos, e durante os quais o Lima não é mais *brando e claro*...

Em *Ana a Kalunga*, que lemos de uma só vez, — repetindo, encantado, essa viagem ao longo da costa ocidental da África, dessa terra para nós outros peregrina, porque tudo nela nos fala à intelligência e ao coração, à sensibilidade e ao amor da Pátria; onde tudo nos diz dos méritos e da potencialidade da Raça, onde tudo espicaça o nosso espírito de criar e agir, seguindo o rasto profundo dos nossos maiores, — não sabemos, com franqueza, o que admirar com maior fervor, se o esmêro da linguágem, — o culto amoroso desta *lingua que se fez peregrina e por andar embarcada nas náus de guerra e de tracto, cujas velas desabrochando à luz do Tejo como grandes cruciferas, exalavam aromas de todo o mundo: nas suas roupágens clássicas vem outros enjeites bordar-se, as tatuágens negras e rubras da África e da América, as cores e os esmaltes do Oriente, mares e montanhas de luz fascinadora* —, se o desejo inquebrantável de servir e a vontade arreigada e bem portuguesa de *bien faire*, que são o guia vigilante do labor intelectual do seu autor, que dêste modo reafirma a sua confiança tranqüila na restauração, na alma lusíada, dos ideais e dos pendores ultramarinos, — voz ignota que nos impele, nos arroja e nos comanda desde tempos remoto e gloriosos...

Por uma coisa e outra — e ainda por muitos mais títulos — *Ana a Kalunga* é um livro para ser guardado e a miude consultado, entre o que há de bom na bibliografia colonial portuguesa, a despeito de alguns remosques ao Parlamento, impróprios, pela vulgaridade, dos talentos do illustre escritor.

A. de B.

## CONCESSÃO DE TERRENOS A ESTRANGEIROS

A-pesar das dificuldades apontadas como causa da falta de fixação de estrangeiros na Província de Angola, as concessões de terrenos a indivíduos ou empresas de várias nacionalidades atingiu em 1931 o total de 391.488 hectares, assim distribuídos:

Inglaterra.....	281.259
Alemanha.....	56.544
América.....	2.015
Noruéga.....	2.571
Dinamarca.....	5.642
Suíça.....	12.105
Bélgica.....	15.629
Irlanda.....	3.871
Espanha.....	2.370
Holanda.....	4.809
Polónia, Itália, Grécia, Áustria e França...	4.673
	<b>391.488</b>



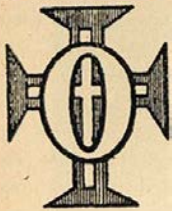
# As colónias portuguesas não se podem vender

PELO TENENTE-CORONEL J. R. DA COSTA JUNIOR

(ESPECIAL.)

PROFESSOR - ESCRITOR E PUBLICISTA

SOCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO



“Diario de Noticias”, importante e conceituado diário da capital portuguesa, transcreveu, em 29 de Maio passado uma local de um jornal inglês que noticiava ter o Japão oferecido ao Governo Por-

tuguês determinada importância em troca da nossa Colónia de Timor e acrescentava que a Holanda, senhora de quasi metade da ilha onde se encontra aquela colónia, reclamára contra a oferta japonesa, alegando o seu direito de opção na compra.

São frequentes as atoardas desta jaez nos jornais estrangeiros, mesmo nos mais categorizados e circunspectos, obrigando o nosso Ministério das Colónias a declarar essas atoardas absolutamente destituídas de fundamento.

E' natural que provocasse repulsa geral no nosso país uma proposta de alienação de qualquer parcela do território colonial português, quanto mais de uma colónia, embora muito longínqua; mas também é certo que a perspectiva dessa repulsa não é coisa que desanime quem começa por não ter escrúpulos em ofender uma nação ciosa dos seus direitos e sempre cumpridora dos seus deveres. E tenho observado que as referidas atoardas, cujo objectivo não pode deixar de ser o de preparar os espiritos para o negócio ou expoliação em projecto, influem nefastamente na alma portuguesa sempre propensa à boa fé, sofrendo-a na sua legítima aspiração por um Portugal maior do que esta tira de 89.106 quilómetros quadrados no extremo ocidental da Europa.

Numa reunião da Comissão Africana da Sociedade de Geografia de Lisboa, quando se tratava de refutar

as descrições ou doutrinas que estrangeiros de pouco honestos intuítos publicavam já em livros, sobre a nossa insuticiência ou incapacidade colonizadora, o capitão tenente de marinha Sr. Carlos Pereira, antigo governador da Guiné e da Companhia de Moçambique, disse que, conhecendo todas as colónias estrangeiras, podia afirmar que, perante o que nelas observou, o que existe nas nossas não é de molde a apoucar-nos, antes pelo contrário. E mais disse que o que nos cumpria fazer em face de tanta mentira, era verificar certas verdades que se observavam nas colónias de outros países e publicá-las em várias línguas para que o mundo fizesse inteira justiça a Portugal.

Era necessário mostrar ao mundo que somos dignos de património colonial que nos legaram nossos antepassados, não só porque os civilizamos também ou melhor do que outras nações — direito de civilização —, mas ainda porque foram portugueses que descobriram conquistaram e

ocuparam esse património — direito de posse.

E os portugueses arriscaram vidas e dinheiro na descoberta de novos mares e novas terras para lhes levar a civilização da bondade e da afectividade, quando as principais nações da Europa se degladiavam em estereis lutas políticas.

Não, não, as colónias portuguesas não se podem vender, porque vender qualquer uma seria vender uma porção de Portugal.

Estabelece o artigo 1.º da Constituição Política da Nação Portuguesa, que ora nos rege: “o território de Portugal é o que actualmente lhe pertence e compreende:

1.º Na Europa: o continente e arquipélagos da Madeira e dos Açores;



A aluna do Instituto Feminino de Educação e Trabalho, Julieta da Graça do Espírito Santo, que discursou na “Sala Portugal” da Sociedade de Geografia de Lisboa.

2.º Na África ocidental: o arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista do Ajudá, Cabinda e Angola.

3.º Na África oriental: Moçambique;

4.º Na Ásia: o Estado da Índia, Macau e respectivas dependências;

5.º — Na Oceânia: Timor e suas dependências.

Tudo é território de Portugal, tudo constitue hoje a mesma Pátria fundada por Afonso Henriques e expandida para tôdas essas partes do mundo, logo que dos mouros era limpa tôda a terra da Europa que por decreto do destino, não devia ser espanhola.

Até o pequenino forte engravado no reino de Dhomei, onde pouquíssimos portugueses vêem tremular a nossa bandeira, é uma parcela de Portugal cuja venda seria uma mutilação, um crime portanto.

Mas as colónias portuguesas não se podem vender porque diz o Acto Colonial, hoje incluído na Constituição Política da Nação Portuguesa:

“Artigo 5.º — O Império Colonial Português é solidário nas suas partes componentes e com a metrópole.

“Art. 7.º — O Estado não aliéna, por nenhum modo qualquer dos territórios e direitos coloniais de Portugal, sem prejuizo da rectificação de fronteiras quando aprovada pela Assembleia Nacional.

E a mesma Constituição no artigo 2.º, corrobora da seguinte maneira.

“Nenhuma parcela do território nacional pode ser adquirida por Governo ou entidade de direito público de país estrangeiro, salvo para representação diplomática ou consular.

Em conclusão: Portugal é, una e indivisível, a grande nação com mais de dois milhões de quilómetros quadrados de terras, que quinze milhões de lusitanos, africanos, asiáticos e malaios ocupam e estremezem, no ocidente da Europa, nas ilhas do Atlântico, nas costas de África e da Índia, na península de Nagoman na China e em pouco mais de metade da ilha de Timor.

Os nove milhões de africanos, asiáticos e malaios naturais das nossas colónias são portugueses, porque o artigo 7.º da Constituição Política da Nação Portuguesa, combinado com o art. 18.º do Código Civil adaptado à nova terminologia política, considera “cidadãos portugueses todos os que nascem no território de Portugal, de pai e mãe portugueses, de pais incógnitos ou de nacionalidade desconhecida e ainda os filhos de pai estrangeiro que não resida por serviço de sua nação”.

Mas, a reforçar esta disposição das leis basilares da República Portuguesa, há o facto sentimental, mas não menos jurídico de todos êsses milhões de africanos, asiáticos e malaios quererem ser portugueses e de, em qualquer parte do mundo ou situação em que se encontram todos eles terem orgulho em dizer-se portugueses.

Há pouco, segundo notícia do Rio de Janeiro, foi ali preso por motivo da morte em combate de um *boxeur brasileiro*, um outro *boxeur* de cor preta que declarou: “sou português, apesar de preto; nasci no Arquipélago de Cabo Verde”. Esta declaração, a mim pelo menos, despertou-me simpatia pelo cabo-verdeano.

Os régulos da Guiné que o Governo português trouxe a Lisboa por ocasião da grande exposição industrial portuguesa de 1932, a tôda a gente que os ouvia, diziam com íntima convicção: “somos portugueses

também” e os portugueses que os escutavam eram tentados a abraçá-los.

Na sessão da inauguração da Semana das Colónias, da iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, houve a feliz ideia de deixar discursar a dar largas à sua alma, estudantes de várias colónias que estudam em Lisboa.

Por acaso, fui chamado a rever o trabalho de um macaísta; era um pequeno poema em prosa dos feitos heróicos dos portugueses na sua terra, de quanto os portugueses haviam engrandecido Macau e do enorme orgulho que tinha de ser português.

O Instituto Feminino de Educação e Trabalho, cometeu a uma de suas alunas de cor preta e filha de pretos, natural de S. Tomé, o encargo de ir, áquela grande sala da Sociedade de Geografia, falar das belezas da sua terra, e a pequena acrescentou quanto a sua educação devia áquele importante estabelecimento de ensino, quanto ali a estimavam as suas colegas de cor, brancas quasi tôdas, e que a sua pátria era Portugal, porque ela era portuguesa.

Alguém que julgava ir rir-se o auditório de ver uma preta a discursar, ficou surpreendido com os máximos e longos aplausos de milhares brancos portugueses; uma professora não se conteve que não beijasse a pequena negra e o director e professores do Instituto de Odivelas estenderam-lhe a mão a felicitá-la. E’ assim que os portugueses civilizam.

Quando os aviadores tenente Umberto Cruz e Carlos Bleck aterraram próximo de Dhomei, apareceram-lhe uns pretos a falar português: eram do minúsculo território de Ajudá onde, não obstante cercados de idioma francês, não deixaram de falar a nossa língua e de se vangloriarem de serem portugueses.

Finalmente, tivemos recentemente, na metrópole portuguesa, a representação étnica de tôdas as colónias na exposição colonial que se realizou na cidade do Pôrto.

Dessa representação faziam parte uma companhia de infantaria indígena de Moçambique e uma banda de música de infantaria indígena de Angola. Esta tropa tomou parte na grande parada militar do dia 28 de Maio em Lisboa e desceu a Avenida da Liberdade entre o último contingente das tropas apeadas e a primeira unidade de tropas montadas enquanto salvas de palmas acompanhavam esses outros portugueses, da praça Marquês de Pombal à Praça dos Restauradores. E’ que êsses negros sob o comando de oficiais e sargentos brancos, marchavam com o maior garbo e, êles representantes d’esses países enormes que são Angola e Moçambique, escoltavam a bandeira verde-rubra da nossa e sua Pátria, a bandeira de Portugal, bandeira que os educa, bandeira que os civiliza, bandeira que os protege, criando na sua alma, em vez de ódio contra os dominadores, o respeito e a estima por êles.

As colónias portuguesas não pôdem, pois vender-se, porque, com a menor delas que se alienasse, transacionar-se-iam os seus habitantes, negociar-se-iam portugueses. Não as vendeu Portugal, quando a sua situação financeira era difícil; havia de vendê-las agora que o Estado Novo desempenhou a Nação, fomenta as suas inúmeras riquezas, reconstitui e dota convenientemente a defesa nacional e demonstra possuir recursos para desenvolver a sua grande missão colonizadora? JAMAIS.

2.º Na África ocidental: o arquipélago de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe e suas dependências, S. João Baptista do Ajudá, Cabinda e Angola.

3.º Na África oriental: Moçambique;

4.º Na Ásia: o Estado da Índia, Macau e respectivas dependências;

5.º — Na Oceânia: Timor e suas dependências.

Tudo é território de Portugal, tudo constitue hoje a mesma Pátria fundada por Afonso Henriques e expandida para tôdas essas partes do mundo, logo que dos mouros era limpa tôda a terra da Europa que por decreto do destino, não devia ser espanhola.

Até o pequenino forte encravado no reino de Dhomei, onde pouquíssimos portugueses vêm tremular a nossa bandeira, é uma parcela de Portugal cuja venda seria uma mutilação, um crime portanto.

Mas as colónias portuguesas não se podem vender porque diz o Acto Colonial, hoje incluído na Constituição Política da Nação Portuguesa:

“Artigo 5.º — O Império Colonial Português é solidário nas suas partes componentes e com a metrópole.

“Art. 7.º — O Estado não aliéna, por nenhum modo qualquer dos territórios e direitos coloniais de Portugal, sem prejuízo da rectificação de fronteiras quando aprovada pela Assembleia Nacional.

E a mesma Constituição no artigo 2.º, corrobora da seguinte maneira.

“Nenhuma parcela do território nacional pode ser adquirida por Governo ou entidade de direito público de país estrangeiro, salvo para representação diplomática ou consular.

Em conclusão: Portugal é, una e indivisível, a grande nação com mais de dois milhões de quilómetros quadrados de terras, que quinze milhões de lusitanos, africanos, asiáticos e malaios ocupam e estremeçam, no ocidente da Europa, nas ilhas do Atlântico, nas costas de África e da Índia, na península de Nagoman na China e em pouco mais de metade da ilha de Timor.

Os nove milhões de africanos, asiáticos e malaios naturais das nossas colónias são portugueses, porque o artigo 7.º da Constituição Política da Nação Portuguesa, combinado com o art. 18.º do Código Civil adaptado à nova terminologia política, considera “cidadãos portugueses todos os que nascem no território de Portugal, de pai e mãe portugueses, de pais incógnitos ou de nacionalidade desconhecida e ainda os filhos de pai estrangeiro que não resida por serviço de sua nação”.

Mas, a reforçar esta disposição das leis basilares da República Portuguesa, há o facto sentimental, mas não menos jurídico de todos êsses milhões de africanos, asiáticos e malaios quererem ser portugueses e de, em qualquer parte do mundo ou situação em que se encontrem todos eles terem orgulho em dizer-se portugueses.

Há pouco, segundo notícia do Rio de Janeiro, foi ali preso por motivo da morte em combate de um *boxeur brasileiro*, um outro *boxeur* de cor preta que declarou: “sou português, apesar de preto; nasci no Arquipélago de Cabo Verde”. Esta declaração, a mim pelo menos, despertou-me simpatia pelo cabo-verdeano.

Os régulos da Guiné que o Governo português trouxe a Lisboa por ocasião da grande exposição industrial portuguesa de 1932, a tôda a gente que os ouvia, diziam com íntima convicção: “somos portugueses

também” e os portugueses que os escutavam eram tentados a abraçá-los.

Na sessão da inauguração da Semana das Colónias, da iniciativa da Sociedade de Geografia de Lisboa, houve a feliz ideia de deixar discursar a dar largas à sua alma, estudantes de várias colónias que estudam em Lisboa.

Por acaso, fui chamado a rever o trabalho de um macaísta; era um pequeno poema em prosa dos feitos heróicos dos portugueses na sua terra, de quanto os portugueses haviam engrandecido Macau e do enorme orgulho que tinha de ser português.

O Instituto Feminino de Educação e Trabalho, cometeu a uma de suas alunas de côr preta e filha de pretos, natural de S. Tomé, o encargo de ir, àquela grande sala da Sociedade de Geografia, falar das belezas da sua terra, e a pequena acrescentou quanto a sua educação devia áquele importante estabelecimento de ensino, quanto ali a estimavam as suas colegas de côr, brancas quasi tôdas, e que a sua pátria era Portugal, porque ela era portuguesa.

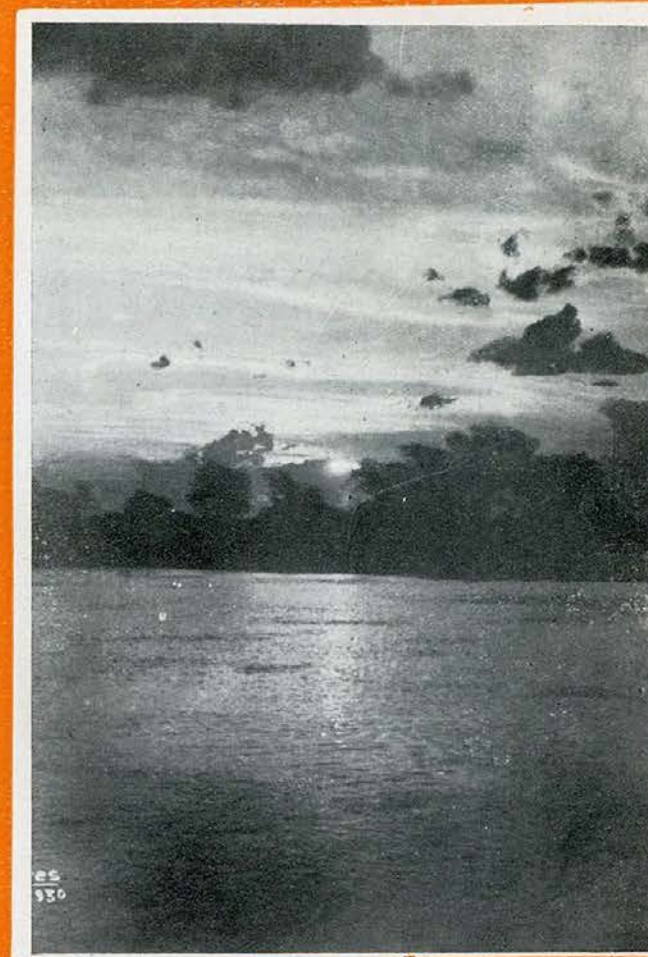
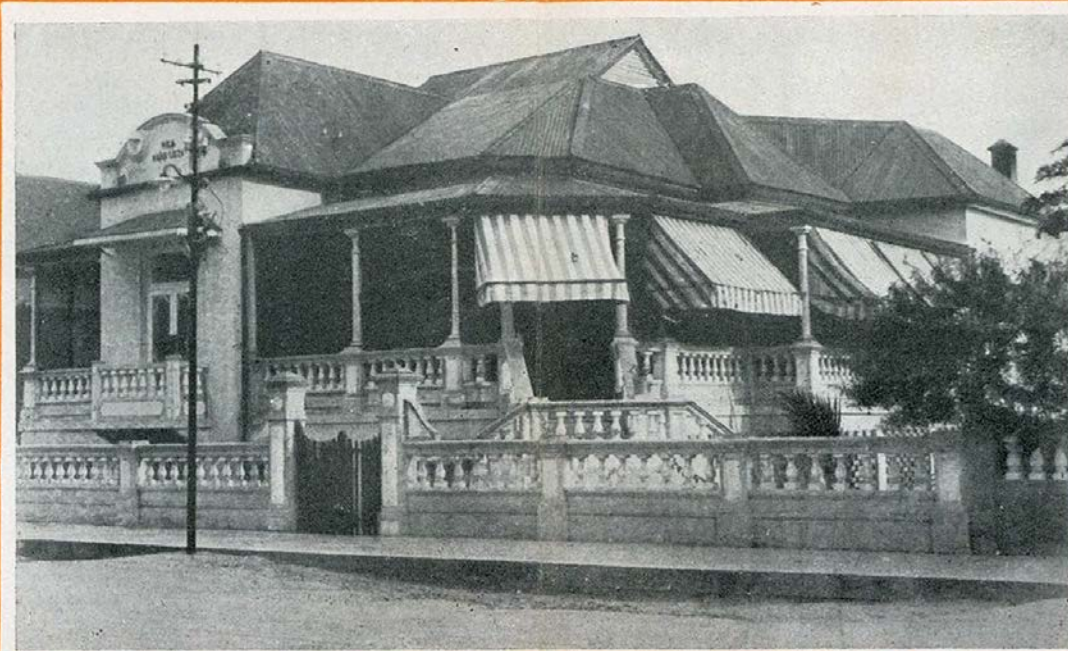
Alguém que julgava ir rir-se o auditório de ver uma preta a discursar, ficou surpreendido com os máximos e longos aplausos de milhares brancos portugueses; uma professora não se conteve que não beijasse a pequena negra e o director e professores do Instituto de Odivelas estenderam-lhe a mão a felicitá-la. E' assim que os portugueses civilizam.

Quando os aviadores tenente Umberto Cruz e Carlos Bleck aterraram próximo de Dhomei, apareceram-lhe uns pretos a falar português: eram do minúsculo território de Ajudá onde, não obstante cercados de idioma francês, não deixaram de falar a nossa língua e de se vangloriarem de serem portugueses.

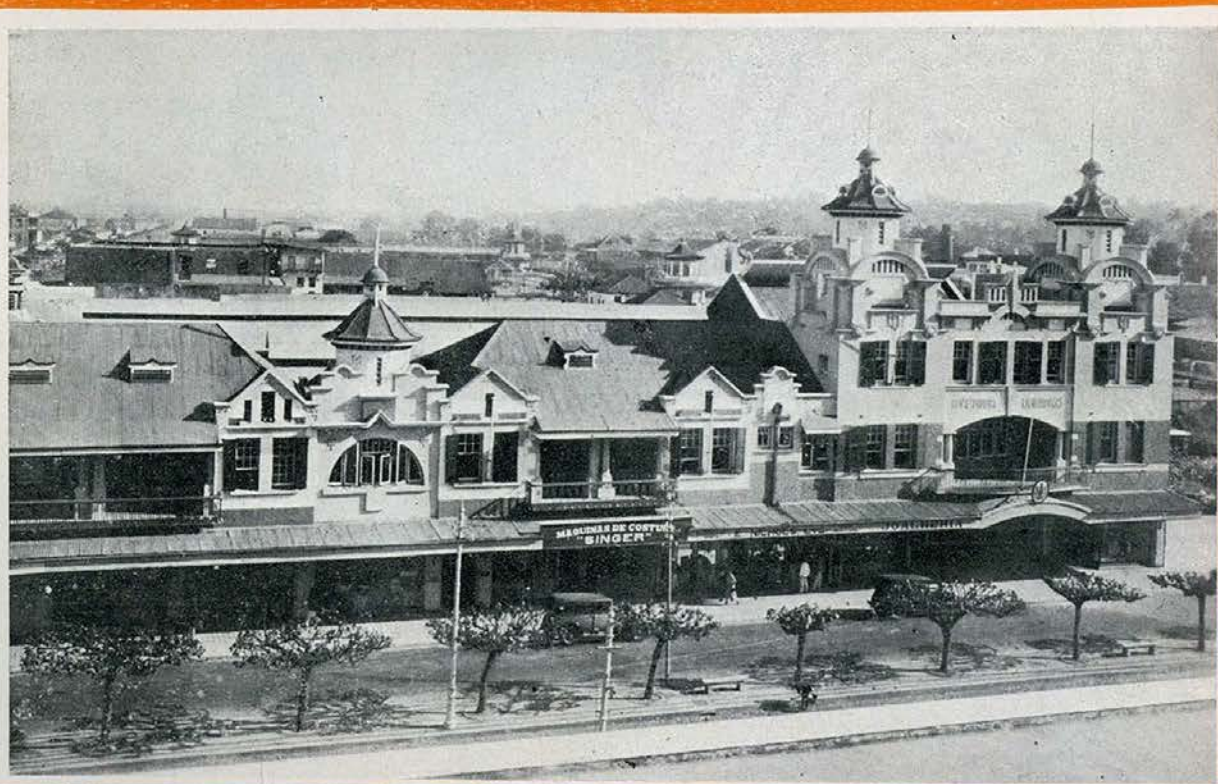
Finalmente, tivemos recentemente, na metrópole portuguesa, a representação étnica de tôdas as colónias na exposição colonial que se realizou na cidade do Porto.

Dessa representação faziam parte uma companhia de infantaria indígena de Moçambique e uma banda de música de infantaria indígena de Angola. Esta tropa tomou parte na grande parada militar do dia 28 de Maio em Lisboa e desceu a Avenida da Liberdade entre o último contingente das tropas apeadas e a primeira unidade de tropas montadas enquanto salvas de palmas acompanhavam esses outros portugueses, da praça Marquês de Pombal à Praça dos Restauradores. E' que êsses negros sob o comando de oficiais e sargentos brancos, marchavam com o maior garbo e, êles representantes dêsses países enormes que são Angola e Moçambique, escoltavam a bandeira verde-rubra da nossa e sua Pátria, a bandeira de Portugal, bandeira que os educa, bandeira que os civiliza, bandeira que os protege, criando na sua alma, em vez de ódio contra os dominadores, o respeito e a estima por êles.

As colónias portuguesas não pôdem, pois vender-se, porque, com a menor delas que se alienasse, transacionar-se-iam os seus habitantes, negociar-se-iam portugueses. Não as vendeu Portugal, quando a sua situação financeira era difícil; havia de vendê-las agora que o Estado Novo desempenhou a Nação, fomenta as suas inúmeras riquezas, reconstitui e dota convenientemente a defesa nacional e demonstra possuir recursos para desenvolver a sua grande missão colonizadora? JAMAIS.



TIMOR..... — A Igreja Matriz de Dili.  
 BEIRA..... — O tipo de habitação do bairro denominado "Ponta Gea"  
 ANGOLA..... — Um poente no Rio Cunene  
 LOURENÇO MARQUES — Avenida Aguiar  
 INDIA..... — Monumento a Vasco da Gama no Jardim Municipal — Nova-Goa





FAC-SIMILE DOS DIPLOMAS DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO  
(DESENHO DE CORREIA DIAS)



ALGUNS ESPECÍMES DA FAUNA ANGOLENSE

# MOÇAMBIQUE

## DUAS ÉPOCAS

(ESPECIAL)

**A**FIRMA-SE em documento recém-publicado que, em Moçambique, só a partir de 1926 houve contas públicas. Não se faz preceder a frase de qualquer explicação e nada se diz, ao depois que justifique o dito.

Sou levado portanto a crer que houve o deliberado propósito de criar no espírito público, a idéa de que Moçambique viveu desde sempre mergulhado no mais completo e perturbante caos financeiro e que, súbitamente, dêle emergiu nêsse ano da graça de 1926.

Acrésce que o trabalho a que faço referência se encontra em um documento que corre sob o título "A obra da Ditadura em Moçambique". É natural o meu desejo — falo como simples cidadão e como antigo íncola de Moçambique — de querer saber qual o milagre que se produziu para que Moçambique tão rápida e prontamente saísse de uma situação grave sob todos os aspectos.

Declaro que o mutismo em que se envolve o problema não me satisfaz, e posso afirmá-lo que também deixa perplexos os demais leitores da obra.

É meu parecer, que interessa fazer com verdade a história das finanças daquela rica Província de Portugal, situada no Leste Africano. Circunstâncias de ordem vária, têm-me

PELO DR. JOÃO RIBEIRO GOMES

ANTIGO DEPUTADO, ANTIGO SECRETÁRIO PROVINCIAL DE FINANÇAS DE MOÇAMBIQUE; PROFESSOR, AVOGADO, JORNALISTA E OFFICIAL DO EXÉRCITO

inibido de publicar os muitos, vários e substanciais elementos que possuo sôbre a matéria. Enquanto se mantém esta minha situação e outrem não efectiva obra de tal importância, historiemos rapidamente os fenómenos, para contribuirmos de algum modo para o esclarecimento da verdade.

Disse que o assunto tinha primacial importância. É verdade: atribuo o atrazo em que viveu e ainda vive Moçambique à ausência quási completa de contas. Ninguém pode administrar uma empresa sem o conhecimento total, perfeito e regular da sua escrita. Tudo quanto não seja assim, significa viver à *la dérive*, com impossibilidades de prever e de realizar.

A situação de Moçambique, como a fui encontrar em 1919, era de ordem tal que me obrigou a escrever para o Ministério das Colónias palavras como estas: "se um Banco ou casa comercial vivesse na anarquia financeira em que a Província se encontra, já e de há muito, as suas portas teriam sido mandadas ju-

dicialmente encerrar e os seus administradores e gerentes haveriam sido metidos na cadeia". Noutra passagem deste documento eu apresentava: "fala-se muito agora em empréstimos externos para largas e profundas obras de fomento. Má política esta. Pois se nós não sabemos trabalhar convenientemente com os rendimentos próprios da Província, como atirmos para a fogueira com milhões e milhões de libras dos



DR. JOÃO RIBEIRO GOMES



outros, que empréstan o dinheiro mais com um fim político do que financeiro? Arrumemos primeiro a casa e depois, já com segurança e confiados, entremos em regime de empréstimos externos. Até iá o mais elementar bom senso obriga-nos a fugir de aventuras perigosas”.

Convém dizer que no ano em que eu assim falava, exercia na Província as funções de Auditor Fiscal. Tinha autoridade para assim exprimir-me.

Basta recordar as dificuldades que encontrei, desde sempre, no exercício do meu cargo, para verificar quanto se tornava incómoda uma fiscalização de contas exercida *in loco*. O legislador que acertada e inteligentemente concedeu às Províncias Ultramarinas a autonomia administrativa e financeira, não podia prescindir de maneira alguma de um delegado directo do Ministro das Colónias em cada uma delas. Precisava seguir com o mais atento cuidado os latos poderes, que por delegação, conferira aos governos locais. Disse-se, então, que a permanência dos Auditores perturbava a existência dos Governadores. Não era assim. Nos Domínios e nas Colónias inglesas os “Auditors” existem e jámais, nem Altos Comissários, Ministros e funcionários se lembraram de entrar-lhes a acção. E se compararmos as faculdades e os poderes que lhes são conferidos com os que fôram atribuídos aos antigos auditores, conclúe-se que o legislador nacional quis fazer apenas uma experiência, mas receoso de desagradar aos governos locais.

Foi neste pósto de Auditor Fiscal, que observei com detalhe e minúcia o que era o confusonismo da contabilidade moçambicana. Mais tarde, quando Secretário Provincial de Finanças de Moçambique, consegui pôr-lhe termo.

Não tendo encontrado matéria prima para trabalhar, poder-me-ia quedar tranqüilo. Não o entendi assim.

Durante quási quatro longos anos, tive de ir preparando o espírito dos altos funcionários da Província menos relapsos à aceitação de uma fórmula nova que conduzisse a Administração Pública em outros e mais seguros processos de trabalho. Devo confessar, para ser justo, que a meu lado, tive sempre dando-me o mais franco apoio o antigo Chefe do Departamento Marítimo, o falecido Comandante João Belo, que veio mais tarde a ilustrar o seu nome como Ministro das Colónias. Entendi que o mal só podia ser debelado desde que o atacasse simultâneamente por dois lados. Primeiro, impunha-se encontrar um sistema de

contabilidade; de tal forma simples, claro e preciso que não viesse trazer mais perturbações à vida já de si difficil de Moçambique. Fôsse êle qual fôsse, teria de vir a ser trabalhado por uma massa de funcionários, costumada por uma longa tradição e com hábitos enquistados a encarar os problemas da Fazenda sob um ângulo muito pessoal. Depois, contando com uma possível resistência activa e passiva dos funcionários da Fazenda, convinha também que o novo sistema contivésse princípios que ao público em geral dêsse garantias de praticabilidade e lhe oferecêsse vantágens nas suas relações com a Administração. Redigi as bases da Reforma da Contabilidade Pública de Moçambique sem esperanças de vê-las aprovadas. Felizmente, o Alto Comissário Sr. Dr. Brito Camacho, entendeu em seu justo critério que prestava um alto serviço a Moçambique contribuindo para uma modificação substancial daquêle péssimo estado de coisas fazendárias.

De passagem devo acrescentar, como exemplo e para poder aquilatar-se das dificuldades em que me encontrava para poder fazer alguma coisa de novo em Moçambique que, para instituir na Província os serviços regulares de Estatística tive de criá-los, nessa mesma Reforma de Contabilidade. Era de prever que, com a saída do Alto Comissário, as bases publicadas ficássem letra morta. Supôs-se, muito tempo que a soma de trabalho dispendido para a sua fatura, viria a perder-se. Não foi assim. Durante a minha curta ausência da Província e a instâncias minhas, foi submetido à discussão e voto do Conselho Legislativo uma portaria que criava a Repartição de Estatística e o regulamento pelo qual êstes serviços éram criados e montados em tôda a Província. Foi rejeitado. E o pior, os argumentos empregados por aquêles que fizeram naufragar o projecto. Houve médico célebre que chegou a negar a utilidade da estatística e fez considerações assaz curiosas sôbre a corrente e mais que vulgar expressão que nêle se continha: movimento fisiológico da população, “que isso de fisiológico, em populações era asneira e grande...”

Pouco tempo estive ausente da Província, como disse. Fui contratado para exercer as funções de Secretário Provincial de Finanças. Mudava assim por complêto a situação. Como Auditor os meus projectos, as minhas sugestões podiam ser tomadas, no melhor sentido, como simples desejo de auxiliar a Administração da Província praticando actos que iam além das

funções especiais do meu emprêgo e perante aqueles que queriam levar vida sem preocupações de maior a minha actividade naquêlê capítulo podia ser mal interpretada.

No novo cargo, não. O diploma que regulava as bases estava feito. Muito providentemente não saí de Lisboa sem ter conseguido que fôsem contratados na Metrópole e na Província os quatro contabilistas de que necessitava para o novo diploma poder ser executado inteira e completamente. Era também ar e sangue novo que eu introduzia na circulação da Província. Fui feliz na escolha. Tive a imensa sorte de ter encontrado quatro técnicos de uma competência pouco comum, tôdas pessoas da maior responsabilidade e com qualidades de trabalho excepcionais.

De Novembro de 1924 a Junho do ano seguinte viu-se o que eram bem no fundo os serviços de Fazenda e foi-se apurando o diploma a publicar. Contra minha vontade só a meia duzia de dias do novo ano económico consegui arrancar do Conselho Legislativo, e não sem esforço, a aprovação do regulamento das Bases da Reforma da Contabilidade Pública. Curioso é também referir o método de que me servi para o fazer entrar em execução em tôda a Província. Dada a época tardia de sua publicação no Boletim Oficial da Colónia, pois êsse documento iria chegar aos pontos mais afastados quinze a vinte dias depois do seu aparecimento na folha oficial, aproveitei-me da Telegrafia Sem Fios, e durante algumas noites fôram sendo dadas instruções de tal modo precisas que os funcionários sabiam em cada dia do mês seguinte o que tinham a fazer. Quando todos julgavam que êste período de transição entre dois sistemas de contabilidade traria para a vida da Província enormes perturbações verificou-se que a passagem se efectuou serenamente.

Não tive a preocupação de criar com a Reforma um sistema rígido. Uma colónia em formação precisa dispôr de uma legislação maleável em si própria, pronta sempre a adaptar-se a tôdas as circunstâncias e em condições de não servir de entrave ao seu natural desenvolvimento. Criei por isso uma Comissão Permanente de Contabilidade. Semanalmente recolhia os informes das dificuldades encontradas na aplicação da lei. Por meio de instruções corrigiam-se os defeitos encontrados, e periódicamente, com o voto do Conselho Legislativo, faziam-se novas publicações da Reforma o que lhe assegurava um aspecto prático e estável.

Assentei o novo sistema na Conta Patrimonial do Estado. Introduzi o sistema das Comissões Administrativas por grandes serviços o que correspondia a criar um espírito novo na administração provincial e assim dado o critério em que as fiz estabelecer, passavam a ser uma escola interessante de administração.

Suprimi tôdas as velharias do sistema antigo que se baseava na desconfiança mútua, o que dava em lugar uma série infinita de elementos de fiscalização que se antepunham e sobrepunham de tal modo que se acabava por não se fiscalizar fôsse o que fôsse.

A parte capital da Reforma residia na modificação que fiz sofrer ao regime até então estabelecido e nas relações do Estado com o Banco Emissor que pelo contrato desempenhava as funções de Caixa Central do Tesouro. Até então o Banco fiscalizava inteira e completamente o Estado, e não havia contrapartida. Pela Reforma, Estado e Banco ocupavam cada qual as suas posições sem interferências mortificantes, perturbadoras e susceptíveis de diminuir o prestígio do poder.

Não quero deixar de fazer referência ao método que criei nêste sistema. Passei a dar uma grande mobilidade às receitas provinciais. Fiz cessar terminantemente o péssimo hábito das pequenas-grandes caixas, espalhadas pela Província, que dispunham por vezes de capitais avultados sem que o Administrador Geral da Fazenda Pública soubesse o seu quantitativo nem pudesse determinar por quanto tempo êsses capitais se encontravam inactivos.

Até à montagem dos novos serviços eram constantes as dificuldades na Província em matéria de dinheiros. Muitas e bastas vezes houve necessidade de recorrer a empréstimos feitos no Banco Emissor. Os juros que se pagavam, a maneira infantil como eram creditados em prejuízo dos cofres públicos...

Seria demasiadamente longo enumerar, mesmo a traços gerais, o que em matéria de finanças e no seu ramo muito particular de contabilidade pública se fez nêste período. A simples apresentação do orçamento dêsse ano, com os seus três volumes, prática que depois deixou de seguir-se, revela bem quanto esforço útil foi dispendido.

J. Ribeiro Gomes



**A**PESAR da redução constante que o governo local vem fazendo no orçamento das dotações para o ensino, o movimento escolar continua sendo animador, interessante. A iniciativa particular tem procurado suprir as deficiências do Estado; tem mesmo superado a má vontade de alguns antigos governadores que garantiam que o nativo sabia ler até de mais.

Por causa desta frase, os maiores nativos pugnam pela fundação duma agremiação chamada Liga de Defesa dos Interesses Indígenas de S. Tomé e Príncipe. Esta associação de fins políticos, desenvolveu mais a sua actividade no capítulo do ensino, fundando escolas, quer na séde, quer nos pontos onde o ensino era mais raro.

Porém a incompreensão, a relativa má-vontade e a intriga souberam manejar a política que em duas penadas destruiu todo o sonho grandioso d'este pequenino povo. Isto passou-se há já alguns anos. Ficou no espirito do nativo a ideia indelével da necessidade de instrução. O pai inculco de hoje ambiciona vêr o seu filho educado, com a instrução primária pelo menos. E' a maior herança que lhe pode legar, diante da pobreza espantosa em que tôda a gente se encontra.

Existem ao todo vinte escolas officiais, onde os professores diplomados, funcionários públicos, ministram o ensino. Apesar disso existem dispersas em quasi todos os cantos da ilha muitas escolas particulares; a' também se preparam candidatos a exame. A boa vontade em aprender é espantosa e única. As criancinhas abandonam a casa de seus pais de manhã; percorrem alguns quilómetros até à escola. A' tarde regressam. Os mais crescidos que por quaisquer razões não podem frequentar a escola de dia, vão à noite.

Não exige a lei que se frequente a escola na idade escolar? Pois bem, não há memória de ter sido algum pai ou encarregado da educação castigado por ter infringido as disposições da lei. A ilha é bem pequena; nela, todos, quasi se conhecem uns aos outros. Qualquer transgressor da lei seria facilmente notado. Ah, mas em todo este esforço do povo santomense há uma desolação em cada lar.

Feito o último exame de instrução primária, fica a criança sem ter em que empregar a sua actividade. A família começa a lutar com dificuldades enormes para obter a colocação do antigo estudante.

Nas propriedades ou roças ninguém aceita o nativo porque é fidalgo, ou porque os trabalhadores oriundos das outras colónias não lhe dão o respeito devido, ou porque por ser mais civilizado não pode sujeitar-se a uma remuneração insignificante.

Forma-se então uma legião de assaltantes às funções públicas e ao comércio.

Hoje porque a crise é grande, todos esses rapazes têm-se dedicado a tudo, para ganharem a vida honestamente. Antigamente os poderosos latifundiários da ilha pensaram em reduzi-los à triste situação dos selvagens que para cá se vêm civilizar. A relativa instrução e civilização que possuíam, serviu-lhes de escudo; resistiram. Por isso se bramou aos quatro cantos, como lugar comum, que o nativo de S. Tomé era vadio. Não era verdade. Não se sujeitavam a ridicularias pela mesma razão que o europeu, homem civilizado, se não sujeita. O negro santomense é trabalhador e inteligente; tem dado provas eloquentíssimas nas terras para onde emigra. Não existe mais colónia alguma portuguesa onde o negro seja mais instruído e civilizado duma maneira geral. Não queremos falar dos que seguiram cursos superiores. Ainda sob este ponto de vista, S. Tomé sobrepõe as outras colónias em quantidade. E' que pela pequenez do território a excelência da colonização portuguesa pôde produzir os seus efeitos em magna

latitude. Nesta terra o colono português trabalha lado a lado conosco, sem a mínima repulsa, o que já não succede em determinadas colónias onde se encontram impregnados os costumes e hábitos ingleses, americanos ou alemães, os tais super-homens da *blague* biológica. A ideia inferior do ódio de raça é praga que não conhecemos. O que aqui reina é a luta pela vida, o inevitável factor económico que cobriu com o seu capote o mundo civilizado. E' certo que determinadas prerogativas que há mais de vinte anos tínhamos, estão desaparecendo a pouco e pouco, lentamente, e por isso o povo vive um tanto apreensivo. Mas estamos certos que tempos virão em que tudo voltará a ser como dantes, sob pena do desaparecimento d'este povo que é a prova eloquente do quanto é superior o método da colonização portuguesa.

Vive-se a braços com a miséria, mas ninguém prescinde da sua civilização. Foi isto mesmo que o inspector escolar constatou com a frequência sempre crescente às escolas, debaixo do sol abraçador ou da chuva torrencial, enervante e doentia.

Tivemos ocasião de vêr uma linda festa de despedida e homenagem que os pequeninos prestaram ao inspector.

O teatro repleto de gente de tôdas as categorias sociais, oferecia um aspecto típico e característico. Na sua quasi totalidade, criancinhas negras recitaram, cantaram, bailaram e representaram. Talvez por serem crianças e portanto com boa memória fizeram o que os adultos não eram capazes possivelmente de fazer. Não houve uma que não se saísse bem. O público, sobretudo o europeu, saíu satisfeito, depois de ter estado quasi boquiaberto a observar o que lhe pareceu um sonho, uma utopia. O governador que é novo na colónia talvez nunca pensasse em ver o que viu, apesar de já uma vez ter salientado num discurso, o civismo com que foi recebido pelas crianças pretas, dando-lhe palmas à entrada da casa do município.

# MOVIMENTO ESCOLAR E M SÃO TOMÉ

PELO DR. TOMÉ AGOSTINHO DAS NEVES

PUBLICISTA E SOCIO-CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO

(ESPECIAL.)



CÂMARA MUNICIPAL DE INHAMBANE

## ... de Moçambique

PELO CAPITÃO JOSÉ GONÇALVES MACIEIRA SANTOS

(ESPECIAL.)



Uz essa prestimosa colectividade honrar-nos com um pedido de colaboração e os seus alevantados e patrióticos fins obrigam-nos a quebrar o nosso prudente silêncio.

O tema indicado — “*mil e uma possibilidades da Província de Moçambique*” — é muito vasto e abrange ramos de actividade que nem sequer ousamos abordar.

A África Oriental Portuguesa é uma das mais promettedoras parcelas do nosso Império Ultramarino, não só pelas actividades já hoje em marcha, mas também pelas riquezas do seu sub-solo, cujo reconhecimento está entre-

gue a técnicos nacionais competentes.

O momento impõe o aproveitamento de tôdas as oportunidades para ventilar os angustiosos problemas originados pela crise mundial e, por isso, não nos limitaremos a referências optimistas, talvez mais próprias da índole do vosso brilhante Boletim, mas certamente menos proveitosas para o desenvolvimento destas joias do Mundo Português.

A nossa penetração nos territórios da Província data do século XVI, e realizou-se na direcção dos cursos dos rios Zambeze e Sofala, em busca das minas de ouro que alimentavam o comércio asiático antes da nossa chegada.

Precedidos pela influência árabe, encontramos, na zona central desta Província, uma estrutura económica: prazos estabelecidos pelos árabes, em épocas remotas, que consistia na subordinação ao conquistador dos possuidores de grandes tratos de terreno habitados por indígenas sujeitos a uma espécie de servidão de gleba (1).

(1) — História da Expansão do Domínio Português na Colónia de Moçambique — Tenente Santos Vieira.

Na parte norte o principal negócio era a escravatura e, no sul, as suas más condições climáticas ainda hoje justificam a tradicional aversão pelos trabalhos agrícolas dos habitantes das suas charnecas.

Ao período do desenvolvimento inicial sucedeu o declínio resultante da nossa decadência, até que, nos fins do século passado, um punhado de gigantes criou o ambiente indispensável à obra grandiosa dos nossos dias.

Ocupado e pacificado o território, o grande problema foi e continua a ser o da mão de obra.

O indígena indolente e apático, sem necessidades que o estimulem, só coagido ou sob a ameaça de coacção se presta a colaborar nas explorações organizadas. A sem-cerimónia com que abandona o trabalho aceito voluntariamente, desespéra os temperamentos mais pacientes e consome em pura perda os mais avultados capitais.

Portugal, generosa e velha nação, muito cedo extinguiu os prazos, mas a necessidade imperiosa de valorizar estes vastos territórios e a lição dos factos, que mostravam a forma como o indígena acatava a tradicional sujeição, levou-o a arripiar caminho e, em 1890, restabeleceu os prazos na antiga Zambézia com o fim de “promover o desenvolvimento da agricultura industrial nas terras dos prazos e para isso converteu o imposto do “mus-soco” (indígena) em meio indirecto de obrigar quem o paga e quem o cobra a aplicar-se à exploração do solo” (2).

Em 1914, no termo da ocupação do Distrito de Moçambique, foi decretado e regulamentado o trabalho compelido dos indígenas sob a fiscalização directa das autoridades administrativas, regime que permitiu há poucos anos a abolição dos prazos.

Os resultados obtidos com esta orientação verificam-se nos números inseridos no quadro adiante inserto.

(2) — Relatório do Decreto de 18 de Novembro de 1890.

PRINCIPAIS PRODUTOS DE MOÇAMBIQUE EXPORTADOS PELAS ALFÂNDEGAS SOB A ADMINISTRAÇÃO DIRECTA DO ESTADO,  
SEGUNDO A "ESTATÍSTICA DO COMÉRCIO E NAVEGAÇÃO".

(QUANTIDADE EM QUILOGRAMAS)

DESIGNAÇÃO	1910	1913	1914	1926	1927	1928	1929	1933
Algodão em rama.....	23.591	141.584	108.948	1.154.209	955.347	544.256	1.124.272	1.362.000
Amendoim.....	9.350.745	5.759.394	7.659.341	21.533.231	33.221.339	34.636.467	22.684.728	13.423.000
Açucar.....	5.142.154	5.752.908	9.113.951	31.010.404	33.962.534	36.792.454	50.167.320	53.428.000
Café em grão.....	2.270	264	663	2.579	448	405	723	235
Castanha de cajú.....	27.313	515.752	101.202	1.637.508	2.411.949	4.019.905	4.865.963	11.186.000
Cocos.....	143.921	19.874	35.938	111.356	130.120	157.298	165.558	89.500
Copra.....	3.869.763	4.307.615	5.294.083	18.065.283	17.423.608	18.907.936	20.014.547	30.302.000
Feijão cafreal.....	1.845.015	3.361.255	4.062.801	1.087.977	1.439.983	561.498	3.051.373	2.215.000
Frutas verdes.....	5.649	2.907	459	1.681.264	4.516.598	5.714.634	10.378.647	9.246.000
Gergelim.....	239.963	589.881	520.515	2.973.927	2.093.495	1.919.008	2.550.340	2.148.000
Mafurra.....	1.367.667	7.962.847	880.586	6.563.849	7.747.718	4.859.314	5.417.788	218.000
Mapira.....	75.370	849.019	1.892.550	—	—	37.450	315.087	1.285.005
Mexoeira.....	112.388	5.251	55.376	280.990	—	—	52.440	—
Milho em grão.....	4.770.946	4.833.684	6.207.293	7.940.281	8.692.982	14.715.406	24.709.462	5.244.000
Sal marinho.....	1.798.042	999.070	504.441	2.169.623	2.879.095	1.924.874	1.783.741	3.599.357
Tabaco em folha.....	15.692	58.820	32.358	58.659	56.992	22.960	7.465	37.000
Tabaco manipulado.....	1.187	1.177	2.950	150.766	95.051	97.349	76.342	—

Verifica-se um aumento de produção considerável de 1914 para 1926, que, apesar da situação económica mundial do "post-guerra", nunca atingiria semelhantes proporções sem o regime de trabalho instituído no início desse período de prosperidade.

Em 1933, constata-se uma sensível diminuição nos produtos das culturas arvenses, com excepção do algodão, que está sendo objecto duma feliz experiência entre os indígenas do norte da Província.

Hoje, o indígena do norte ainda procura trabalho como lhe impõe a desvalorização dos seus produtos agrícolas e assim vai permitindo o acréscimo de exportação que se nota na parte relativa às culturas arbóreas ou industriais, como a da cana do açúcar, que só é cultivada pelas explorações europeias.

Mas, quando em 1930, se começaram a sentir os efeitos da crise que nos está esmagando entrou em vigor o novo Código de Trabalho dos Indígenas nas Províncias Portuguesas de África e, com elle, novos dias de incerteza tem de viver a agricultura organizada (europeia), visto ter abolido o trabalho compelido para fins particulares.



O "ALMIRANTE SALDANHA"

O navio-escola "Almirante Saldanha" que, em suas viagens de circunnavegação e estudo, muitas vezes há-de sulcar as águas do Império Português, levando em seu bojo a mocidade raldosa dos marinheiros do Brasil.

Baseou-se a nova legislação em altos princípios morais e humanitários e, na sua justificação, entra-se em linha de conta com a afirmação de que o indígena perdeu progressivamente a sua relutância instintiva e criou amor pelo trabalho agrícola durante o período em que a anterior o fez trabalhar.

Como já o dissemos, pelo menos na parte mais desenvolvida da Província, sob o ponto de vista agrícola — Quelimane e Moçambique — o indígena ainda procura trabalho. Mas, amanhã, quando esquecer as necessidades recentes que o vão esporeando, teremos de constatar com desêspero a perda completa dos esforços empregados para vencer a sua inércia e, arripiando o caminho, só com maiores dificuldades se apagarão as falsas ilusões que resultam sempre de qualquer mudança de orientação em política indígena.

Bem sabemos, que as directrizes foram impostas pelos falsos princípios do arcêpago de Genebra inspirado pelas influências estrangeiras largamente representadas por missões a quem é pouco simpática a nossa soberania. Também é bom confessar os abusos pra-

**CAFÉ PAULISTA**

TORREFAÇÃO E MOAGEM

Soares Pinheiro & Comp.

RUA DA CONSTITUIÇÃO 23A - Telef 2 0836

RIO DE JANEIRO

**TOMA-SE UMA VEZ  
E REPETE-SE TODA A VIDA**

# COLONIZAÇÃO PORTUGUESA

PELO ENGENHEIRO A. P. DE MIRANDA GUEDES

(ESPECIAL)

ANTIGO GOVERNADOR DA PROVÍNCIA DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

**N**ADA mais agradável que recordar; recordar é viver... Mas se assim é, sempre e em tudo na vida, mais, muito mais, o é na vida colonial.

Ninguém há que tenha vivido e trabalhado (que o mesmo é, porque lá não há ociosos...) nas Colónias, que de lá não traga consigo uma devoção particular por elas e pelo que nelas fez e viu fazer. Lá sente-se a nostalgia da Mãe-Pátria; cá, sente-se a saudade das Colónias.

Vivi e trabalhei 25 anos nos territórios portugueses de além mar e, regressado há 12 anos, só há pouco perdi a tentação de voltar. Mas, nêsses cinco lustros, quantos e quão variados assuntos, da minha profissão e até de fóra dela, me passaram pela mão!

De todos êsses problemas: urbanização, edificios, estradas, caminhos de ferro, portos de mar, hidráulica agrícola, agrimensura, geologia e minas, etc., o que mais interessou o meu espírito foi o da "colonização".

Colonizar é que deve ser o objectivo, sôbre tudo tomando por tal o povoamento por gente nossa.

Dizia-me há tempo alguém que aliás nunca tinha ido às Colónias, que demitiria, se fôsse Ministro, o governador que sustasse por qualquer fórmula a ida de portugueses para a colónia que lhe está entregue. E é assim mesmo.

Claro que as despesas de "colonização" própria-mente dita não pôdem ser de conta do orçamento co-

lonial, antes têm de ser, em minha opinião, de conta da Metrópole, tais como as de ocupação militar e as de soberania.

Grandes ou pequenas, e grandes têm de ser, essas despesas nem cábem nem devem competir às receitas de cada colónia, principalmente hoje em que êles vivem no regime de orçamento equilibrado.

A colonização visa efectivamente o fim mais alto de "nacionalização" da colónia, e não há fórmula de se considerar nacionalizada a colónia que não tenha uma grande maioria de população nacional.

Veja-se o que sucedeu depois da Guerra com o antigo Sudoeste Alemão, hoje integrado na União Sul Africana, sob a designação de Bothalandia, em que foram dispendidos alguns milhões de libras em aceitar e fixar a população bóer do nosso Sul de Angola, que para lá quis regressar e regressou, subsidiada pelo govêrno, em larga escala. E para quê, a admissão de gente não muito desejável? Só para isto: estabelecer equilíbrio entre a população alemã e a sul africana. Veja-se.

Além dêstes, quantos exemplos afastados podiam ser invocados: na América do Norte, no Brasil, na Austrália, no Canadá, na África do Sul, países onde, até há pouco e desde há muito, se não rejeitava a admissão a quaisquer estranhos, por haver ali já um núcleo forte, e em maioria, de nacionais.

Ora a nossa insignificante população nacional, quer em Angola, quer em Moçambique, não permite e até

pedir que cuidem de interessar o grande Brasil no des-  
envolvimento do nosso Império Ultramarino.

Tivemos o prazer de conviver em Paris com um ilustre camarada aviador do Exército Brasileiro e com frequência abordamos a necessidade do apoio moral dessa nação amiga, a quem não pode ser indiferente a expansão da sua língua no mundo.

Com desgosto chegamos-nos de quando em quando os ecos de tendências prejudiciais à união fraternal luso-brasileira, que de certo se extinguiriam com um mais completo conhecimento do que é o Portugal dos nossos dias.

¿ Não teria cabimento um apêlo aos dirigentes responsáveis do poderoso Brasil no sentido de serem incluídos os principais portos das nossas Províncias nos itinerários dos seus navios-escolas da *Marinha de Guerra*?

Portugal engrandecer-se-ia mostrando, sem receio, a sua grandeza e o heroísmo e valor das suas últimas gerações e o Brasil, através dos seus esclarecidos marinheiros, aprenderia a considerar-nos como dignos companheiros na senda do progresso.

Iourenço Marques, 31 de Agosto de 1934.

Para terminar não resistimos à tentação de lhes

*Jose Guedes Pereira Santos*  
Co.

tem afastado a admissão de massas de colonos doutras nacionalidades. E enquanto nós não tivermos nelas, em vez de dezenas, centenas de milhares de portugueses, é muito natural e legítimo não adoptar regimen da porta aberta à colonização estranha.

Uma das razões porque nos não temos abalancado a essa intensiva colonização portuguesa, naquelas duas grandes colónias que tão bem a podem receber, é o seu custo, é o custo por unidade — que é a Família. A colonização, diz Nórton de Matos, o nosso grande colonial, deve ser feita em nível o mais elevado possível. E' verdade, mas não é, talvez, tóda a verdade.

O exemplo dado pela ocupação de Pôrto Alexandre com famílias de pescadores da Povia de Varzim, não pôde seguir-se em tóda a colonização, como seria ideal, por falta de recursos. A instalação das famílias tem de ser mais simples e resumida, não devendo ir muito além da que elas tinham na sua terra de origem.

Num ponto, porém, se tem de seguir, rigorosamente, a doutrina de Nórton de Matos, que é de não permitir nas nossas aldeias de *brancos*, nem perto delas, qualquer núcleo de população indígena, de *pretos*, e nem sequer que êsses colonos possam ter ao seu serviço, sob qualquer pretexto, indivíduos aborígenes.

A instalação da colónia Sá da Bandeira, sem ser de primeira ordem, é em todo o caso bastante a indicar-nos o caminho. Os colonos que para ali fôram não tiveram nem encontraram instalação melhor do que a da sua ilha da Madeira, de onde derivavam. E lá estão felizes, tendo dado à Colónia a cooperação das suas gerações actuais, bem melhores já do que aquelas de onde derivaram.

Ainda a recente immigração na Bothalandia da colónia bôer, deu a êste respeito indicações preciosas: as colónias viveram de início nos seus carros (a forma normal de viver no seu habitat) e as escolas para os seus filhos, nos primeiros tempos, foram volantes, ten-

do apenas "cobertura", passando depois a ter estrado (sobrado) e só mais tarde e pouco a pouco se lhe construíram edifícios. E assim que tem de ser, para não se chegar a quantitativos unitários absurdos.

Só quem não gozou as delícias do clima altitudinal dos planaltos e regiões colonizáveis, quer de Angola, quer de Moçambique, deixa de ter pena de não os ver habitados pela nossa gente.

E só quem não conhece o valor, o patriotismo, a energia e a resistência do colono português, pôde deixar de ter pena de não ver transformar-se nela o nosso indígena deprimido, apático, quasi indolente, pelo baixo nível e monotonia do seu viver na Metrópole. Faz pena.

Mas é grande a minha fé, hoje mais do que nunca, na colonização das nossas províncias ultramarinas, sobretudo Angola, que todos antevêem, e com razão, um novo Brasil.

Brasil... o nosso maior orgulho de colonizadores, de onde nos têm vindo sempre as melhores lições de colonização e onde ainda agora surge a Sociedade Luso-Africana a dizer-nos que o espírito português ali revive e dali transborda — tão forte e extenso êle é — até às nossas colónias de África.

Dou muito por esta intervenção patriótica e prática, de verdadeiros e experimentados colonos, não me esquecendo nunca de que foram portugueses do Brasil-colónia que fizeram a recente e brilhantíssima colónia de S. Tomé.

Pôrto, 1934.

**CARTONAGEM**  
**LUSO-AMERICANA L. DA**  
**CAIXAS E CARTUCHOS DE PAPELÃO**  
**FÁBRICA DE VENTAROLAS**  
**LITOGRAFIA E TIPOGRAFIA**  
**ENVELOPES EM GERAL**  
**RUA DOS INVÁLIDOS, 137 — TEL. 22-3815**  
**RIO DE JANEIRO**



RAPARIGA CREOULA DE CABO VERDE

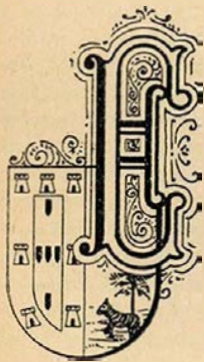
# D A S ILHAS D — E C A B O V E R D E

(NOTAS SOLTAS)

II

PELO DR. MARCIAL PIMENTEL ERMITÃO

ADVOCADO — CAPITÃO DE INFANTARIA — PUBLICISTA



**B**M Cabo Verde não há iniciativas. Raras excepções. Em Santo Antão, Lela Lopes infatigável, cheio de ambição, tudo querendo à sua e para sua terra. Em S. Vicente, as indústrias nascentes de Ribeiro de Almeida, erguendo fábricas de sabão, introduzindo a indústria do Tabaco. Na Praia, há os vestígios do esforço de Abílio Macedo. Pode haver mais, mas tão diluída anda a sua pertinácia que esta se esvai e passa despercebida.

Tudo se espera da parte do Estado. Não pôde ser. A iniciativa individual, dos particulares, é indispensável. Muitos sossobrarão em face da inércia dos outros? E' possível. Há que animar o esforço dos de boa vontade, que o carinhar, proteger e premiar. — Sobre assistência pública há o pouco que o Estado fez e mantém. No entanto, quanto de bom se podia fazer! Não se cotizam gentes para a compra do sino do campanário da sua freguesia? Porque não se busca a finalidade de instalar enfermarias locais, hospitais pequeninos com seu feramental cirúrgico, etc? O Estado tem um corpo clínico e de enfermagem. E' alguma coisa, mas muito pouco. Há Ilhas sem médico, como as de Boa Vista. e Maio. Um só médico para as Ilhas de S. Antão, Fogo a S. Nicolau é pouco, criminosamente deficiente. Hos-

pitais, os da Praia e S. Vicente. Pode alguém considerá-los modelares, a despeito da boa vontade e proficiência do seu pessoal? Em S. Vicente não há, ou, pelo menos não funciona, uma instalação de radiologia. S. Vicente, é bom não esquecer, é um pôrto frequentado e dêle cobra a Província o melhor rendimento. Nas outras Ilhas do Arquipélago não há enfermarias ou hospitais. No Fogo o esforço do médico conseguiu agrupar duas ou três camas e ao conjunto deu-se o nome de enfermaria. Êste assunto é dos mais urgentes a resolver. Roma e Pavia não se fizeram num dia. Mas, em 20 anos muito se pode fazer. Porque não lançar mãos à obra? A iniciativa particular pode agir como alavanca propulsora. — No capítulo de águas é um desastre. — Há água e está inaproveitada muita dela. Outra canalizada, escôa-se para o mar e perde-se. Outras vezes, há os reservatórios, mas a política local, de intriga ou despeito, tem o depósito por inútil, pois que a população dêle não conhece benefícios, e a água está-lhe fechada, vedada. Serpa Pinto, que governou, não terá, por vezes, ganas de se desprender da peanha aonde o colocaram em busto, para ir abrir a água que o seu tacto e são govêrno fez canalizar para todos? Que fazem os particulares, por essa ilha fóra, para a descoberta e captação das águas? O Estado, por seus técnicos, é que terá de fazer tudo? Resignada gente, pobre gente que se êrgue, alta madrugada, para ir longe buscar uma lata de água! — A arborização é de fundamental interêsse para a modificação



climatérica e regularização das chuvas, tendendo a evitar as grandes secas agudas, dolorosas crises.

O Estado tem tomado algumas providências, mas, os proprietários, os que mais beneficiados seriam, sob o ponto de vista económico, contrariam a aplicação das medidas tomadas e raras são aquêles que, por iniciativa sua, plantam, experimentam a fixação de árvores de vulto, que se consomem para a consecução do plano desejado. Por outro lado, o Estado proíbe o arranque ou córtes de árvores, mas logo na ideia justa de aplicar sanções pela cobrança de multas pesadas, o olho fiscal do mesmo Estado abre as portas das licenças para a cobrança de rendosa receita. Não poderá organizar-se uma secção official que superintenda, mas a valer, na execução de medidas tendentes a conseguir tornar eficaz, rial e verdadeiro um forte plano de arborização do Arquipélago, com receitas privativas, fundos em disponibilidade e iniciativas, servida por funcionários, dignos do nome, e não por mangas de alpaca cuja mira se concentra na recepção da folha de vencimentos mensais? Mas, a essa secção, a criar-se não se levanta-

## “A TERRA”

Superiormente dirigida pelo Sr. Dr. Raul de Miranda, illustre Assistente de Geografia Física e Física do Globo na Universidade de Coimbra, recebemos o número especial que esta importante Revista Portuguesa de Geofísica dedicou à Exposição Colonial, e por cujo sumário fácil é aquilatar-se do seu grande valor.

*A Portugal dalém-mar*, pelo Dr. Raul de Miranda; *Os trabalho geodésicos nas Colónias*, pelo Almirante Gago Coutinho; *A Meteorologia carece de ser desenvolvida nas nossas colónias*, pelo Vice Almirante Augusto Ramos da Costa; *Protecção meteorologica das linhas aéreas coloniais*, pelo Capitão de Fragata António Carvalho Brandão; *O planisfério luminoso da Exposição de Paris e as descobertas marítimas dos pilotos portugueses*, pelo Coronel Carlos de Roma Machado; *Estudos Geofísicos nas colónias*, por José Agostinho; *O problema actinométrico em Portugal e suas relações com o estudo da actinometria nas colónias portuguesas*, pelo Engenheiro Joaquim de Sousa Brandão; *Os desvios da vertical no arquipélago de Cabo Verde e os trabalhos da Missão Geográfica*, pelo Capitão-Tenente Henrique Baeta Neves; *A Província da Guiné— Raças que a povoam*, pelo Capitão de Fragata José L. Teixeira Marinho; *A ilhas de São Tomé e Príncipe*, pelo Doutor Anselmo Ferraz de Carvalho; *Dóis problemas da Geografia de Angola*, pelo Coronel António Vicente Ferreira; *Traços Gerais da Geologia de Angola*, pelo Engenheiro Fernando Mouta; *Alguns dados meteorologicos da zona norte da Colónia de Angola*, pelo Dr. Raul de Miranda; *Mozambique — Regime Meteorologico*, pelo Dr. Manuel Peres; *Breve esboço geográfico, económico e político do Distrito de Inhaubane*, pelo Capitão Fausto Correia; *Topografia e Geologia do concelho das ilhas de Goa*, pelo General José Mendes Ribeiro Norton de Matos; *Tufões em Macau*, pelo Capitão de Fragata António Carvalho Brandão; *Clima de Timor*, pelo Tenente-Coronel Júlio Garcés de Lencastre.

Agradecendo tão honrosa visita, fazemos votos pelo êxito de *A Terra* e com o maior prazer vamos estabelecer permuta.

riam peias, a servir interesses feridos ou a desautorizar as suas fiscalizações, a sua actividade laboriosa e consciente?

O mesmo para a solução metódica do problema das águas. Não fazer tudo ao mesmo tempo, atamancando aqui e acolá, ao sabor das conveniências de cada lugar ou Ilha. Tráce-se o plano geral para o Arquipélago, desça-se a minúcias e estudos por cada Ilha, e, aprovado o plano de trabalho, comêce-se por uma ponta levando-se a cabo sem saltitar, em pequenas, deficientes doações, em inacabados trabalhos. — A Metrópole tem que subsidiar largamente o fomento do Arquipélago. Êste não pode bastar-se a si mesmo, por mais que o consigne a Carta Orgânica do Império Colonial. Não se pode saltar sôbre as rialidades para se impôr um princípio. Gaste a Metrópole o necessário, visto que só a ela deve caber a responsabilidade soberana das responsabilidades a assumir. Depois, em a Província estando em marcha segura, a desenvolver das iniciativas tomadas, do esforço consagrado, esta pagará, de sobejo, os encargos assumidos para o seu desenvolver e progresso. Muitos milhares de contos são precisos dispender. Mas não são precisos duma só vez. Estabeleça-se uma norma de trabalho. Organize-se um plano, dividindo a sua execução por um certo número de anos numa seqüência lógica, estudada, realizável. Sem dinheiro não se pode governar, no sentido administrativo, progressivo do termo. Escolham-se os competentes para governar, para a elaboração dos projectos e estudos e dê-se-lhes confiante, o dinheiro necessário. Não sou nem seria candidato, ou mesmo ex-futuro candidato ao lugar. Estou, pois, sem preconcebida ideia a expôr uma opinião como, português, interessado sempre no engradecimento da sua Pátria.

\* \* \*

A balança comercial de Cabo Verde é franca, largamente deficitária. Importa muito e muito para o seu consumo e a exportação é diminuta. Não tem agricultura suficientemente desenvolvida, são arcaicos e rotineiros os seus processos de exploração da terra. não tem indústrias remuneradoras—algumas delas muito recente e incipientes—, não tem, não pode ter por enquanto, e não as terá enquanto se não fizer uma larga política de fomento, fontes próprias de receita produzida por uma larga exportação. Importa tudo o que necessita para a sua alimentação. Os latécinios não fizeram, por sua exploração, nascer uma indústria digna de tal nome. A propria pecuária é insignificante. A pesca só agora, começa a ser fonte de receita pela industrialização do pescado em conservas. O milho, a base da alimentação do caboverdeano, tem de ser importado em grande escala, pois o de produção local, de óptima qualidade é insuficiente e presta-se, por vezes, dada a sua excelente riqueza congénita, a especulações comerciais dos grandes que o exportam remuneradoramente, importando para a venda ao consumo público das classes menos abastadas que constituem sempre a maioria milho argentino ou angolano. Felizmente, há anos já, não se afirmam as terríveis crises da fome, quasi lendárias. Parece de aconselhar, a proibição da fome... para que à sombra dela não mingüem dolorosamente uns, para aumentarem, escandalosa, criminosamente, outros... Rebuscando pelos dados do Boletim Oficial, referente a sua publicação aos anos de 1931, 1932 e

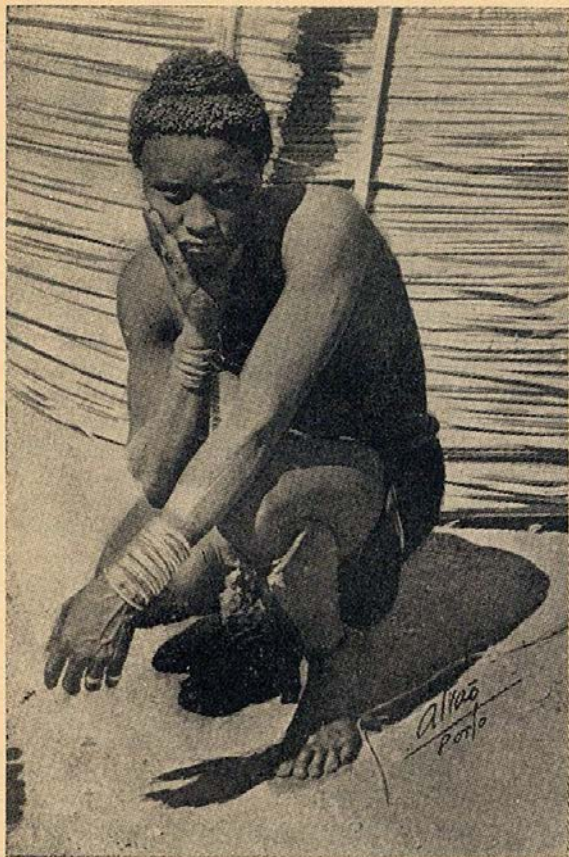
aos três primeiros trimestres do ano de 1933, fazendo o apanhado do importado pelas Alfândegas da Praia e S. Vicente e ainda, pelas delegações aduaneiras de Santo Antão, São Nicolau, Sal, Boa Vista, Maio,

Tarrafal, Ribeira da Barca, Fogo e Brava, encontramos os seguintes números, possivelmente sujeitos a correcção, a quando do apuramento total das estatísticas e publicação oficial destas:

MERCADORIAS IMPOR- TADAS	1931		1932		1933 (3 trim.)	
	PESO	VALOR	PESO	VALOR	PESO	VALOR
Milho em grão, kls. ....	467.310	217.845\$00	4.914.600	4.469.413\$99	2.350.040	2.244.380\$15
Farinha de trigo, kls. ....	1.072.855	1.583.536\$52	1.237.199	2.118.053\$95	822.855	1.219.357\$20
Arros, kls. ....	892.976	1.207.835\$15	1.270.110	1.632.049\$00	763.766	838.052005
Açúcar, kls. ....	1.699.447	1.740.380\$35	1.572.565	1.987.359\$30	1.185.220	1.399.109\$85
Vinhos licorosos e gene- rosos, tls. ....	22.499	128.407\$25	1.572.566	1.987.359\$30	1.185.220	1.399.109\$85
Vinhos licorosos e gene- rosos, lts. ....	22.499	128.407\$25	20.003	137.481\$54	—	—
Vinhos Comuns, lts. ....	293.766	505.743\$30	317.052	562.872\$56	117.250	216.002\$32
Cerveja, lts. ....	103.777	479.647\$22	55.748	249.858\$65	—	—
Manteiga, kls. ....	11.490	262.242\$50	14.165	329.771\$65	3.516	65.900\$00
Tabaco man., kls. ....	36.589	548.892\$28	23.709	541.691\$50	4.328	83.821\$80
Tecidos de algodão bran- co, kls. ....	19.771	593.720\$27	5.443	206.117\$00	10.515	387.689\$90
Tecidos de algodão crú kilos. ....	20.331	402.846\$20	18.187	367.382\$18	10.290	135.577\$80
Tecidos de algodão tin- to, kls. ....	142.569	3.462.327\$33	147.103	3.771.174\$96	119.532	1.143.135\$68
Tecidos de seda, kls. ....	6.635	613.617\$63	6.950	642.437\$56	1.505	128.568\$40
Carvão de pedra, kls. ....	142.328	14.041.004\$86	51.751	5.435.861\$70	40.288	4.275.591\$71
Oleo combustível, kls. ....	138.598	20.442.990\$29	181.199	25.237.857\$02	99.848	13.995.428\$75
Lenha, kls. ....	551.590	64.216\$00	152.460	28.637\$00	—	—
Madeira, pés. ....	501.469	735.556\$78	847.101	1.036.278\$15	446.126	533.712\$50
Cimento, kls. ....	1.042.600	341.455\$22	869.790	316.647\$40	831.848	299.997\$20
Telha de barro, kls. ....	827.416	209.188\$80	638.147	192.151\$60	58.128	42.340\$00

Os principais países exportadores foram, além de Portugal metropolitano e seus territórios ultramarinos, a Alemanha e América do Norte. Não tenho, aqui nesta Ilha, ao registar estas notas, mais que o Coleção do Boletim Oficial. Deficientes elementos posso consultar. Seria interessante, e mal possa o farei, designar o quanto concorreram a Metrópole e os territórios africanos ou asiáticos por onde Portugal se estende, nesta importação que bem afirma a insuficiência produtiva destas pobres Ilhas, tão desoladas, não obstante os trechos de beleza natural, que a boa disposição pode aumentar aos olhos do viandante, que todas as Ilhas possuem e nos oferecem. As alfândegas de S. Vicente e Praia são as que indicam maior importação. Não admira. S. Vicente é, por assim dizer, um entrepôsto. Recebem-se ali as mercadorias que os comerciantes lá estabelecidos levam e recolhem a seus armazens, para depois as collocarem pelas diferentes Ilhas do Arquipélago, quando as não transaccionam, imediatamente, transferindo-as, cativas de direitos, para os compradores das restantes Ilhas que, recebendo-as, as despacham directamente nas delegações aduaneiras, das Ilhas aonde residem. A Praia, capital da Província, situada na Ilha de de S. Tiago, a maior do Arquipélago, importa não só para seu consumo mas também para fornecimento das Ilhas de Sotavento, apesar da grande dificuldade de comunicações entre estas, o que permite e leva os comerciantes dêste grupo a fazerem, mais a miúdo, as suas encomendas

para S. Vicente com a qual têm mais facilidade de comunicações marítimas, ao presente asseguradas por veleiros, sofrendo as contingências dos elementos e da navegação à vela. Às vezes para percorrer 110 milhas, distância que separa a Ilha Brava, a mais afastada de S. Vicente, são precisos 6 dias de navegação, e já succedeu a um ou mais barcos vencerem tal distância, na vinda em 20 horas e depois, no percurso do Fogo à Brava, atravessando o canal que as separa, 9 milhas, andarem durante quatro dias, em viagem enervante, à vista de terra, para poderem entrar no fundeadoiro. Das Ilhas, a mais pequenina mas que mais importa directamente, é a Brava. Esta Ilha é um canto muito especial do mundo. Vive ela como reflexo da América do Norte. A emigração para tão grande nacionalidade deu a esta genta uma forma de viver muito desafogada, mas, hoje, ressentem-se fatal, extraordinariamente, da crise americana. Não se basta a si própria e o hábito de vir tudo da América permitiu que certos, muitos rapazinhas não procurem profissão e tenham como de inferior condição, de que se não julgam dignos, o trabalhar na sua terra. Vestem bem e do melhor. O pai manda os dollares que asseguram uma boa vida, mas, aqui começa a desenharem-se um futuro incerto e de terríveis nuvens envolto, a América vai dificultando, mais e mais sempre, a immigração não vai admitindo, como outrora a entrada das legiões bravenses, em busca dos dollares a troco de mesteres que aqui não desem-



ATLETA BIJAGÓS — GUINÉ

penhariam seus filhos, a crise económica acentua-se, a luta pela vida leva hoje muita gente que, ontem, não se dedicava a certos trabalhos a lançar mão deles, a invasão feminina a ocupar lugares que só homens disfrutavam, e os dollares começam rareando. Bem próximos anos virão, em que os pais, hoje na América, envelhecerão. Outros, mais infelizes, cerrarão por lá os olhos para sempre, e a fonte extinguir-se-á, pois que outros não irão substituir os velhos ou os mortos... E depois? Vender-se-ão sucessivamente, os bocaditos de terra herdados, as onças de terreno passarão de proprietário e durante uns tempos haverá que comer e com que alimentar a ociosidade a que se habituaram desastrosamente, numa péssima noção de vida. Será, a fatalidade, o futuro? Este aspecto do problema deve merecer a cuidadosa atenção dos que governarem e dos que nêle, e directamente, são interessados. A continuar-se como até aqui, mal, muito mal presagio a esta terra e a seus filhos.

Em Cabo Verde o trabalho é mal remunerado. As gentes são sóbrias no alimentar, mas a sua alimentação é pesada. O milho, o feijão, a batata doce, mandioca, arroz e o café são os géneros indispensáveis. Para exemplo e para registar as possibilidades dum viver, mais que precário, a que uma péssima remuneração de trabalho dá lugar, organizei um mapa comparativo entre o que cobra o trabalhador e o artista em S. Vicente e na Brava, onde a vida é ainda assim, mais desafogada :

NATUREZA DO TRABALHO	Em S. Vicente	Na Brava
Pedreiro, (sem alimentação)	10\$00 diários	20\$00 diários
Carpinteiro (Idem) . . . . .	20\$00 diários	25\$00 diários
Trabalhador rural (idem) . .	5\$00 diários	7\$00 diários
Carga de 100 quilos, da ponte caes ao Armazem da Alfândega (cada) . . . .	\$20	1\$00
Idem ,inferiores a 100 kls. .	\$10	1\$00
Carga de 100 kls., da Alfândega ao centro da cidade, (cada) . . . . .	\$50	
Idem, idem aos extremos termos da cidade. . . . .	1\$00	
Carga da Furna para a Vila (4 kls. sempre a subir) .		3\$00

Como viver com conforto e higiene, fazendo cargas a dorso à razão de \$20, cada 100 quilos, ou transportando o mesmo peso a \$50, \$60 ou mesmo a 3\$00? — Que esforço monstro não é preciso dispender para obter o salário mínimo de 10\$00 diários, que é insuficiente? O que fica referido quanto à Brava é o que se pode dizer quanto a S. Nicolau, na subida de 7 kms. da Preguiça à Vila da Ribeira Brava, ou a Santo Antão, no transporte de carga, a dorso humano, da Ponta do Sol à Ribeira Grande, ou dos Carvoeiros ao Paúl, ou ainda da Ribeira Grande ao Paúl.

Como estas cargas são em geral feitas por mulheres (só raramente em S. Vicente e Praia por homens, a que por irrisão, e tão duramente trabalham, carregando como gigantes ou navegando em perigosas jornadas no mar do Arquipélago, para venderem, aqui e além géneros pobres, se apelidam de válidos), que mães fortes e robustas podem ser essas mulheres e que filhos sadios podem dar e criar essas mesmas mães? A mulher faz-se precocemente, mas também, bem cedo encanecem e se fazem velhas. Apesar das prudentes e sábias medidas já tomadas pelo Estado, a aguardente, o clássico groguinho caboverdeano, é ainda indispensável à vida de homens e mulheres que o bebem regaladamente, consoladoramente, como outróra os soldados profissionais, queimados da pólvora ardente dos combates ou loucos de aventureosas conquistas, em hora de rescaldo. . . O Tabagismo também faz seus estragos e rara é a mulher, muitas delas em condições de vida mais desafogada e fóra do meio paupérrimo das carregadeiras ou peixeiras, que não tem, em prazer, entalado nos queixos, em furtivo deleite, o seu canhoto — nome local do cachimbo marinheiral —, atulhado de folha de tabaco seco ao sol e sem preparação industrial, o que acarreta um cheiro nauseante, um hálito desgraçado. — A situação material e económica das gentes pobres de Cabo Verde deve ser objecto de ponderado estudo, de eficazes e rigorosas medidas profiláticas, higiênicas e sociais, de forma a tornar mais humana a sua existência. E' preciso equilibrar em justo plano a noção exageradamente falsa que a maioria dos caboverdeanos tem da liberdade. São uns indisciplinados da vontade.

Têm uma noção prejudicial da independência física e individual, no meio em que lhes decorre a vida e domina-os a preocupação constante dum época, felizmente já ida há muito, de escravatura, que Portugal

foi o primeiro a abolir e que não exerce. Essa preocupação doentia duma actividade pessoal e individual, sem peias, em tudo vendo ou julgando ver o cerceamento de garantias ou de liberdade, sempre mal compreendida pelos que têm o regulamento d'essa mesma liberdade, tem um exemplo típico no facto que me narrou o sacerdote ilustre e culto que dirige uma pretendida Missão instalada nos Mosteiros. Contou-me o Dr. Gama, espírito superior e de fina observação, que ao criar-se a missão, pediu aos párocos de várias Ilhas que lhe mandassem rapazitos a quem pretendia ministrar, a par de educação literária, conhecimentos sobre agricultura e horticultura, dando-lhes, ao mesmo tempo, a profissão de sapateiro ou carpinteiro-marceneiro, para o que tinha dois esplêndidos e competentes auxiliares, mestres de tais officios. Vieram os rapazotes e fôrão sujeitos ao regíme de internato e à disciplina educativa e bondosa de tal modo de viver. Não tinha os rapazes presos de rezas constantes, variava-lhes as preocupações diárias, distraíndo-os assim, dava-lhes as refeições a tempo e horas, fazia-os brincar ao ar livre e recolher às horas marcadas para um sono reparador em cama confortável. Pois dentro em breve o núcleo de educandos estava reduzido a dois! Os outros com aplauso dos pais e famílias haviam-se ido embora, pois não podiam suportar o não fazerem o que queriam e não andarem à gandaia por aqui e por ali, sem horas, sem disciplina, num à vontade que em casa lhes não faltava. E o bom do Dr. Gama continua pacientemente a educar, a fazer homens úteis para amanhã, os dois únicos garotitos que na Missão lhe ficaram. O Estado criou Missões religiosas em Cabo Verde. Parecem-me inúteis e desnecessárias no Arquipélago e até agora, só lhes reconheci a vantagem de permitirem a existência no Bispado dum prelado pessoalmente adorável, óptimo cavaqueador, a amabilidade em pessoa, bondoso e amigo, e de com êle ter, por essas Ilhas, padres de trato agradável, alguns muito cultos e interessantes e outros admiráveis companheiros para a vida diária d'esse Arquipélago de vida tão monótona. A única escola aproveitável, para o fim a que se destina, fazendo artistas e agricultores, é a instalada nos Mosteiros, deficiente e pobremente montada e que só o esforço e actividade inteligente do Dr. Gama, assim vão mantendo. Pois se o Estado

em vez de subsidiar essa Escola de artes e officios donde saíriam os artistas tão raros e tão necessários à vida de Cabo Verde lhe vai cercando as dotações, dificultando assim a vida a uma iniciativa útil e proveitosa. Como forma de propagar a ensino literário as Missões Religiosas em Cabo Verde não têm razão de ser. As mais das vezes não é o pároco quem ensina, mas sim o ajudante (chamasse assim, agora, ao sacristão de velhas tradições) quasi sempre, pouco mais que analfabeto.

A única razão de ser de tal instituição, tão proveitosa e necessária em Angola e Moçambique, como no Oriente, fomentando a sua transformação em oficinas de vários ramos e espécies, não tem sido encarada e aproveitada aqui.

Percorrendo os Boletins Officiaes, referentes aos anos de 1931, 1932 e aos três primeiros trimestres de 1933 encontramos alguns dados sobre exportação, e dizem-nos êles que Cabo Verde tem uma industria progressiva. Infelizmente a folha das caixas, o estampado das mesmas, o azeite necessário etc. é importado. De Cabo Verde é apenas o pescado pois que até a lenha necessária para a cozedura tem de vir da Gambia, Senegal ou da Guiné Portuguesa.

O número de fábricas vai aumentando. Já funcionam elas na Ilha de Santo Antão, em S. Tiago, em S. Nicolau e no Sal.

Recentemente uma fábrica de sabão em S. Vicente e em breve, na mesma Ilha, uma fábrica de tabaco, garantirão novas indústrias, mas creio que o seu rendimento será absorvido pelo consumo do Arquipélago e que não dará margem a exportações de vulto. Oxalá os tributos fiscaes as não esmáguem e aniquilem!

Além das conservas, Cabo Verde exporta purgueira e ricino, produtos de desenvolvimento quasi espontâneo, café e sal. Encontramos ainda enfileirado nos gêneros de exportação milho em grão, nos anos de 1931 e 1933!! Num arquipélago tão pobre, que importa para seu consumo, como vimos, respectivamente, em em 1931, 32 e 33, 467.310, 4.914.600 e 2.350.040 quilos, consentiu-se, foi possível que se fizesse exportação de milho em grão, produzido no seu solo paupérrimo!!

Vejamos as quantidades e o valor dos gêneros exportados:

GÊNEROS E MERCADORIAS	1931		1932		1933 (3 trim.)		
	KLS.	VALOR	KLS.	VALOR	KLS.	VALOR	
ATUM {	em conserva . . . . .	17.899	10.129\$00	79.381	35.218\$00	504.529	233.318\$00
	em azeite . . . . .	—	—	—	—	5.480	19.312\$00
	em salmoura . . . . .	670	580\$00	100	192\$00	11.720	33.680\$00
		18.569	10.709\$00	79.481	35.410\$00	527.729	386.310\$00
Café do Fogo . . . . .	22.285	282.773\$00	11.987	119.860\$00	28.812	340.478\$00	
Milho em grão . . . . .	974.055	418.176\$00	—	—	186.118	157.940\$00	
Sal . . . . .	11.036.570	228.777\$40	9.931.490	201.039\$60	6.726.986	158.522\$94	
Purgueira . . . . .	1.748.808	927.921\$00	1.876.962	883.420\$00	1.166.967	583.265\$00	
Ricino . . . . .	31.984	22.134\$00	57.296	39.774\$50	39.760	31.805\$00	

São estas as principais verbas de exportação. Outras mercadorias exportou, tais como animais vivos para consumo de navios, aguardente para a Guiné, batata doce, para consumo de navios, couros que em 1931

somaram o valor de 40.238\$50, em 1932, 66.368\$00 e em 1933, 33.409\$00—, feijão pedra, laranjas, em diminuta quantidade, pois só no ano corrente se iniciou a exportação em escala grande, para Inglaterra — e Cabo

Verde tem óptimas laranjas em S. Antão, S. Nicolau e S. Tiago—, aves e outras mercadorias ou géneros para consumo de navios.

A exportação de café fez-se para a Metrópole e Guiné Portuguesa. A exportação do sal produzido nas Ilhas de Boa Vista, Maio e Sal vai tendendo a diminuir. Primeiro, perdeu-se o óptimo mercado do Brasil e, agora a concorrência crescente da Alemanha, Canárias etc. ameaça seriamente esta indústria salina. Se não tivermos o maior cuidado com a recolha, secagem, embalagem e peso, os mercados da África continental fronteira perder-se-ão também.

Vejamus o seguinte quadro referente à exportação de sal:

Países que consomem o Sal Caboverdeano	1931	1932	1933 (3 trimest.)
	Valor da exportação	Valor da exportação	Valor da exportação
África Equatorial Francesa . . . . .	—	37.800\$00	220\$00
Guiné Portug. . . . .	38.820\$00	16.599\$00	23.250\$00
Conakri . . . . .	13.925\$00	—	10.000\$00
Congo Belga . . . . .	131.040\$00	84.560\$00	75.252\$42
Senegal . . . . .	10.852\$00	9.269\$20	23.200\$00
Gambia . . . . .	27.300\$00	24.900\$00	17.991\$52

Os números são concludentes e elucidativos. Não são precisos comentários. Decresce de ano para ano, o valor da exportação do sal. O óptimo mercado que é o Congo Belga está a ser perdido. Apenas, a exportação para o Senegal aparece em aumento na resenha breve que acima fica.

O milho em grão, especulativamente exportado foi-o para a Metrópole e para a Ilha da Madeira, no ano de 1931, respectivamente, com os pesos e valores seguintes: 606.763 Kls. e 262.988\$00, e 352.040 Kls. e 149.274\$00. Em 1933 foi o milho exportado para a Metrópole apenas.



ILHA BRAVA

Os mercados de conservas produzidas em Cabo Verde consta do seguinte mapa, organizado, como os anteriores, apenas pelos dados colhidos e respigados nos Boletins Officiais:

PAÍSES QUE CONSOMEM AS CONSERVAS	1931		1932		1933 (3 trim.)	
	KLS.	VALOR	KLS.	VALOR	KLS.	VALOR
Italia . . . . .	7.159	3.580\$00	4.138	2.070\$00	11.220	41.858\$00
Portugal . . . . .	5.171	3.764\$00	57.067	24.867\$00	493.009	244.452\$00
França . . . . .	5.569	2.785\$00	6.844	2.979\$00	—	—

Aumenta pois, a exportação para Portugal, muito consoladoramente e após a leve queda da exportação para Itália, esta sobe rapidamente de 3.580\$00 para 41.851\$00. Oxalá haja um critério de prudência a aconselhar rigoroso e o mais cuidado fabríco para se não perderem os mercados abertos tão auspiciosamente.

A purgueira, quasi espontânea e servindo de vedação ou balisa de propriedades e cuja exportação é uma das melhores fontes de receita de Cabo Verde, é como o rícino exportada na sua totalidade para a Metrópole, e ali aproveitada nas indústrias nacionais.

\* \* \*

Das ilhas do Arquipélago apenas, está, ao presente, inabitada, a que de Santa Luzia tem o nome. De quando em quando um curioso vai até ali, um pastor salta em terra com meia dúzia de cabras, ou ali se acolhem, em rápidas estadias, pescadores na dura faina de cobiçarem ao mar o peixe que este encerra. Dizem que falta água ali. Já se fizeram pesquisas a verificar a possibilidade de aberturas de poços? S. Vicente também não tem nascentes e não lhe falta água para consumo de seus habitantes e fornecimentos de navios que, na sua quasi totalidade, no seu Pôrto Grande vão fazer aguada. Santo Antão é rica de águas e, fronteira que está, permite a S. Vicente um reabastecimento regular de

boa, muito apreciada água de mesa. O atraso na ocupação e fomento nessa pobre terra de Santa Luzia pode permitir ao Estado o fazer, em algum dia que muito breve deveria ser chegado, uma benemérita obra de Assistência moral e material, nela fazendo erguer uma leprosaria higiénica, decente, de certo e relativo conforto, aonde instalaria, sem vexames para os doentes, os que outrora, eram apenas, os gafados. Os leprosos, enquanto vivendo a sua desgraçada odisseia, não deixam de existir como seres humanos. Como tal têm de ser tratados. Em Cabo Verde, (não sei por que misterioso desígnio em Santo Antão e no Fogo têm maior colónia), há um número considerável de gafados. Há que os isolar do contacto dos sãos é certo, mas não que os condenar a um estado bem comparável com o da antiga morte civil, já abolida, há muito, da nossa legislação, norteada sempre pelos mais nobres princípios, a despeito de todo os ataques com que é moda hoje atacar um passado a que alguém, investido em bem altas funções governativas, apelidou de incêndio voraz que durou um século. Encerrar em catacumbas os desgraçados será criminoso. Há que os adaptar a uma nova vida. O Estado, se tem o dever imperioso de cuidar dos vivos, tem também, o não menos pesado encargo moral, de tratar da situação dos que atacados do mal terrível, têm de ser agrupados em aldeias-hospitais, aonde lhes não falte a devida e cuidadosa assistência médico-farmacéutica, a desinfecção permanente e rigorosa, uma fiscalização aturada e modelar. E tendo isolados fisicamente os que a lepra consome, em devastadora marcha, há que os manter em ligação com o mundo, por um serviço regular de comunicações postais, telegráficas, radiofónicas e rádio-telegráficas. O vizinho Ilhéu Branco, de 4 quilómetros de comprimento por um largura, com 350 metros na sua maior altitude, permitiria a instalação ali das estações postal e rádio-telegráfica, a residência dos funcionários da gafaria, médicos etc. Um potente *gasolín* asseguraria a comunicação com a Ilha, aonde se abririam estradas de acesso fácil, e nessa terra hoje abandonada se ergueriam pavilhões hospitalares para residência de gafados, por sexos e estado ou marcha da doença, posto de desinfecção, lavandarias, farmácia e laboratório, gabinete médico-cirúrgico, reservatórios de água, pequenos jardins e hortas que os doentes trabalhariam, assim os preocupando em labor leve e compatível com o seu estado doente e desgraçado. Fornecer-se-lhes-iam jornais e revistas, permitir-se-lhes-ia o prazer das audições radiotelefónicas, jogos, etc., de forma a tornar mais leve o peso da sua cruz. Para essa gafaria se transfeririam os atacados do mal que abundam, como frisei, por Santo Antão, aonde há um arremedo, porco e triste, de leprosaria, que, no seu tempo, representou um esforço colossal, levado a efeito pela tenacidade louvável do hoje General Viriato da Fonceca, e ainda no Fogo, aonde, vivendo em comum com as gentes sãs, encontrei muitos e muitos doentes de lepra nas aldeias que, emergindo da lava vulcânica, se construíra sob os nomes de Relva e Corvo. Santa Luzia pode pois, vir a ser um hospital de isolamento digno da nossa época, padrão justificativo duma obra de civilização e carinho. Situada entre as Ilhas de S. Nicoláu e S. Vicente, fácil será reabastecê-la, regular e freqüentemente, de água, víveres e medicamentos e de tudo o mais necessário à vida não só dos doentes como do pessoal ali em serviço, que seria remuneradamente pago e fre-

qüentemente substituído. Impôr-se-ia aos navios ao serviço da província a ida à Ilha-hospital ou ao Ilhéu vizinho, e ter-se-ia regulado tudo o que dissésse respeito a reabastecimento, contacto com terra etc., a fim de evitar contágios perniciosos. Demanda muito dispêndio? Será morosa a construção e instalação? Haverá muitas resistências e dificuldades a vencer? Pois que se vençam. Quando se quer a valer, não há dificuldades nem impossíveis. As dificuldades nasceram para serem vencidas. Conjuguem-se todos os esforços e uma forte obra de assistência e humanidade será levada a cabo. Com pertinácia tudo se consegue. Hoje um pouco, amanhã mais um bocado, seguro e metódico plano a cumprir-se, tudo finalmente se obterá. Em 10 anos faz-se muita e útil cousa. Aproveite-se pois, o tempo, seja-se prudente e queira-se fazer alguma cousa e o isolamento disfarçado, humano, dos atacados por tão ruím mal, se conseguirá.

\* \* \*

O problema do nativismo não existe. Pode haver um ou outro mais desconhecedor das realidades, em cujo cérebro germine, mal conduzida, a ideia duma autonomia, mas, logo o bom senso triunfa e a aspiração legítima, quando há condições materiais de vida independente, é relegada para secundário, muito afastado plano. Pois se êle há ainda, tanto que fazer para o fomento e desenvolvimento do Arquipélago!—Cabo Verde tem



ANTES DA OCUPAÇÃO, OU A GUINÉ DE ONTEM  
UM CARRASCO

o seu dialéto privativo. Que me perdoem José Lopes e Pedro Cardoso, mas o creoulo não é uma língua. Sotavento tem um creoulo diferente do de Barlavento, e mesmo entre as diversas ilhas componentes de cada grupo, há diferenças de falar. Em Sotavento o creoulo é mais doce e meigo. E' sabi, é bom, é bonito. Cantante, carinhoso e meigo, o creoulo, ao significar sentimentos do coração, paixões alimentadas em esperança de ternura, é sabi, é doce. . . Que bem que éle fica, quasi surdo no seu balbucio, em bocas pequeninas, cabeça curvada, em descanso nos ombros dum par enamorado, quando se arrastam, cantando, a dançar a morna languida, cálida, baile de amor, de aproximação amiga, de pensamentos mais queridos, a segredar o que olhos aveludados, mortiços, mas belamente cerrados em sonho, querem dizer, no sófrego desejo de realizações que virão um dia! — Há olhos bonitos, gentís raparigas em Cabo Verde. Mulheres bonitas? Há-as também. Vi uma no



BRAVA — CRIADAS CONDUZINDO PRESENTES PARA UM CASAMENTO

## **DR. MIGUEL COUTO**

Com o falecimento do eminente clínico e catedrático Prof. Dr. Miguel Couto, o Brasil perdeu um dos seus grandes filhos e Portugal um dos seus velhos e bons amigos, — um daqueles amigos que pelo saber, inteligência, coração magnânimo e alto espírito de justiça, jámais se esquecem ou podem esquecer.

Poucos dias antes da sua morte ainda o sábio Mestre tivera a gentileza de nos oferecer alguns dos seus livros, entre eles *No Brasil só há um Problema Nacional — A Educação do Povo*, tão poucos e tão fulminante foi o seu passamento que nem tempo tivemos para lhe agradecer essa altíssima honra.

Que as singelas palavras que acima deixamos cair da pena, e sobretudo a por todos os títulos eloquente oração de saúde, da autoria do Sr. Prof. António Austregesilo, que transcrevemos do *Boletim da Academia Nacional de Medicina do Rio de Janeiro*, sirvam de agradecimento à memoria do inolvidável extinto.

“Foste o nosso livro de ouro em que aprendemos a ciência, a clareza, a cultura e a elegância da palavra vernácula.

Foste o vaso espiritual em que bebemos as belezas do sentimento, a honestidade, a modestia, a caridade, a amor à familia e à religião cristã.

Foste o Brasil em ascensão porque em vós aprendemos as lições de cultura, de eugenia, de sã política e do patriotismo construtor.

Foste a demonstração positiva da superioridade da raça brasileira, pela vossa organização física, mental e moral.

Fostes expressão superior da nossa espécie, como mestre, como clínico, como homem, como idealista, pois combatestes as enfermidades, as guerras, destes ao Brasil o grande exemplo de virtudes cívicas, e as grandes lições de respeito à humanidade.

Fostes santo, a dôr final vos abriu as portas do céu”.

Fogo que vale o Arquipélago inteiro. Não estou apaixonado. Não trêmam pais de familia. No meu coração. o lugar reservado ao mais alto affecto, está de há muito ocupado. Ninguém mais nêle pode ter igual guarida. — Na Brava, ao contrário do que succede nas demais ilhas, é aonde há mais raparigas, na sua maioria, perfeita, completamente brancas, graciosas e gentís algumas, estas que sabem falar o português, que freqüentaram as escolas e fizeram seus exames, envergonham-se umas das outras e, em face de amigas, falando, connôco, metropolitanos, quasi se arreceiam de se exprimir em português. Porquê? Não há dúvida que a Brava é um canto à parte, muito especial, do mundo. . . Os homens falam, quais políglotas, o creoulinho entre êles, o português connôco, e com muita correção o fazem na sua maioria, e, para alardear, “grandeza”, “papiam” o inglês americanado, quando, “embarcados”, vêm à terra mãe. . . — Na Brava há tradições marinheiras. O motivo de decoração das casas, vai encontrar-se nos aprestos náuticos, a hélice, a corda nodosa, a âncora. . . Há aqui óptimos homens do mar, com cartas de pilotagem e de longo curso. Em tôdas as ilhas abundam os mareantes, alguns com carta de capitão pela Escola Náutica de Lisboa, outros, durante a guerra, comandaram navios de longo curso e de transporte de tropas e munições, ao serviço nacional ou de aliados. No entanto, um rebocador, pintado de branco, a encobrir a miséria do casco, com duas chaminés remendadas, remendadíssimas, que duas enormes cruzes de Cristo, símbolo nacional muito em voga, ornavam, envergonhadas da sua missão, dispendioso, sem cumprir a missão que se lhe impunha como rebocador de alto mar, quasi sempre fundeado em S. Vicente e de ferro levantado dali, para uma única, rápida e corrida viagem mensal pelo Arquipélago, tem sido tripulado por pessoal navegante, bem pago, de origem europeia, um encargo imenso para o orçamento da Província quando aqui há técnicos, óptimos profissionais e alguns com habilitações officiais e técnicas muito superiores à do comandante do derreado e inútil rebocador e que, diz-se, vai ser substituído por navio de maior tonelagem e arqueação. Para que se manter êste estado de cousas? Podem ser muito simpáticos e competentes os europeus

# “ALMA RUDE”

POR RUY SANT'ELMO



ALMA RUDE, — edição magnífica, enriquecida com admiráveis desenhos de Leal da Camara —, é uma nova e pujante afirmação da personalidade literária de Ruy Sant'Elmo, — pseudónimo festejado do metretíssimo Juiz de Direito e nosso ilustre colaborador, Sr. Dr. Brito e Nascimento.

Em *Alma Rude*, que nos proporciona uma hora de leitura,

apesar do acentuado carácter regional, por conseguinte restrictivo, da maioria dos contos de que se compõe, esplendem com intenso e vivo fulgor aquêles altos predicados de prosador vigoroso que são o apanágio do estilo bizarro e colorido, com vitoriosas e rasgadas tendências modernistas, de Ruy Sant'Elmo; — predicados êsses que, aliados a uma técnica segura em género literário dos mais difíceis, qual seja o do conto pelo extraordinário poder de síntese que requiere, colocam êste livro entre as boas obras de ficção publicadas ultimamente.

Estamos, na verdade, em face de um robusto talento literário, que as mui nobres, mas absorventes e por vezes fatigantes ocupações profissionais do autor, não conseguem tolher nem sequer embotar, por isso que as musas não fazem mal aos doutores...

tripulantes, mas, em Cabo Verde, há profissionais muito distintos, habilitados e cuja matrícula será, por certo, muito menos onerosa para a Província. Não é de aconselhar, em tudo, prudente e sábia ecônomia, desde que ela não acarrete prejuízo? Há ecônomicas prejudiciais mas a que se indica era da categoria das úteis, quere-nos parecer. Não esqueço que sou metropolitano, mas não me esqueço também que sou Português e Cabo Verde é terra Portuguesa. Aproveitar os seus filhos, naquilo em que são competentes e úteis, é afirmar firme e seguro patriotismo.

\* \* \*

Cabo Verde, as suas Ilhas semeadas no Atlântico, é uma porção bem querida de território nacional. Viu seu mar deslisar, afrontando o tempo alteroso e vencendo os impetos de Eolo, as caravelas frágeis das descobertas. Se suas costas, de aspecto tão triste, pudessem falar, elas nos diriam das imprecações dos velhos nautas, rugindo em luta contra os elementos, para vencerem e tornarem maior a glória de Portugal... Aqui foi ponto de apoio a mareantes. Aqui foi a êtape primeira de novas, de maiores largadas. Merece pois, o carinho, o desvelo da Mãe Pátria, do Grande Portugal!

Ilha Brava — Cabo Verde — Março de 1934

*Garcial Terminián*

¿ Há, ou não, frescura, agilidade e algo de modernista nos dois pequenos períodos seguintes, respigados a êsmo e sem preocupações de escolha? Claro que há!

“Noivado da terra... Toucaram-se as árvores de grinaldas, e as borboletas, — págens vestidos de oiro, andam a trazer a levar cartas de amor entre os botões a abrir.

“Vai o ar cheio de emanações asmas da seiva nova.

“Rúbros zumbidos de abelhas passam no ar, como crepitações aladas de beijos fecundos! Sentem-se estremer os úberes do solo às sucções ávidas das raízes. E há quebreiras de volúpia nas searas que ondulam ao sopro caricioso das brisas”.

“Tricanas de Coimbra”, de imprevisto amargo e pungente desfecho, encerra algo daquêle fundo de revolta que era e é o segredo do êxito mundial dos escritores russos anteriores ao regimen soviético. E' um conto emocionante, profundamente doloroso. Os outros — “O Senhor Fidalgo”, “Duas Mães”, “Filho de Ladrão”, “Rixa Velha”, etc. — embora menos impressionantes, não são de menor interêsse como estudo de certos tipos, aferrados à gleba, eternamente miseráveis na dor e na ignorância que os perseguem há seculos, há milênios, — desde o princípio do mundo... Segregados às claridades e ao confôrto da civilização, insulados nos seus tugúrios, esquiálidos, brônco, trágicos, umas vezes sórdidos, outras hediondos, eis alguns dos *especimens* que Ruy Sant'Elmo faz processionalmente deambular pelas páginas de *Alma Rude*. — *especimens* de uma fauna tenebrosa, de que se abastecem os presídios, os manicômios e os hospitais, vivendo, enquanto livres, à mercê desenfreada dos instintos, dos barbarismos ancestrais, da mais impenetrável e clamorosa ignorância

i E que extraordinário, flagrante contraste entre a dureza granítica dessas almas, que nenhuma luz interior clareia e d'ulifica, e as louçanias da Natureza, sempre risonha, sempre acolhedora e sempre em festa!...

Angola! E' tóda uma outra África que surge diante dos meus olhos: êstes homens — os portugueses — são verdadeiramente colonos e de nenhum modo ou aspecto, coloniais. Abandonaram para sempre, definitivamente, a Europa, velha e rabujenta. A África, ou melhor, esta provincia, é agora o seu país, o seu torrão. Não acamparem nesta novas terras por alguns meses ou mesmo anos, como os demais homens brancos que tenho visto até aqui e que não cessam de sonhar com Paris, Londres e Bruxelas, dando-se a todos os instantes ares e um pouco a figura de exilados... Os portugueses, pelo contrário: seus actos, seu apumo, suas atitudes, seus claros propósitos mostram que se sentem como em sua casa que é, arraigados à terra, como se nela tivessem nascido — a esta provincia distante que se lhes tornou, em tudo e por tudo, numa nova pátria.

In-NOIRS ET BLANCS — por Jacques Weulersse



Os portugueses devem à memória de Lyautey, — Luís Humberto Gonçalves Lyautey, marechal de França e construtor de impérios —, o preto mais profundo e mais sincero da sua gratidão e reconhecimento imperecíveis, por isso que, jamais, êsse vigoroso *fanático da acção*, que a morte acaba de surpreender aos oitenta anos, em seu castelo de Thorey, pleno de entusiasmo e com uma vontade indomável de realizar, — “*A quatre vingts ans, il était resté enthousiaste. Par là, il était bien plus jeune que les vieillards de tous âges qui nous entourent*” (1) — deixou, não só de reconhecer os esforços ingentes e seculares que dispendemos para dilatar a esfera da civilização ocidental, — reconhecimento que já vai sendo comum, para confusão e despeito dos insignificantes que se julgam capazes de nos ferir com as suas flechas embotadas —, como também de aplaudir e confessar sem reboços a sua admiração pela excelência dos nossos velhos, provados e experimentados métodos de administração ultramarina, — facto na realidade pouco vulgar entre os nossos competidores e que parecia inconcebível em um francês, ainda mesmo quando nas veias dêsse gaulês cõrra, como corria nas veias da figura por todos os títulos eminente que se finou aos 27 dias de Julho, sangue de origem portuguesa.

Havia nêste patriota insigne um amor tão profundo à sua França, era nêle tão vivo e ardente o seu desejo de servir, que nunca as suas convicções políticas o impediram de cooperar o mais íntima e estreitamente possível com a República, para prestígio cada vez mais alto da sua pátria gloriosa e imortal. É destarte, e mercê da nobreza dos seus princípios e da elevação dos seus sentimentos — eminência a que só ascendem aquêles que têm a compreensão nítida do que é *servir* a coisa pública; atmosfêra expurgada dos miasmas do facciosismo e da vaidade, em que só respiram os *homens feitos para os cargos*, os eleitos, aquêles que fazem das missões que lhes são confiadas um sacerdócio e não um pretexto para ostentação de narcisismo pessoal, por vezes com fortes acentos de ridículo — Lyautey podia ostentar com ufania, em sua magnífica biblioteca, entre muitos retratos de imperadores e monarcas, uma fotografia da Princesa Bibesco, com esta dedicatória simbólica: *Au royliste qui a donné un empire à la République...*

E não vão pensar os nossos leitores menos conhecedores da vida e da obra, grandiosas e exemplares, do saúdoso Marechal, que os seus sentimentos legitimistas e as suas convicções monárquicas não tinham alicerces nem tradição. Bem ao contrário: as suas raízes achavam-se profundamente arraigadas e constituíam uma peregrina e constante tradição familiar, jamais desmentida ou atraçoada.

A êste respeito, é de uma clareza meridiana o que escreve Maurois, e que transcrevemos: “A l’un des der-

1) — In *Vu* — Paul Reynaud.

niers dîners de famille auquel elle assista, em 1889, la grand’mère Lyautey, âgée de quatre-vingt-douze ans, ayant soixante enfants, petits-enfants et arrière-petits-enfants, dit cette phrase étonnante et sincère: “*Mes enfants, je rends grâce à Dieu de ce que parmi vous, étant pourtant si divers, il n’y ait aucun républicain.*”

“Il sera curieux de voir comment l’enfant qui avait reçu cette éducation fut amené à collaborer avec presque tous les hommes d’État de la Troisième République et à choisir quelques — un d’entre eux pour ses amis, fidèle en cela par instinct à la tradition de sa famille paternelle, où le goût du service l’avait toujours emporté sur rancunes des factions.”

“Un Lyautey done par son sentiment du devoir, par son inquiet besoin d’agir, de bâtir, d’ordonner; un Grimoult par son élégance, par son goût des belles choses, par son *côté tapissier*; un Grimoult encore par son aptitude à comprendre le peuple, par son libéralisme aristocrático d’homme assez sûr de sa naissance pour oser se compromettre; un Lyautey par sa méthode, par sa capacité de travail, par son besoin d’autorité. Ce soir, à Thorey, c’était un Grimoult qui souhaitait me lire le ravissant portrait de sa grand’mère, mais c’était un Lyautey qui trouvait la page de la copie soigneusement dactylographiée et rangée, à sa place, dans l’armoire aux dossiers”. (2)

¿ Não haverá nêste belo perfil da personalidade de Lyautey, o Africano, reminiscência dos tempos antigos, soldado humano, soldado civilizador de que a democracia francesa pode orgulhar-se, (3) traços e algo de muito semelhante com os retratos fixados pela História de muito dos nossos antigos Vizo-Reis, simultaneamente amigos da opulência e da austeridade, os primeiros a aplicarem a doutrina da *tache d’huile*, tão celebrada como alta novidade e

atribuída a Gallieni por aquêles que desconhecem as Ordenações de Afonso de Albuquerque, pois se não desconhecêssem tais preceitos, saberiam perfeitamente que tal método foi sempre e em todos os tempos adoptado pelos portugueses em sua faina múltisecular de colonizadores e civilizadores de terras distantes e paragens remotas?

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO presta pela nossa pena e por esta forma a homenagem devida à memória do Marechal Lyautey, — essa organização cujo dinamismo era o orgulho da Latinidade, êsse admirável *animal d’action* que, ao abandonar Marrocos, depois de treze anos de actividade prodigiosa e incessante, só tem esta confiança pungente para com o seu amigo Reibel: “*Voyez-vous, Reibel, il y a une chose qui m’embête rudement... Je ne bâtirai plus de villes...*” (4)

2) — In *Lyautey* — André Maurois.

3) — In *Le Temps* — 29.7.934.

4) — In *Revue de Paris* — Wladimir d’Ormesson.

# A Ultima Realização

---

---

## da Exposição Colonial Portuguesa

POR VICENTE HENRIQUE DE VARELA SOARES

(ESPECIAL.)

ALFERES DA ADMINISTRAÇÃO MILITAR

**O** Cortejo do Império — representação dinâmica em mostruários sintéticos da actividade portuguesa de todas as eras — surgiu naturalmente como fecho do maior certamen dos últimos tempos.

Sem êle, incompleto seria o significado da Exposição do Porto, mal definidos ficando os altos objectivos que com a sua realização se pretendessem alcançar.

Em êrro contudo laboraram os seus organizadores, quando indevidamente intitularam de Cortejo Colonial a magnifica parada histórico-económica de 30 de Setembro último. Cortejo Colonial, seria sim a apresentação única de tudo quanto ao ultramar português estivesse ligado; desde que no cortejo se achava integrada — constituindo porventura uma das secções mais importantes — a actividade económica metropolitana, diminuído saíra o seu valor, face à grandiosidade alcançada na sua realização.

Metrópole e Ultramar, estão tão intimamente ligados por laços históricos, políticos, económicos e morais, constituem um todo de tal maneira homogéneo e indivisível, que falar numa sem nos referirmos à outra, é cometer omissão quasi imperdoável e incompatível com a ideia dominante na actualidade, toda ella tendendo a uma hegemonia cada vez mais perfeita de tudo quanto aos portugueses interessa.

Aparte êste pequeno pormenor, resultante talvez de omissão justificável pelo muito trabalho dispendido, tudo decorreu dentro daquela boa ordem e regularidade que foram norma corrente durante a Exposição.

Habitudos como estamos, à característica falta de pontualidade nacional, exposição e cortejo abandonaram o uso já lei, provando uma vez mais que, quando queremos, produzimos tão perfeito como os melhores.

No meio acanhado português — avêso a iniciativas de relevo —, o esforço e arrojado espirito empreendedor de Henrique Galvão, ficam como um passo agigantado em favor da causa nobilissima do nacionalismo português.

Contrariedades durante o certamen, decerto muitas houve; más vontades, algumas teria encontrado o Director Técnico da Exposição da parte dos muitos incompreensíveis e incompreendidos da nossa terra, mas Galvão a tudo sobreveio conseguindo singular sempre na linha recta que de principio a si impôs. Concebeu a Exposição, realizou-a e chegou a final do seu trabalho coberto de louros merecidos como poucos.

Bem haja o público que em grande numero acorreu à Exposição — cerca de 1.300.000 pessoas —, emprestando-lhe com a sua presença, um brilho desusado e compreendendo finalmente a necessidade do seu auxilio material na execução de empresas da valia desta. Renasce talvez em Portugal a consciencia do Império, mas ainda sob um aspecto indeciso, encarando o todo português mais sob o objectivo

superficial de um patriotismo louvável, mas insufficiente, que sob o ponto de vista — quasi desconhecido da maioria —, de um conjunto integrado de facto e de direito no espirito da nação.

A realidade económica do Império Português, só



ALFERES VICENTE HENRIQUE VARELA SOARES

ao de leve a encontramos esboçada no espírito nacional. O português de agora, pouco sabe — porque tampouco lho mostraram —, da posição portuguesa como potencia colonial no Universo. Desconhece os campos de acção onde a sua actividade pode ser produtiva, preferindo a ida ao estrangeiro em busca de hipotéticas fortunas, ao rumo do Império, onde tudo há, onde a carência de braços deixa abandonados territórios extensíssimos de lucros seguros.

O defeito não é de hoje, de bastante longe vem, possuindo como causas características principais, a deficiência do ensino colonial e a carência de uma propaganda conscientemente dirigida.

O ensino primário português, apresenta no capítulo colonial, aspectos tão comezinhos, que frequentemente sucede, completada a instrução, pouco mais se conseguir que a fixação de três a quatro nomes da história colonial, porque a “pedagogia dos mestres” não permite vãos onde mais se deveria pormenorizar.

Segundo penso, o amor pelas coisas ultramarinas, deveria incutir-se no espírito da criança ensinando-a a amar, e nunca conhecer empiricamente, o ultramar como fonte de trabalho, como campo de futura aplicação de energias.

A primeira vez que na minha vida estudei colónias — já num curso superior — a deficiência do seu ensino só me permitiu o conhecimento forçadíssimo de muitas e variadas datas de fundação de outras tantas companhias coloniais, obrigando-me o mestre — santo varão! — a decorar, palavra por palavra, as infundáveis bases para a organização da Administração Ultramarina. Como se de aí algo de benéfico resultasse à minha cultura colonial!

A propaganda colonial, só de 1926 a esta parte, mereceu a atenção dos governantes, atingindo o seu apogeu nos três últimos anos, durante os quais muito se fez de resultados francamente satisfatórios.

---

## “NA RODA DO BATUQUE”

---

POR LUÍS TEIXEIRA

O Sr. Luís Teixeira, nosso distinto colaborador, fez parte, na qualidade de enviado especial do “Diário de Notícias”, de Lisboa, da comitiva jornalística que acompanhou o Sr. Ministro da Colónias na sua viagem a Angola e Moçambique, e nessa qualidade escreveu para o jornal que brilhantemente representava numerosas crónicas em que pôs mais uma vez à prova as suas já notáveis faculdades de observação e de síntese, a par de todo seu temperamento vibrátil de jornalista moderno e orgulhoso da sua espinhosa profissão.

Pois são essas crónicas ainda frescas e palpitantes de actualidade, como rosas acabadas de colher, a despeito do tempo já decorrido, que o autor houve por acertado reunir em volume, sob o título original e sugestivo: *Na roda do banquet*, para que possa conhecê-las quem as não leu na primitiva estampa e para lhes prolongar o éco, salvando-as assim de inevitável olvido.

E’ um livro sadio, exuberante de optimismo, que prende e convida quem o lê a interessar-se pela África — pela África portuguesa que em si conserva os melhores materiais para a reconstituição do Império.

Havia em Portugal nos meus tempos de menino — e bastante novo sou — uma concepção terrificante da Costa Africana. Ir para a África, era caminhar para a morte, era correr ao encontro de febre, biliosas, perniciosas — eu sei lá! A ninguém preocupava a transformação de tão errada miragem. O português ia para o Brasil, para a América do Norte, para França, mas nunca para o que seu era além da Ponta de Sagres.

Hoje, tal aspecto quasi desapareceu. Sabemos da existência de territórios enormes, magníficos, onde a actividade não sossobrará antes proporcionará proventos certos, mas ainda vamos para o Ultramar titubeando, sem aquela segurança tão necessária à vitória na vida.

Não longe virão os tempos em que essa incerteza desapareça e surja alfim em seu lugar a confiança, o à vontade para a conquista económica do Ultramar

\* \* \*

O Cortejo realizado no Pôrto, serviu bem para colocar ante os olhos dos portugueses incredulos, a razão do Império, o seu valor como elemento económico da Nação.

A sua organização, focando os aspectos histórico, político, económico, moral e espiritual, mostrou num conjunto sóbrio mas eloquente, o quanto se fez da época remota dos descobrimentos e conquistas ao estado de civilização dos nossos dias.

O objectivo cultural da realização deste cortejo, foi amplamente atingido; representou mais que quantas propagandas mal orientadas, das quais geralmente pouco mais se aúfere que o indiferentismo total.

A psicologia do povo português, amolda-se mais a tudo quanto lhe proporcione recreação visual, que a largas documentações incompatíveis muita vezes com a percepção da maiorias.

Desde que a apresentação agradável de exame, se junte o suficiente — nunca o demasiado — aspecto cultural, os resultados serão sempre perfectos. Tal succedeu no Cortejo do Império. A par da disposição artística, a apresentação ligeira, mas correcta, da ecònomia das regiões, sua capacidade produtora, fauna, etc., proporcionou um ensinamento utilíssimo e de grande merecimento.

Cêrca de 700.000 pessoas pejaram as ruas do Pôrto, admirando verdadeiramente interessadas, o desfile dos inúmeros elementos do Império, todos apresetados sob aspectos altamente elucidativos.

Na organização do Cortejo viu-se — como aliás em tudo — o dedo acertado de Henrique Galvão, o seu superior sentido de dirigente.

O período histórico — secção inicial do Cortejo —, abria com o primeiro feito de armas portuguesas na Costa de África, representado por um grupo de cavaleiros de Ceuta de entre os quais sobressaía o Infante D. Henrique; seguiam-se-lhe o Carro de Gil Eanes executado sob a legenda “Se mais mundos houvera lá chegára”, o Carro das Descobertas, concebido segundo o lema “Por mares nunca dantes navegados”, os capitães da conquista da Índia tendo à frente o visorei D. João de Castro, os primeiros colonizadores portugueses representados por um grupo de bandeirantes do Brasil, — notáveis pioneiros do desenvolvimento português em Terras de Santa Cruz — e um grupo de funantes, aviados e pombeiros — comerciantes que no interior de África estabeleceram o primeiro contacto com as

populações indígenas. Encerrava esta secção um grupo de 12 oficiais e 48 soldados e cavalo, representativo da tropa colonial do Seculo XVIII.

Da secção politica o primeiro elemento bem simples era, mas altamente representativo na sua singeleza. A bandeira do Império em suas cores vermelho e negro, marchava, conduzida por um porta bandeira, entre aclamações vibrantes do público. Depois, antigos combatentes coloniais, velhos colonos e residentes nas colónias (em representação), as crianças — colonizadores de amanhã —, e os carros alegóricos das províncias de Cabo Verde, Guiné, S. Tomé e Príncipe, Angola, Moçambique e Companhia de Moçambique, India, Macau e Timor, enfim o documentário completo da valiosa obra de ocupação, pacificação e civilização levada a efeito a custo de muito sangue e tremendos sacrificios.

Deter-me-ei um pouco na descrição destas viaturas, de concepção moderníssima e de inteligente exposição.

O Carro de Cabo Verde, simbolizando a situação desta provincia como ponto de cruzamento de estradas e comunicações oceánicas, representava um navio eortado por duas grossas colunas encimadas por capiteis mostrando o mecanismo dos portos comerciais. Duas grandes palmeiras colocadas na base de carro atestavam a riqueza agricola da provincia.

O Carro da Guiné constituía uma síntese das principais produções agricolas da região. Na frente do carro, em trono encimado pelo escudo da Guiné, sentava-se o régulo mandinga Mamadu-Sissé, imponente no seu uniforme de tenente de Segunda linha. Indígenas balantas, e bijagós, transportavam os principais produtos agricolas.

O Carro de S. Tomé, compreendia um enorme cesto contendo frutos de cacauero—principal produto de exportação—sobressaindo de entre motivos estilizados de coisas gentílicas.

O Carro de Angola, um dos mais gigantescos e sóbrios do cortejo, era constituído por uma grande coluna, dominando todo o carro, sobre a qual assentava a cabeça de uma negra. Aos lados, os escudos de Angola e Portugal; na frente, o padrão de Diogo Cão.

O Carro de Moçambique, recordava o extermínio do Império Vátua. A figura genial de Mousinho de Albuquerque, a cavalo, domina um guerreiro vátua. Assentava este grupo sobre um plano de vegetação selvagem. Na frente, duas colunas encimando cabeças de negros, indicam o poderio dos vátuas. No rodapé, um friso de guerreiros e ao alto, o escudo de Moçambique.

No carro dos Territórios de Manica e Sofala (Companhia de Moçambique), seis negros poderosos conduziam, pelos carris, o

carro da Indústria, levando ao alto a figura da Civilização. Na sua concepção representava a consequência da derrocada dos vátuas, erguendo-se sobre suas ruínas, uma colónia em adiantado estado de Civilização.

O Carro alegórico da India, compreendia um arco onde se justapunham as armas de D. Manuel, sob o qual se erguia um templo indiano. Na frente do carro uma caravela de ouro, de velas desfraldadas, simbolizava a descoberta do caminho marítimo para a India.

No carro de Macau, um pagode chinês, desenhado sobre o tipo do Templo da Eloquência, servia de trono a um Buda de grandes dimensões. Ladeando o templo, quatro enormes dragões.

O Carro de Timor, constituía uma síntese architectónica das características essenciais da colónia e suas principais produções. Blocos justapostos mostravam a natureza acidentada do território; como motivos decorativos, plantas de café e búfalos. A secção económica do cortejo, abrangia toda a actividade do Império Português. Abria com a representação da fauna africana aplicada aos transportes no interior, vendo-se nela incorporados dois búfalos, uma palanca, dois bois da Guiné, um zebú, pacaças e camelos. Como meios de transporte, figuravam ainda os típicos carros bóers (puxados a 10 juntas de bois), o palanquim, o rikshaw, a machila e os antigos e modernos modelos dos automóveis Ford.

Para representação do Comércio, foi executado nas Oficinas da Exposição, um carro alegórico de grandiosas proporções representando uma boneca estilizada sobre o traje regional da Maia; por detrás, Mercúrio, ajoelhado, presta homenagem ao progresso comercial do Norte. O brazão da cidade do Porto, aberto de par em par, como um relicário, despeja sobre o Universo as mais variadas mercadorias. Rodeavam o carro oito figuras, conduzindo em açafates os principais produtos de exportação.

O Carro da Indústria, tinha por base um soco de tijolo, sobre o qual assentava um carro romano, tirado



RESIDÊNCIA DO DIRECTOR DO CAMINHO DE FERRO DE QUELIMANE



BEIRA — IGREJA CATÓLICA E ESCOLA DE ARTES E OFÍCIOS

por dois leões, conduzindo a figura da Indústria; aos lados como elementos decorativos, bigornas e rodas dentadas. Escoltavam o carro 10 operários.

Aos grupos do Comércio e Indústria, seguia-se o da Agricultura com representações do Ribatejo, por campinos em seus trajés regionais conduzindo a bandeira da Associação Central de Agricultura Portuguesa; do Algarve por 20 figurantes; de Entre Douro e Minho por malhadores, tocata, carro do Milho, Padeiras, grupo de espadelada, Carro do Linho, rendilheiras de Vila do Conde, vindimadores e Carro do Vinho; de Trás os Montes pelos célebres Pauliteiros de Miranda, Grupo de Capas de honra, Carro agrícola e Grupo de Vinhaes; da Extremadura pela Escola Agrícola de Paia; do Douro com Carro de Vinho do Pôrto e dançadores de Chula; da Beira litoral por grupo regional, e da Beira Baixa pelo grupo do Fundão, carro regional, Grupo de Malpiqueiros e tocadores de pífaro.

A República não tinha e não tem que preparar emigrantes. A função de uma democracia organizada que tem territórios vastíssimos a aproveitar e largos interesses morais e culturais a servir e defender, é preparar cidadãos. Mas enquanto tivér emigrantes, cumpre-lhe olhá-los com atenção e desvêlo, encaminhando-os e assistindo-os por tôdas as formas. Esse seria o meio único de o tributo humano que temos dado para o potencial étnico do Brasil, ser pago em benefício de ambas as Pátrias. Mas nem isso, infelizmente, foi possível fazer ainda.

DR. NUNO SIMÕES

Na secção moral e espiritual — última do Cortejo — digno de relêvo, por extraordinária beleza dentro da maior simplicidade, o carro das missões católicas, evocativo da obra formidável de sacrificio em prol da pacificação cristã empreendida pelos missionários. Uma cruz talhada num grande bloco de pedra ladeada pelos brasões das Ordens Religiosas e duas colunas onde arde a chama da fé, tudo ornamentado com rosas e espinhos, símbolos de piedade e sacrificio. Acompanhavam o carro, missionários e alunos dos Colegios Missionários.

Fechavam o cortejo, as bandeiras históricas portuguesas desde o século XV, o carro da Propaganda organizado pelo jornal o *Século* e a tropa negra em homenagem aos serviços prestados na ocupação militar do Ultramar.

Do esplendor do Cortejo, falam claramente as palidas notas atrás apontadas; dos seus resultados, pretendendo incutir um fogo novo no espírito português, falam o interêsse desusado com que foi olhado, e o carinho e aplausos dispensados pelo público em todo o percurso — cêrca de seis quilómetros — coalhado de portugueses que souberam ver, souberam sobretudo sentir, o valor da grei colonizadora de antanho, e a importância da sua acção civilizadora na história de todos os tempos.

**TINTAS PARA IMPRESSÃO**

DA AFAMADA FÁBRICA

**MICHAEL HUBER**

de MUNICH (Alemanha)

Depositários

**CAPPUCCINI & C.**

**R. ALFANDEGA, 172 — RIO DE JANEIRO**

Esta revista é sempre impressa com as tintas de

**MICHAEL HUBER**



# COMO OS PORTUGUESES COLONIZARAM ANGOLA

(ESPECIAL.)

POR MANUEL DE MESQUITA

JORNALISTA E DIRECTOR DO "JORNAL DE BENGUELA"



UMAMENTE honrado me sinto com o convite que me foi feito para colaborar no "Boletim" da prestantíssima SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

Julguei não dever esquivar-me a êsse convite, por considerar que nesta hora incerta em que o mundo vai — de ambições postas sem pudor à luz do sol, de apetites insofridos, de desrespeito pelos mais fracos — corre aos portugueses a obrigação de erguêrem bem alto os seus direitos à conservação do lugar que souberam talhar na Terra para si, sem atropelar outros direitos que legitimamente pudessem opôr-se-lhes.

Obrigação sagrada de proclamar a grandeza da nossa obra Além-Mar, sem receio de confróntos, para que Portugal possa opôr uma intransponível barreira moral, às pretensões que porventura súrjam, baseadas apenas no supôsto direito do mais forte ou mais rico.

Muito é que Portugal possa, com justificado, mas sereno orgulho, expôr aos olhos do mundo as provas irrecusáveis da acção dos seus nacionais em terras do Ultramar; que possa exhibir, o produto do trabalho português em terras que, por distantes da Mãe comum, nem por isso são menos portuguesas; que possa, emfim, patentear as grandes possibilidades das partes do seu Império situadas na próxima África ou no longínquo Oriente.

Muito é, mas não basta.

Ao mesmo tempo se deve fazer saber como foi possível a um país pequeno, pobre de recursos financeiros e de escassa população, erguer êsses indestrutíveis marcos de Civilização que vincam o fundo enraizamento da raça portuguesa em distintos lugares da Terra.

Dos antigos passos dos navegadores portugueses pelos desconhecidos mares fóra, em busca de mundos novos para o Mundo Velho, tóda a gente de mediana cultura sabe a história. Da acção, que se seguiu, dos guerreiros lusitanos na conquista das terras descobertas, não se sabe tanto, mas não é ignorada. Da ousadia dos viajantes e exploradores modernos saídos de Portugal, para devassarem o interior das bravias terras africanas, em mais gloriosa projecção do nome da Pátria, rezam as publicações científicas de todos os países civilizados.

Mas que sabe o mundo da obra máxima dos portugueses nas suas Colónias, obra que constitui o vértice deslumbrante, a corôa de tóda a anterior e conti-



MANUEL DE MESQUITA

nuada acção dos filhos de Portugal, — isto é, que sabe o Mundo do que fizemos e como fizemos, em matéria de Penetração, Ocupação, Desbravamento, Aproveitamento e Fixação? . . .

Eis o que me parece precisar de narradores. De narradores, digo, não de historiadores, que não passa à História o trabalho pacífico dos que, afinal, são quem edifica, cimenta e fecunda as Pátrias.

Os carneiros instintos que permanentemente latejam no subconsciente do Homem, levam-no a só dar grande relêvo na história das nações aos feitos guerreiros, às mortandades assassinas, a tudo, emfim, quanto

atesta valentia brutal; passando em claro, deixando no olvido, os longos períodos de paz, aquêles em que ralmente a Humanidade trabalhou e produziu obra para o futuro.

Assim tem escrito e continuará a Humanidade escrevendo a sua história.

Limitemo-nos, pois, os que admiramos a Obra Grande, feita de humilhações, de sacrifícios heróicos, de pobreza, de tenacidade, de dôres cruciantes, de desespêros sem conta; longe da Pátria, mas sem despegar dela os olhos da alma; morrendo no meio do sertão, de olhos abertos fitando o Céu escaldante, por falta de mão amiga que caridosamente os fechasse, — a escrever uma página dessa Obra.

Porque essa foi a vida dos portugueses em terras sertanejas de África nos tempos modernos.

Foi essa série de esforços isolados, sôbre-humanos, pode dizer-se, que permittiu produzir o que na primeira Exposição Colonial Portuguesa se admirou.

Gostaria de escrever essa página da vida dos colonos de Angola, na época que precedeu a actual, que começa de há dez anos para cá.

O que foi a vida dos pioneiros da civilização portuguesa no quarto de século imediatamente anterior?

Mingiadas são as minhas forças literárias, para dar uma sufficiente visão dessa vida tão digna da pena de um escritor de raça. Reduzido estou, por isso, a folhear a minha memória, a reviver horas que com tantos outros colonos vivi, — horas de ansiedade, horas de desânimo, horas de triunfo — e a verter no papel algumas das muitas impressões que em tropel me acodem à mente.

Falarei da parte central de Angola, porque foi ali que passou — ai de mim! — a melhor e maior — apesar de tudo — parte da minha vida.

... Quem visitar as colónias inglesas, francesas e e belga da Costa Ocidental Africana, observa sem esforço e sem favor, que nada têm as portuguesas a invejar-lhes. Não têm as nossas progredido menos, os indígenas portugueses não estão menos civilizados e a nossa população européa é maior.

Porém, comparando os capitais que a Inglaterra, a França e a Bélgica investiram nessas suas colónias, com os que Portugal empregou nas suas, verifica-se ser enorme a desproporção em nosso desfavor.

Como pudemos então igiular, e até exceder em muitos pontos, o desenvolvimento de colónias muito mais favorecidas financeiramente e até pela Natureza?

Porque os colonos portugueses supriram, com prodígios de esforço individual, a escassez de capitais.

Vamos ver que prodígios fizeram.

... Depois da conquista, nós, como os estrangeiros, nas colónias do continente africano estabelecemo-nos no litoral e ao longo dos grandes rios navegáveis. Assegurava-se assim a protecção das águas, pelas quais os barcos podiam levar socorro mais facilmente.

A região de Benguela, na parte central de Angola, não tem grandes rios navegáveis desagüando na sua costa, pelo que há 30 anos a ocupação portuguesa só era completa no litoral. Algumas "fortalezas" existiam, todavia, no sertão: Quilengues, Caconda, Huambo, Bailundo, Biç; e "feitorias" comerciais havia, não só junto dessas fortalezas (núcleos informes das futuras povoações dos mesmos nomes), como para mais além pelo sertão fóra, até junto das fronteiras, para além mesmo das fronteiras, talhadas muito em desproveito de Portugal.

O poder militar das fronteiras era, pode dizer-se, nulo. A sua força consistia no prestígio da nossa raça, que se impunha a povos tão guerreiros como os "bailundos", os "bïenos", os "ganguelas", os "luchazes" e outros.

Fóra da área de influência das "fortalezas", era ainda o prestígio da raça que protegia, embora precariamente, os sertanejos espalhados pelo interior.

Por vezes, porém, a tentação do roubo ou veleidades de maior independência, armavam os indígenas contra os europeus; e então... podem imaginar-se os horrores a que eram submetidos os colonos isolados na vastidão do interior onde tudo lhes era inimigo — o calor asfixiante do dia, o frio siberiano da noite, a floresta impenetrável, as feras enraivecidas pelos incêndios e pelos tiros, os rios sem pontes, os pântanos alagadiços, os indígenas cubiçosos!

Revoltas do Bailundo, do Biç, do Huambo, das Ganguelas, dos Luchazes, do Moxico... quantas revoltas nessa quadra da história de Benguela, em que, não obstante, os colonos portugueses, amparados unicamente pela força invencível da sua Vontade, longe de sucumbirem, temperavam nessas horas tremendas a sua energia para resistirem e manterem as suas posições!

E após os horrores de cada revolta, o número de colonos sertanejos aumentava, aumentava sempre, sem que a protecção fôsse maior que antes.

Teimosamente afincavam-se à terra do sertão, gritando aos indígenas:

## Roupas RENNER

TRAJES E TERNOS

CAPAS E SOBRETUDOS

COBERTORES E PIJAMAS PURA LÃ

Vendas a CRÉDITO

Casa JOSÉ SILVA

R. OURIVES, 3

Tel. 22 - 9702

“Não queremos tirar-vos nada, pelo contrário, queremos dar-vos o muito que vos falta. A terra é portuguesa e quer queiras, quer não, portugueses sois como nós. Havemos de ficar, trabalhando a vosso lado e acabareis por nos compreender”.

E assim foi.

Casas comerciais, fazendas agrícolas, criações de gado, povoações, tudo isso que agora por lá se vê, como foi feito?

Sem fazer idéa nenhuma do que fôsse a África, sem preparação colonial de nenhuma espécie, o português de Portugal, moço ainda, embarcava para Benguela, guarnecido com um pequeno baú de roupa muito própria para climas frios e uma vaga carta de recomendação. Sabia ler, escrever e contar e levava em mente amealhar boas economias em pouco tempo, para regressar à Metrópole.

Desembarcava em Benguela, então terra de febres e “biliosas”, que despachavam sem cerimónia para mundo melhor quem lhes caía nas garras. Sucumbiu um, outros, muitos. Mas a imigração não parava e as febres mantinham, sempre, vagas abertas para os que chegavam de novo.

Empregava-se o recém-chegado no comércio, que consistia em comprar os produtos trazidos do interior pelos indígenas em longas caravanas e vender-lhes as mercadorias idas da Europa.

Ao cabo de meses, o português de Portugal conhecia a língua indígena e matutava em que se fôsse comprar os produtos indígenas no interior, poderia ganhar mais dinheiro. Outros portugueses havia por lá, fazendo bons lucros. Porque não havia de aventurar-se?

Facilmente conseguia, a crédito do patrão, uma pacotilha de mercadorias. E munido de “rancho” para o caminho, de uma cama de viagem, de uma boa “Mau-ser 303” e respectivos cartuchos, metia-se a caminho. Para onde?

Sabia lá... Para o interior, para o sertão, para qualquer parte onde pudesse negociar com os “pretos” sem concorrência de outros “brancos”.

Ao cabo de 15, 20 dias, um mês de viagem, de “tipoiá”, a cavalo e, às vezes, a pé, chegava a uma “libata” (povoação indígena), onde se estabelecia, depois de obtida licença do “soba” a troco de um presente.

Cortava paus e capim no mato, e erguia uma “cubata”, dividida em duas partes: estabelecimento e armazem, que simultaneamente eram casa de jantar e quarto de cama. Um cercado pela banda de trás, feito do mesmo material, albergava a cozinha e várias dependências.

Ficava o português de Portugal estabelecido. Depois, cuidava de criar boas relações com os indígenas da “libata” e, para as estreitar, de entre êles escolher companheira que lhe aquecesse um pouco o lar. De preferência optava por uma filha ou parente do soba, que consigo trazia influência junto do potentado.

Trocava as mercadorias européas por mercadorias da terra, que enviava ao fornecedor e êste, por sua vez, renovava o sortido do “aviado”, que assim chamavam ao português aventureiro.

Um dia, à caça, ou de passeio pelos arredores, o nosso homem reparava num pedaço de terreno que lhe trazia a lembrança a aldeia natal. Reflectia em que uma horta, uma seara, ficariam bem ali. Mãos à obra. E apareciam a horta, a seara, o pomar.

Mas a água era pouca, não podia alargar as plantações. Descobria um rio a distância e tirava d’êla uma vala de água que trazia até à “sua fazenda”. (Conheci um colono, de fraca instrução, que sem instrumentos, foi buscar uma grande vala de água a 16 quilómetros de distância e trouxe-a justamente ao cimo das suas plantações !)

Alargadas as culturas estamos a ver como se seguiram a criação de animais, a construção do moinho rudimentar e tudo mais, que as recordações da infância, a necessidade e o engenho próprio, permitiram improvisar.

O desejo de convivência, levou o português à construção de uma “estrada” ligando com o mais próximo vizinho, a distância que se contava por “dias de viagem”.

Estava “fixado” o português em pleno sertão angolano. Mas um dia, estalava uma revolta. As casas dos “brancos” eram assaltadas e incendiadas e massacrados os que a tempo não tinham sido avisados pela companheira. Fugiam, procuravam reinir-se aos companheiros de infortúnio e alcançar uma “fortaleza”.

Os que o conseguiam, juntavam-se às escassas forças militares e batiam-se como leões, atiradores incomparáveis que eram.

Domada a fúria brava dos rebeldes, os que não sucumbiam nos assaltos ou nos combates, logô cuidavam de refazer o que tinham perdido.

Mais portugueses de aventura chegavam entretanto ao sertão, o isolamento tão desejado ia dando lugar ao agrupamento, as povoações foram nascendo.

Com elas se multiplicou a presença das autoridades. A convicção da segurança, as saudades da família, levaram até essas terras mulheres e crianças de Portugal.

E apareceram estradas magníficas, automóveis, máquinas, povoações brancas e lindas como na Metrópole... Caminhos de ferro, comboios de luxo... desapareceu o sertão, para dar lugar ao Portugal africano.

Pálida visão aí fica de como se penetrou, ocupou, desbravou e colonizou a África portuguesa.

Sem exércitos, nem expedições, nem grandes companhias, nem capitais idos de fóra.

Depois — depois, sim, foram as grandes empresas e os grandes capitais quando já havia segurança; quando já tinham nascido as primeiras gerações dos portugueses africanos, que lá estão edificando o Portugal Maior.

Que outro país conseguiu fazer outro tanto? Que nação pode contestar o sacrossanto direito de Portugal a manter integralmente o território que, palmo a palmo foi fecundado com o suor do corpo e o sangue do coração dos seus nacionais?

Êsse suor — quantas vezes de agonia! — e êsse sangue, constituem a muralha, a barreira moral que Portugal pode justamente opôr a ambições desvaídas, a apetites insofridos.

Porque assim o considero, me aproveitei da generosa hospitalidade da benemérita SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, para escrever — esboçar apenas — uma página da história da colonização portuguesa em África.

Página da colonização — página da minha saudade...





A MESA QUE PRESIDIU Á SESSÃO

A comemoração, por iniciativa da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, em 25 de Setembro, no salão nobre do "Gabinete Português de Leitura", do 286.º aniversário da reconquista da cidade de Luanda operada pelas armas luso-brasileiras sob o comando de Salvador Correia de Sá e Benevides, revestiu-se de grande imponência e excepcional luzimento, não só pelo número e qualidade da assistência, como, e principalmente pela categoria mental, intelectual e social do ilustre conferencista, o Exm.º Senhor Doutor Evaristo de Moraes, — criminalista, juris-consulto, causídico, sociólogo e historiador que o Brasil inteiro admira, aplaude e respeita.

Às 9 horas em ponto, o Exm.º Senhor Doutor Francisco de Paula Brito, ilustre e distintíssimo Consul Geral de Portugal, assumiu a presidência e depois de convidar para constituírem a mesa a Exm.ª S.ª Dr.ª Fernanda de Bastos Casimiro e o Sr. Humberto Tabora, representante do Gabinete Português de Leitura, os Srs. Francisco das Dores Gonçalves, Abel Moreira Neves, Alamiro de Andrade e António Amorim, concedeu a palavra à Dr.ª Fernanda de Bastos Casimiro, presidente da Assembleia Geral desta colectividade, que, em rápido mas lapidar discurso não só fez o elogio da personalidade e dos altos talentos do Sr. Dr. Evaristo de Moraes, como exaltou a proverbial amizade e simpatia de S. Ex.ª por Portugal e pelos portugueses. Era a essa amizade e a essa simpatia fraternais que, principalmente,

a SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO devia a honra de comemorar através da palavra sempre eloquente, autorizada e instrutiva do autor da *Escravidão Africana no Brasil*, o 286.º da Restauração de Angola. Era isso e o facto das múltiplas e absorventes ocupações de S. Ex.ª não o terem impedido de aceitar o convite de vir ali espalhar a luz do seu reconhecido saber, que, na sua dupla qualidade de portuguesa e de presidente da Assembleia Geral da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, desejava ainda acentuar e citar como exemplo digno de admiração e seguimento.

A assistência coroou as palavras da Sr.ª Dr.ª Bastos Casimiro com muitas palmas e, logo a seguir aplaudiu demoradamente o Sr. Dr. Evaristo de Moraes, ao subir à tribuna para pronunciar a sua conferência sob o tema

*Portugal Civilizador e Colonizador*, trabalho que impressionou vivamente e do qual damos noutro lugar alguns excertos, na impossibilidade de o transcrevermos integralmente por ausência imprevista do nosso taquígrafo.

Ao encerrar a sessão, S. Ex.ª o Senhor Consul Geral, Dr. Francisco de Paula Brito, pronunciou um brilhante discurso sobre o amor da Pátria, a solidariedade racial, o potencial das nossas províncias ultramarinas, o esforço da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA em torná-las conhecidas e a confiança que nos cumpre alimentar sem desfalecimentos, nos destinos da Nação.

## Como foi comemorado o 286.º aniversário da Restauração de Angola

# PORTUGAL CIVILIZADOR E COLONIZADOR

Excerptos da Conferência realizada  
pelo Sr. Dr. Evaristo de Moraes, em  
comemoração do 286.º aniversário  
da Restauração de Angola



SEJAM as minhas primeiras palavras a sincera expansão da minha ufania por haver sido chamado a êste recinto, onde a cultura de um povo pede meças ao seu patriotismo. Sóbe de ponto meu lídimo orgulho quando recordo em que condições, menino ainda, trouxe-me pessoa amiga ao Gabinete Português de Leitura, para assistir à, talvez,

maior dentre as comemorações patriótico-culturais por êle realizadas — a do tricentenário de Camões, em Junho de 1880. Tinham os desta casa escolhido para orador o nosso Joaquim Nabuco, mas (segundo vim a saber, muitos anos depois) houvera, no seio da colónia portuguesa, quem censurasse a lembrança daquelle nome, já então illustre. Certo, esqueciam os opositores que fôra êle quem, *oito anos antes*, escrevera a obra *CAMÕES E OS LUSIADAS*, da qual contemporaneamente dissêra o Visconde de Benalcanfor:

— “Como escritor, Portugal tem em Joaquim Nabuco um amigo simpático, que, longe de deprimir o nosso passado de nação, o exalta. Da sua pena eloqüente brotou a mais calorosa apologia que poderia ser feita por um brasileiro à nação portuguesa, à qual ignaramente têm sido negados os títulos de colonizadora. E’ sua esta frase conceituosa, repassada de verdade, que proferiu no centenário de Camões: *“O Brasil e os Lusitadas são as duas maiores obras de Portugal”*.”

Tudo isso se entrelaça no meu espírito no momento em que me vejo entre vós, filhos das duas pátrias irmãs, numa casa em que se evoca a grandeza de uma delas.

Venço, todavia, a minha emoção e entro no assunto, exorando de quantos, aqui, melhormente o conhecem, a benevolência que jámais se nega aos trabalhadores de boa vontade.



DR. EVARISTO DE MORAIS

Sou levado, de novo, a uma recordação pessoal, a do meu primeiro contacto intelectual com o problema da colonização portuguesa, mórmente africana. Já lá se vão algumas décadas. Era, no fim do Império, mal extinta a escravidão entre nós. Publicava-se, aqui no Rio, um diário sob o título *GAZETA LUSITANA*. De costume, mantinha um redactor brasileiro. Exercia eu essa função, e, entre os encargos de que me incumbiram, avultava o de uma espécie de crónica, cujos elementos tinha de colher em jornais vindos das colónias portuguesas.

Devo confessar que a minha impressão, áquella época, não era de entusiasmo, e por dois ponderosos motivos: primeiro, porque, em regra, as informações traziam o cunho da mais frisante parcialidade política conforme estavam os informantes bem ou mal com os governos — central e colonial; segundo, porque eu, como lêdor das obras de Oliveira Martins, Ramalho Ortigão e Eça de Queiroz, tomára conhecimento de certos factos e ficára mais ou menos prevenido, saturado pelo pessimismo com que aquêles escritores se referiam às colónias.

Chegára Oliveira Martins a adoptar conceitos alheios deste jaez, àcerca de Angola:

“Angola que é o tipo e a joia dos nossos domínios africanos, poderá capitalizar-se de estação político-militar, porém colónia

não é, porque lhe faltam colonos. Tudo ali é precário e instável. Vai-se à África; não se vai para África.”

Explicava :

“Tudo é precário, com efeito, porque não há condições definidas de um estabelecimento colonial”.

Entendia-se que Portugal gastava demais com as colónias, e, a propósito, reproduzia Oliveira Martins esta opinião de um Sr. Seixas, a quem êle chamava *pessoa autorizada*:

Entre os erros que supomos ter havido, mencionaremos o dispêndio de 2.100 contos que a metrópole tem feito com pessoal e com obras públicas de ultramar. O sacrifício não tem compensação. Desde 1860, as colónias portuguesas têm feito depender à metrópole, em expedições militares, subsídios em dinheiro, navios de transporte e de guerra, e obras públicas, não incluindo aqui despesas indirectas sobre o tesouro da metrópole, uma quantia não inferior a 20.000 contos, equivalentes a um encargo no orçamento geral, do reino, e permanente, de 1.806 contos de réis por ano.

Em face do estado da sociedade portuguesa, da população do reino, das finanças da monarquia, da vida económica do país, do nosso comércio, das nossas indústrias, fabril e agrícola, e da nossa navegação, o que tudo possuímos num triste estado, *anémico*, AS COLÓNIAS NÃO SÃO ELEMENTO DE PROSPERIDADE PARA A METRÓPOLE”.

Tal escrevia o Sr. Seixas, com franco aplauso de Oliveira Martins, em 1879, e o repetia em 1881, na obra A QUESTÃO COLONIAL PORTUGUESA.

Como concluía Oliveira Martins o seu livro O BRASIL E AS COLÓNIAS?

Desta maneira desalentadora:

— “Nós, desde que não somos um povo fabril, ou devíamos nos empenhar seriamente em fazer de Angola uma boa *fazenda* à holandesa, sem escrúpulos, preconceitos, nem quiméras, se, depois de maduro estudo, julgássemos que valia a pena o sacrifício; ou devíamos, com franqueza, aplicar também a Angola o único sistema sensato a seguir com todo o resto: enfeudá-la a quem pudesse fazer o que nós decididamente não podemos; repetir o que se praticou com a Índia e esteve a ponto de se fazer em Lourenço Marques. Estar de arma — sem gatilho! — ao hombro, sobre os muros de uma fortaleza arruinada, com uma alfândega e um palácio onde vegetam maus empregados mal pagos, e assistir de braços cruzados, ao comércio que os estranhos fazem e nós não podemos fazer; a esperar, todos os dias, os ataques dos negros, e a ouvir, a a tôdas as horas, o escárnio e o desdem com que

falam de nós todos que viajam na África — não vale, sinceramente, a pena”.

Ora, isto é muito mais que eu lêra na obra de Oliveira Martins não era de molde a me entusiasmar, em 1888, ao redigir crónicas coloniais para a GAZETA LUSITANA, do Rio.

É verdade que outras referências às colónias portuguesas eram feitas por escritores menos pessimistas, mas não exerciam, no meu espírito de adolescente, a influência oriunda de um nome qual o de Oliveira Martins.

Acórdre com a dêle, aparecera anteriormente a opinião do brilhantíssimo Eça, nem sempre brincalhão e paradoxal. Em uma das suas famosas *Farpas*, colaborando com Ramalho, escrevera o autor da *Reliquia* e de outros primores da literatura portuguesa:

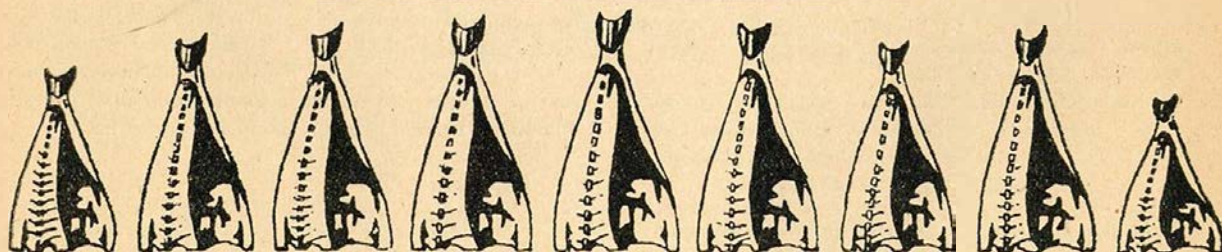
— “As relações de Portugal com as suas colónias são originais. Elas não nos dão rendimento algum; é uma sublime luta — de abstenção... Preguntava: “Porque temos colónias?”

Respondia: “E aí de nós, que as não teremos por muito tempo. Bem cedo elas nos serão expropriadas por utilidade humana. A Europa pensará que imensos territórios, pelo facto lamentável de pertencerem a Portugal, não devem ficar perpétuamente sequestrados do movimento da civilização e que tirar as colónias à inércia nacional é conquistá-las para o progresso universal. Nós temo-las afezilhadas no nosso cárcere privado de miséria. Não tardará que na Europa se pense em as libertar. Para evitar êsse dia de humilhação sejamos vilmente agiotas, como compete a uma nação do século XIX: vendamos as colónias”.

Era ou não era desanimador de quem procurava se instruir em boas fontes portuguesas? Tinha eu, ou não tinha, motivo para descrever da colonização portuguesa, quando com recortes mais ou menos bem seleccionados, cumpria o meu dever de *cronista colonial de segunda mão*?

Agora, qual não foi o meu deslumbramento, quando neste segundo contacto espiritual com a colonização portuguesa, pude verificar o erro da visão pessimista daquêles escritores!

## ANGOLA — Exportação de Peixe Seco



ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS
1925	8.084:513	1927	10.133:445	1929	11.179:082	1931	9.988:751	1933	6.154:420
1926	9.373:191	1928	10.763:505	1930	10.890:981	1932	10.238:247	—	—

Devo a vós outros, senhores da SOCIEDADE LUSO-  
AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, a ventura de me inteirar de quanto conseguiu e vai conseguindo a vossa pátria, na faina de transformar velhas *conquistas* em centros de verdadeira civilização. Não sei como agradecer-vos o interesse que em mim despertastes com a vossa agremiação e com o vosso BOLETIM, repositório de estudos, sugestões, conselhos, experiências e demonstrações, tendentes a convencer os mais cepticos de uma capacidade que ninguém, *a sério*, poderá negar a Portugal: a de aumentar os seus recursos próprios e os de toda colectividade ocidental mediante a contribuição de povos atrasados, sem os sacrificar, e, pelo contrário, valorizando, *também para elles*, a terra em que nasceram.

Do muito que se tem doutrinado a respeito da legítima intervenção dos povos actualmente civilizados e cultos na vida dos que ainda não o são, resulta uma lição pacífica, assim enunciada por Jacques Dumas, no seu substancioso opúsculo, editado em 1904 — LA COLONISATION:

— “Não se trata de substituir os fracos pelos fortes, os negros pelos brancos, os selvagens pelos civilizados; o de que se trata é de erguer os deserdados de qualquer raça e de qualquer latitude ao nível dos privilegiados da ciência e da fortuna, realizando, assim, segundo o método vivificador da cooperação, e não segundo o método eliminatório da concorrência, a unidade teórica e prática do género humano”.

Eis o que se consegue — ensina Jacques Dumas — pela adaptação, pela mútua penetração das simpatias e dos interesses. Divergem essencialmente — porque não dizel-o? — esta maneira latina de explicar a intervenção civilizadora e a maneira germânica, deploravelmente exposta por um jurista-filósofo, que, sob os outros aspectos, merece máxima veneração — Rudolf von Ihering. Depois de haver, com sobeja razão, pregado o princípio da solidariedade humana, afirmando que “um povo não existe somente por si, mas para os outros”, sustenta, espantosamente:

## “UNIVERSIDAD DE LA HABANA”

Publicação notabilíssima, animada e fortalecida por um elevado e superior espírito universitário, esta que, espontaneamente vem ao nosso encontro, lá da formosa pérola antilhana — a florescente ilha de Cuba —; tomos em que a excelência das matérias, o brilho do espectacular idioma castelhano, o justificado renome dos seus colaboradores e o esmero da apresentação gráfica, se impõem triunfantemente e tão alto colocam a mentalidade cubana, que sobe ainda agora combater com galhardia heróica pela autonomia da sua Universidade: *una Universidad que tenga como directrices cardinales la compenetración docente y científica de alumnos y profesores y la corresponsabilidad de ambos elementos en el gobierno universitario; una Universidad en la que la libertad científica tenga calor de hogar; en la que no haya ni discriminación política, ni social, ni étnica; en la que la más rigurosa investigación científica se hermane a la mas alla dispensación de conocimientos técnicos y profesionales.*

— “Quando um povo se mostra incapaz de utilizar o solo que a natureza lhe deu, deve ceder o lugar a outro. Pertence a terra ao braço que a sabe cultivar. A injustiça aparente (!) que a raça anglo-saxónica comete na América contra os índios é, no ponto de vista da história universal, o uso de um direito, e os povos europeus não ultrapassam seus direitos quando ábrem, pela força, os rios e os portos da China e do Japão, constrangendo os respectivos povos a comerciar”.

Evidentemente, não é esta, mas, sim, aquela, a doutrina do nosso tempo, a doutrina humana, a doutrina que se inspira nos ensinamentos do Cristianismo. E só com aquela doutrina vencem os povos a quem incumbe a missão colonizadora, que é, antes de tudo, missão de paz e de concórdia.

Um dos defeitos, senão o maior defeito, de qualquer tentativa de colonização reside no desconhecimento ou — o que vale o mesmo — no menosprezo da mentalidade dos indígenas. Cumpre aprofundar-lhes os sentimentos e as idéas, para afeiçoá-los ao plano civilizador.

Nêste sentido é devéras instrutiva uma carta que em 1900, dirigiu ao FIGARO, de Paris, o príncipe cambojgano Inhautor. Dizia êle:

— “Observei que tanto aqui em França, como lá, na minha terra, vós não nos conheceis. Atribuo a isto, a esta ignorância, quanto há de mau na vossa política colonial. Acreditam os applicadores e directores da vossa política indo-chinesa que nós não temos civilização e que devem nos impôr a vossa; e, sem nada criar, desorganizam e destróem o nosso estado social, que, adaptado à nossa raça, ao nosso país, ao nosso clima, nos fazia, todos felizes. Desde há trinta anos, em virtude de medidas que me repugna qualificar, foi-nos imposta vossa civilização e vossa administração. Não constituem elas, para nós qualquer progresso, mas tão somente desorganização e ruína. Sempre quisestes escravos, em lugar de aliados, explorando-nos, em lugar de nos associar a vós outros”.

Que poderiam alegar, então, os míseros africanos, submettidos ao sistema da colonização baseada no *direito do mais forte*, sistema preconizado, com tamanha infelicidade, por Ihering?

Países que, sem dívida, se consideram mais cultos do que Portugal, deram, nêste particular, mostras de requintada crueza, nas suas relações para com os indígenas da África. Alguns exemplos bastarão para se formar juízo.

Não foram dissimulados por Clemenceau os massacres de sudaneses e senegaleses, praticados por séus patrícios franceses.

São conhecidíssimos os horrores do Congo belga, alguns praticados pelo comandante—Lothaire; não está ainda totalmente esquecido o caso das 1.308 mãos cortadas, ali, aos negros e conservadas pelo processo do fumeiro. E as atrocidades do Camerum, em que se celebrizaram os alemães na pessoa de um seu comandante, condenado judicialmente e ridiculamente a 500 marcos de multa?

Ficou ou não ficou, também, provado que, na conquista da Matabelândia, a Inglaterra determinou, bárbaramente, aos seus soldados: — *nem prístoneiros nem feridos?*

Às vezes, os que seguem à risca a doutrina de Ihering não procedem por violência sanguínea. Praticam a expropriação; não atacam o indivíduo, matando-o; arrancam-lhe a propriedade, com o fito de melhor utilizá-la, em exclusivo proveito próprio. Foi esse o sistema pôsto em acção na Argélia. Decretaram-se leis infiquas, instrumentos de apropriação. Provou-se em 1912, judiciariamente, que, anos antes, fundado nessa legislação de rapina, um indivíduo conseguira fazer-se adjudicar, pela insignificância de 875 francos, terras com extensão de 1.112 hectares, onde viviam 366 indígenas, que foram sumariamente despejados, recebendo cada um menos de 3 francos...

Por estes e outros factos semelhantes, o Sr. Lanesan, político e administrador, que estudou profundamente o problema das colónias em França, chegou à conclusão de que não se respeitava mais a vida dos indígenas do que a sua propriedade...

Nem se cogitou, em dadas ocasiões, dos males que os interesses comerciais dos colonizadores acarretariam aos indígenas. Tôda gente sabe, para exemplo, que a guerra movida pela Inglaterra contra a China, em 1840, teve por principal escopo coagir o govêrno de Pekin a aceitar a importação do ópio. Posteriormente, viu-se castigado um capitão da marinha inglesa porque apreendeu, nas vizinhanças de Shangai, três embarcações carregadas do terrível tóxico entorpecente!

Idêntica imoralidade ocorreu com a Birmânia, quando a Inglaterra a incorporou ao seu Império. Antes, o uso do ópio era, até punido de morte; desde então, passou a ser fonte de renda para os civilizados bretões...

Não diversificava, essencialmente, o que acontecia com o alcool nas colónias francesas, conforme notou, insuspeitamente, em 1899, o General Gallieni: em Madagascar, viu êle tôda uma aldeia embriagada com o alcool que fôra adquirido com o produto da venda de dois bois...

Aí estão, em traços muito rápidos, demonstrações de que nem tôdas as intervenções de civilizados são favoráveis aos não civilizados. Há intervenções criminosas, há intervenções nocivas, há intervenções imorais.

Mas, pelo que se depreende da documentação portuguesa, relativa ao desenvolvimento das suas colónias, pelo testemunho dos estrangeiros que se têm

manifestado a respeito, os métodos de colonização adotados, desde alguns anos atrás, não só desmentiram aquelas previsões pessimistas, de outros tempos, no tocante aos rendimentos materiais, como patentearam rendimentos morais de valor incontestável. Foi possível aproveitar o indígena sem brutalizá-lo; foi possível atrair o colono europeu, sem prejudicá-lo. O que presentemente se encontra nas colónias africanas de Portugal, nessas mesmas de que queriam se apossar, nas vésperas da Grande Guerra, potências pretenciosas e vorazes, é promissor de futuro deslumbrante.

Como obteve Portugal o que ora nos é dado contemplar e vem provocando a admiração dos seus rivais?

Procedendo humanamente, seguindo as normas da chamada "colonização pacifista", normas a que obedeceram, entre outros, William Penn, no século XVIII, penetrando na Norte América, e Savorgnan de Brazza, no século XIX, penetrando o oeste africano. Convem reter que Brazza tivêra de lutar, em algumas regiões, com a má impressão deixada pelo tristemente famoso explorador Stanley.

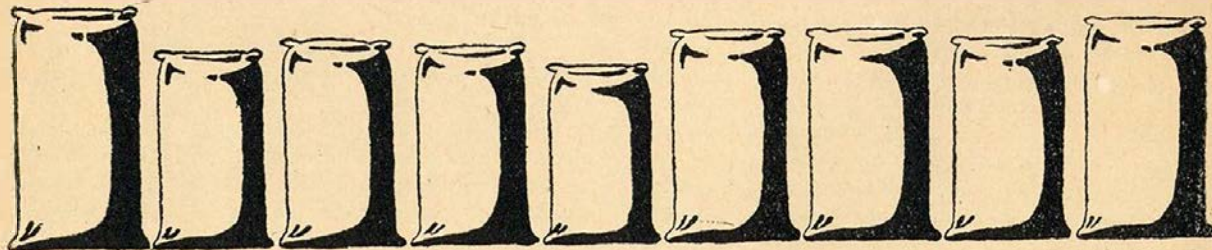
As lições de Penn e de Brazza eram susceptíveis de fácil adopção pelos portugueses, em vista da sua índole sentimental, tantas e tantas vezes acentuada por etnólogos-psicólogos.

Entre parêntesis, lembrarei que, em grande parte, o que tornou possível a solução ordeira do problema da escravidão, no Brasil, foi, precisamente, a combinação da sentimentalidade portuguesa com a afectividade inerente à raça negra. Predominou êste facto psicológico, e não foi a única vez em que êle predominou. Mais de um episódio da nossa história tem explicação natural na circunstância de se haverem encontrado, neste nosso torrão brasílico, dando-lhe tudo que êle possui de melhor, o luso, tão valente como generoso, tão audaz como cavalheiro, e o africano, de alma bondosa, sensível a tôda a sorte de afagos, sempre conquistável pelo affecto...

Fechemos o parêntesis e prossigamos na apreciação dos últimos resultados da colonização portuguesa na África.

Com razão escreveu, no BOLETIM da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, o tenente-coronel José Ribeiro da Costa Junior, seu sócio correspondente,

## ANGOLA — Exportação de Café



1925	1926	1927	1928	1929	1930	1931	1932	1933	
ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS
1925	12.599:167	1927	10.013:902	1929	8.816:144	1931	11.838:287	1933	11.998:225
1926	9.343:323	1928	9.826:093	1930	11.838:876	1932	9.477:479	—	—

oficial do Exército Português professor e membro da Sociedade de Geografia de Lisboa:

—“Os ingleses, os alemães e os holandeses caminham mais depressa do que os portugueses, mas do número de vítimas indígenas que a marcha da civilização tem causado não reza a história”.

Como prova da excelência do método pacifista, oferece o Sr. Costa Junior este facto: os portugueses permitem que no litoral de Angola, perto de Mossâmedes, as tribus dos eurocas e dos cubais conservem, no meio da civilização européa, certos hábitos que os estrangeiros qualificam selvagens.

Pergunta o abalizado colonialista: — “Mas será selvageria consentir aos povos, a liberdade de viverem como melhor lhes apetece, desde que não pratiquem atentados contra a vida, a moral, ou a propriedade?”

Falando perante o Instituto Colonial Internacional, na sua sessão realizada em Bruxellas, no ano de 1907 dizia Cattier, ao justificar o proceder dos que respeitavam determinadas instituições e usanças indígenas:

“Compreendeu-se, afinal, que as instituições políticas, jurídicas, económicas, dos indígenas, não são combinações arbitrárias, devidas ao acaso e às fantasias individuais, mas, sim, a resultância necessária de um conjunto de circunstâncias locais, naturais, psicológicas. Que quer isto dizer? Que as instituições dos indígenas são perfeitamente apropriadas às suas necessidades, ou, pelo menos à concepção que elles têm das suas necessidades. Muitas vezes, os indígenas pensam que essas instituições são de origem divina”.

Fazendo sempre obra de civilização, nunca entenderam os modernos colonizadores portugueses que os fins justificam os meios. Fôra, apenas, justo o Brigadeiro João d'Almeida, citado pelo Sr. Costa Junior referindo-se aos seus companheiros na tarefa colonizadora e dizendo: “Nós, portugueses, civilizamos com a alma e não com o chicote”.

## “REVISTA PORTUGUESA DE COMUNICAÇÕES”

Entre as numerosas publicações periódicas, portuguesas, brasileiras e estrangeiras, que nos honram e nos distinguem permutando com o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, a *Revista Portuguesa de Comunicações* destaca-se, sem favor, como das mais brilhantes e das mais dignas de atenta leitura, visto que, em suas páginas, colaboram assiduamente muitos dos nomes mais ilustres na Política, nas Ciências, nas Artes e nas Letras de Portugal.

Mais, porém, do que as nossas palavras, que outro propósito não alimentam senão saudar o seu criterioso director, o distinto jornalista Sr. Raul Esteves dos Santos, diz, dos merecimentos da *Revista Portuguesa de Comunicações*, o facto, infelizmente raro em Portugal, de já contar VI anos de existência, o que vale por dizer seis anos de actividade vitoriosa no debate e divulgação dos problemas que directa ou indirectamente interessam à vida e ao progresso da nacionalidade: os magnos problemas da Política, das Finanças, da Economia e da Sociologia.

## “REVISTA GEOGRAFICA AMERICANA”

Deu-nos a honra da permuta a *Revista Geografica Americana*, que se publica em Buenos Aires sob a criteriosa e inteligente direcção do Sr. José Anesi.

A quem conhece o extraordinário grau de progresso e perfeição atingido pelas artes gráficas na grande República platina — e é quasi tôda a gente, pois só raras pessoas desconhecerao as edições verdadeiramente grandiosas de “La Prensa” — diremos apenas, para dar uma idéa do valor da *Revista Geografica Americana*, que se trata de uma publicação em que não sabemos o que mais admirar, se a colaboração, que é variada e magnífica, se a apresentação, primorosa e inexcédível de bom-gosto.

O seu duodécimo número, dedicado a “Buenos Aires, la Gran Capital del Sul”, profusamente ilustrado com dezenas de fotografuras belíssimas, é uma afirmação eloqüente de que a Revista venceu galhardamente, e ao fim de um ano de existência já disputa primazias às suas congéneres de todo o mundo.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que se honra com a permuta entre o seu *Boletim* e a *Revista Geografica Americana*, aproveita o ensejo para cumprimentar o Sr. José Anesi e fazer ardentes votos pelo ininterrupto e vitorioso progresso de tão excelente publicação.

Não se suponha que, fóra de Portugal, do Brasil e das colónias portuguesas se pense diferentemente. Charles Gide, celebrado economista francês, proclamou, não há muito, que Portugal vai colhendo os frutos da mais nobre maneira de colonizar, e confessou que era mais provável para Portugal do que para a França a expansão da sua língua pela superfície da terra.

Efectivamente: o que se depára em todos os números do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO amplamente confirma as palavras de Charles Gide.

Temos todos de convir em que é enorme a responsabilidade colonial da pátria lusa. Basta ter em mente que o território metropolitano de Portugal não vai além de 88.000 quilómetros, enquanto que o ultramarino abrange 2.170.000 quilometros.

Em compensação, já se avanta a Portugal a outros países colonizadores no tocante à densidade da população européa nas suas colónias.

Mostram as mais respeitáveis estatísticas que, nas colónias portuguesas da África, há 70 europeus para 10.000 indígenas; nas colónias de outros países há 25 europeus para o mesmo número de indígenas.

Em 1.000 quilómetros quadrados das colónias portuguesas podem se encontrar 30 europeus; em área igual de outras colonias, tão sómente 24 europeus.

Lembrou o escritor de quem aproveitei êsses algarismos a ironia do príncipe de Bismarek, insinuando que Portugal era um país com colónias mas sem colonos.

No presente, estamos habilitados a desmentir, como se viu, o orgulhoso teuto.

Consequência lógica dessa possibilidade de viverem satisfatoriamente na África indígenas e europeus

# O BRASIL E A EMIGRAÇÃO PORTUGUESA



Do mesmo modo, mas ainda com maior propriedade e mais justificados motivos, que os estadunidenses mantêm com plena eficiência e com os resultados conhecidos, um departamento especializado, dirigido por verdadeiros técnicos, anexo ao seu Ministério das Relações Exteriores, para os negócios da América do Sul, ou da América Latina, como habitualmente se diz para satisfação dos franceses, também nós, em Portugal, de há muito deveríamos ter criado no palácio das *Necessidade*, — onde tudo é velho, desde os alicêrces à mentalidade sonolenta e retardatária da maioria dos seus funcionários — mais do que uma simples e subalterna *Repartição das Relações com o Brasil*, como advogára em 1919 o sr. Dr. Veiga Simões em profundo estudo que deu à estampa in-*ATLANTIDA* mas um autêntico e bem organizado *Secretariado de Negócios com o Brasil*, quanto possível imunizado do regime da papelada e do *virus* burocrático, que são a delícia dos amigos da rotina e o *dolce farniente* dos mangas de alpaca.

Esse organismo, que já deveria existir há muito tempo, só existirá, salvo imprevisto designio divino, no dia em que os portugueses residentes no Brasil, — chateados por quanto imbecil há em Portugal com pretensões a comediógrafo ou revistógrafo —, se resolverem a falar a linguagem da altivez e da dignidade, alto e claro, para que os oiçam, respeitem e não ofendam com homenagens como aquela que foi projectada em Lisboa e para a qual tinham que *morrer* com duzentos contos de réis para a compra de uma caravela... em que não embarcaram! São realmente uns portentos ou julgam-nos eternamente parvos, — a nós, portugueses e seus irmãos, que possuímos, em nosso seio, valores da mais alta representação intelectual como Ricardo Severo e Carlos Malheiro Dias!

O dia em que nos resolveremos a falar como é mister, já esteve mais longe: e então é bem provável que

é o incremento da produção, em favor da metrópole e em favor das colónias.

Desmentidas foram por completo, e felizmente, as previsões de Oliveira Martins e Eça de Queiroz.

E no que concerne a todo o império colonial português formou-se, em definitiva, o conceito dos outros povos, nas últimas reuniões do aludido Instituto Colonial Internacional.

Na de 1933, realizada em Lisboa, notáveis colonialistas europeus, postos diante das provas com que se recomenda a obra colonial portuguesa, tiveram de reconhecer que Portugal não vive tão só das glórias de um passado, mas, sim, compete com os países que actualmente se impõem como colaboradores de uma humanidade mais próspera e mais feliz.

nos oiçam e se apressem a cuidar de aproveitar a nossa inestimável contribuição para a felicidade geral do País, criando, por fim, o organismo apontado para velar, estimular e congregar, em benefício das duas pátrias irmãs, tôdas as almas lusiadas que o Brasil generosamente acolhe e das quais recebe o potencial das suas energias criadoras e funde no cerne da sua vigorosa estrutura étnica. E desde que tal organismo seja fundado, um homem há, pela força do seu saber e dinamismo, do seu labor insuperável e dos seus altos talentos, capaz de o dirigir e levar à vitória, ou seja à mais elevada produção e eficiência. Esse homem é, como se sabe, o Sr. Dr. Nuno Simões, — o paladino infatigável e culto, esclarecido e patrióta, que, com a eloquência dos números e o rigor das estatísticas, não pára de chamar, em conferências, artigos de jornais e estudos em revistas de assuntos económicos, a atenção do país e dos seus homens ilustres ou responsáveis pelos destinos nacionais, para este caudal, verdadeiro Niágara de energias que inutilmente e desde longa data se está perdendo.

Saíram-nos da pena estas despreziosas mas sinceras considerações após a leitura do livro agora editado pela Imprensa da Universidade de Coimbra com o seu tradicional esmero e no qual o Sr. Dr. Nuno Simões coligiu, além da brilhante conferência que realizou no salão da "Voz do Operário", em Lisboa, sob a epígrafe "*O Brasil e a Emigração Portuguesa*", os seguintes artigos e discursos: "O problema da navegação portuguesa para o Brasil", "A projectada homenagem à colónia portuguesa", "Na despedida", "Minhotos no Brasil" e "A actividade patriótica dos portugueses do Brasil".

A singela enunciação dos assuntos versados é o bastante para dizer do valor intrínseco desta obra que nenhum estudioso ou simples *curioso* do estudo das relações entre as duas nações atlânticas pode ignorar e deixar de adquirir para ler e consultar com frequência. E não só a essas duas espécies de leitores o novo livro do Sr. Dr. Nuno Simões interessa. Pelo contrário, é um livro para todos que sabem apreciar as boas leituras — as leituras que instruem e proporcionam instantes de prazer espiritual. E' que, in-*O Brasil e a Emigração Portuguesa*, ao lado da poesia dos números e dos perfis cubistas das estatísticas, páginas surgem de saudável e comovida evocação, como, por exemplo, aquela em que o autor e o Sr. Hlídio Nunes, na residência deste último, aqui nesta buliçosa Sebastianópolis, à Rua dos Bandeirantes, recordam alguns dos artistas, dos impenitentes sonhadores da sua geração e ainda esse pobre e irreverente Afonso de Bragança, cuja carreira literária, tão cedo encerrada pela vontade inelmente da Parca, nós, adolescente plumitivo provinciano, acompanháramos lá da Ribeira-Lima risonha e distante.

! Parece que foi ontem: e, todavia, já lá se vão decorridos mais de dois lustros!

ANTÓNIO DE BALDRUFA



### MARECHAL LYAUTEY

“Com a morte de Lyautey desaparece a figura máxima da colonização nos últimos cinqüenta anos. Foi este período colonial caracterizado na França e em Portugal, e entre nós mais nitidamente do que na França, por duas ordens de factos predominantes. — A resolução das nações de exercerem plenamente a sua soberania nos territórios de além-mar, quebrando de vez a resistência dos chefes indígenas, aniquilando ou enfraquecendo a sua autoridade; e a valorização intensiva daqueles territórios, por meio da execução de um vasto programa de obras públicas, de assistência aos indígenas, de povoamento, de ocupação administrativa e científica. Lyautey concebeu, traçou e executou planos desta natureza na Indo-China e principalmente em Marrocos. Ninguém como ele teve, nos tempos modernos, o prazer quasi sensual das grandes realizações, e a recompensa incomparável de ver surgir debaixo das suas passadas cidades, impérios e civilizações novas. A França apesar das formidáveis intrigas que se levantaram em torno de Lyautey, soube conservá-lo, à maneira romana, quinze anos em Marrocos, só o substituindo quando Marrocos, transformado por completo graças à energia e à acção do grande colonial, tinha de entrar numa nova fase de colonização. Foi um grande admirador de Portugal e dizia que muito aprendera connosco. Pelo que me toca muito aprendi com ele”.

GENERAL NORTON DE MATOS





**PORTUGAL**

**BRASIL**



**Castelo Branco  
Viana do Castelo  
Pôrto**



**Fortaleza  
Manáus  
S. Paulo**



**Jardim da Sé  
Avenida Camões  
Praça do Império**

**Praça do Ferreira  
Teatro Amazonas  
Teatro S.ª Helena**





GENERAL JOÃO CRAVEIRO LOPES

GOVERNADOR GERAL DA INDIA PORTUGUESA



GOVERNO GERAL  
DO  
ESTADO DA INDIA.

## Coelho Neto

### Humberto de Campos

A literatura brasileira e o idioma português acabam de ser desfalcados em dois dos seus mais notáveis obreiros — em dois lavrantes que, com tamanho esmero e carinho, burilaram, no metal precioso desta língua atlântica, alguns livros impercíveis.

O primeiro — Coelho Neto — era o cultor apaixonado e fremente das flores raras, das flores de estufa, das imagens milionárias... O segundo — Humberto de Campos — mais humano, foi o amigo das flores humildes, que brotam pelos terrenos abandonados, à margem dos caminhos e pelas ruas solitárias, foi o comentador indulgente dos martírios e das epopeias, das misérias e dos sofrimentos quotidianos...

A morte destes dois príncipes encheu de consternação e dor, de amargura e tristeza, quantos, nêstes tempos de cupidez e materialismo os mais grosseiros, sabem ou podem erguer os olhos para o firmamento do Espírito, em que Coelho Neto e Humberto de Campos eram astros de primeira grandeza e verdadeira luz.

#### A IMMIGRAÇÃO em Angola apresentou, de 1925 a 1932, um saldo de 25.750 indivíduos sôbre a emigração.

##### NACIONAIS

ANOS	Entraram	Saíram	DIFERENÇA	
			P. <sup>a</sup> mais	P. <sup>a</sup> menos
1923.....	5.680	1.771	3.909	—
1924.....	5.182	1.899	3.283	—
1925.....	3.966	1.708	2.258	—
1926.....	3.560	1.372	2.188	—
1927.....	4.235	2.030	2.205	—
1928.....	6.748	6.178	570	—
1929.....	10.628	6.881	3.747	—
1930.....	7.458	4.691	2.767	—
1931.....	7.559	3.913	3.646	—
1932.....	3.352	3.456	—	104
			24.573	104

##### ESTRANGEIROS

1923.....	295	124	171	—
1924.....	278	87	191	—
1925.....	250	195	55	—
1926.....	188	201	—	13
1927.....	152	69	83	—
1928.....	432	332	100	—
1929.....	387	162	225	—
1930.....	523	294	229	—
1931.....	3.382	2.281	1.101	—
1932.....	3.426	4.287	—	861
			2.155	874

(Boletim da Rep. de Estatística, 3.º trimestre de 1933)

Podem-me um autografo para o Boletim da Sociedade Lus. Africana do Rio de Janeiro de bom grado acedo ao pedido porque fácil é dizer qualquer cousa quando nas nossas palavras ha sinceridade, quando o que dizemos traduz o que realmente pensamos e sentimos.

A Sociedade Lus. Africana do Rio de Janeiro vem desempenhando uma obra de grande alcance, uma obra verdadeiramente patriótica, e por isso todos os Coloniaes, todos aquêles que mourejam pelo nosso imperio Colonial, devem acarinhar essa Sociedade formada de bons e liaes portuguezes, irmãos nossos, que em terras do Brasil, longe da sua Pátria que extremamente, velam pelo bom nome e pelo engrandecimento de Portugal.

Para elles vão as minhas saudações, e os meus votos para que continuem sem desfalecimento a sua grande e patriótica obra.

Nova Gôa, 20 de Julho de 1934.

General Craveiro Lopes.  
Governador Geral do Estado da Índia

Podem-me um autografo para o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

De bom grado acedo ao pedido porque fácil é dizer qualquer cousa quando nas nossas palavras há sinceridade, quando o que dizemos traduz o que realmente pensamos e sentimos.

A SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO vem desempenhando uma obra de grande alcance, uma obra verdadeiramente patriótica, e por isso todos os Coloniaes, todos aquêles que mourejam pelo nosso imperio Colonial, devem acarinhar essa Sociedade formada de bons e liaes portuguezes, irmãos nossos, que em terras do Brasil, longe da sua Pátria que extremamente, velam pelo bom nome e pelo engrandecimento de Portugal.

Para elles vão as minhas saudações e os meus votos para que continuem sem desfalecimento a sua grande e patriótica obra.

Nova Gôa, 20 de Julho de 1934.

GENERAL CRAVEIRO LOPES  
GOVERNADOR GERAL DO ESTADO DA INDIA



# DEPOIMENTOS

## Três cartas

Srs. Francisco das Dôres Gonçalves e António de Sousa Amorim:

Acabo de receber o número comemorativo da Exposição Colonial do Pôrto. De número para número do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA engrandece-se em mim o sentimento de admiração e de gratidão portuguesa por obra de tão alevantados objectivos e de tão puro desinterêsse pessoal, à qual evidentemente falecem, fóra do círculo ainda estreito dos patriótas clarividentes, o apoio e os recursos capazes de ampará-la e garantir-lhe a subsistência. E' um exemplo edificante e confortador como pôde sustentar-se e ser preservado êsse zelo patriótico, alimentado por tão generoso e nobilíssimo ideal e que nenhuns sacrifícios parece assustar.

Há muito que inabalavelmente creio na continuidade da missão civilizadora do povo português. São os domínios da África que garantem o prolongamento indefinido dessa obra gloriosa. Tudo o que pode concorrer para o seu prestígio e o seu alento, acima das vãs e estéreis competições políticas, se me afigura acção benemérita na esfera do patriotismo. Penso também que as alterações que haverá de introduzir-se na posição internacional de Portugal, sobretudo no que diz respeito ao Brasil, advirão da sua ascensão a grande potência mundial com a concepção do Império.

A obra de propaganda e catequêsse da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA atinge, dentro dessa política, um valor incalculável. Por isso tão fervorosamente a louvo, a admiro, a aplaudo e a agradeço como português.

CARLOS MALHEIRO DIAS

\* \* \*

Comissão Directora da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

Cumpro o honroso dever de vir agradecer a V. em nome da Exm.<sup>a</sup> Direcção da Associação Comercial de Lisboa o exemplar do vosso Boletim, dedicado à Exposição Colonial Portuguesa.

Se pela feitura gráfica, êle continuou a marcar com brilho a série dos números precedentes, justiça é assinalar que êste trabalho mostra sobremaneira os inestimáveis serviços que a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA vem prestando à causa nacional portuguesa nas províncias do Ultramar. Grata e patrióticamente os recorda a Associação Comercial de Lisboa, como vivo

exemplo de inteligente visão e abnegado esforço, para saúdar calorosa e fraternalmente na SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, a élite portuguesa do Brasil que tão brilhantemente zéla e serve a honra colonial da Nação e a ideia irradiante do seu Império.

Recebam V. os meus cumprimentos, da mais elevada consideração.

O SECRETARIO GERAL

FRANCISCO VELOSO

\* \* \*

Sr. Director do "BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

Senhor Director:

Por amabilíssima deferência do nosso mui querido e ilustre Amigo, o antigo parlamentar e ministro, Exm.<sup>o</sup> Sr. Dr. Nuno Simões, acaba esta veneranda e nobre Associação Comercial de Lojistas de Lisboa, de receber o magnifico número especial do vosso Boletim consagrado à Primeira Exposição Colonial Portuguesa, realizada na cidade do Pôrto, que foi sem dúvida uma das mais belas e úteis publicações feitas com êsse fim, cativante oferta que muito nos apraz e grato é registar e agradecer com todo, com o maior reconhecimento.

E porque assim também foi resolvido em sessão de Direcção desta mesma data, permita V. que, em meu humilde nome pessoal e no da minha considerada e importante Associação, eu enderece as nossas mais puras e efusivas saudações à SOCIEDADE LUSO AFRICANA pela sua obra patriótica de aproximação luso-brasileira e de propaganda e divulgação no Brasil da nossa acção civilizadora no Ultramar, obra que a impõe ao apreço e ao reconhecimento de todos os portugueses.

Com o testemunho da nossa mais elevada e respeitosa consideração, digne-se V. aceitar os nossos melhores votos de

SAUDE E FRATERNIDADE

A. R. ALMEIDA SANTOS

"A hora não vai para revistas de estudos, mas para revistas de ano, pois só estas vivem, interessam e prosperam."

Dr. Hipólito Raposo



ÍNDIA PORTUGUESA

PÔRTO DE MORMUGÃO

# ÍNDIA PORTUGUESA

## Suas possibilidades comerciais e industriais

POR JOSÉ F. FERREIRA MARTINS

ALTO FUNCIONÁRIO COLONIAL  
HISTORIADOR E PUBLICISTA

(ESPECIAL)

**N**O Promontório do Cabo, de pé, um velho de cabelos de neve, imagem viva dos tempos idos, ergue a fronte rugosa, e, altivo, saudável, mergulha a vista pelo vasto horizonte. Procura, assim, ansioso e com insistência descobrir, nas infinitas águas, aquelas velas pandas que traziam bem ao alto a simbólica Cruz de Cristo, ... e quando descobre, ao distante, em guinadas vaidosas grande paquete, que avança a todo o vapor, volta suspirando para outro lado.

E o que vê êle?

Ruínas da velha Cidade dos Vice-reis, que arrancam do seu peito uma surda apóstrofe, e prestes estendendo o braço num gesto de trágica ironia, exclama: "Eis a necrópole do heroísmo lusitano"!

Quando Camões escreveu os seus belos Cantos nessa Goa doirada que tanto lhe foi molesta, não profetizava que à Roma do Oriente estaria reservada tão triste sorte.

Depois de êle vieram outros poetas e vários prosadores, também, mas a uns e a outros sobrou tempo para dizerem somente o que de admirável e sublime haviam feito os Capitães do Oriente.

Séculos depois, e quasi em o nosso tempo, outros dois vates a cantaram em versos tristes e cheios de sentimento patriótico.

Um de êles procurou nas páginas de pedra tôda a inspiração, para em quadras plangentes chorar o ruir dos palácios e templos majestosos. Foi Tomás Ribeiro.

O outro, Osório de Castro, mavioso poeta da "Cinza dos Mirtos", cantou, porém, a saudade das filhas dos heróis de outros tempos, encontrando nas lágrimas que corriam de seus lindos olhos negros e da macieza do veludo, a confissão do muito que seus avós fizeram no Oriente a bem de Portugal!

\* \* \*

... Goa, rincão florido na Costa do Concão, reclinando donairoza na fôfa e olorosa verdura da Cordilheira dos Gates, que a defende e demarca as suas fronteiras, — é banhada pelas águas do Índico, de gratas recordações. Por terra, é quasi circundada pelo poderio britânico, e asfixiada pelo pêso da sua opulência e pelo seu desmedido orgulho.

A nossa velha Aliada foi herdeira do rico fruto dos nossos trabalhos, das nossas cansaças, das nossas temeridades.

Porque? ... Como? ...

Não é lugar próprio para o dizermos, por esta vez, tanto mais que recebendo um convite — que é para nós imposição — para fins diversos, não devemos erguer a ponta do veu, que guarda o

segrêdo de nosso conhecimento, e que denuncia o nosso maior pecado, e que foi o de confiarmos em demasiado nas realsadas manifestações de amizade e de alianças.

Neste momento outro é nosso intuito e entremos nele.

A Índia Portuguesa (Goa, Damão e Diu) é, comercial e industrialmente, de escasso valor, em confrônto com a magnitude da actividade da grande Península Hindustânica.

Goa, desde os tempos mais remotos, foi considerada o mais florido jardim plantado na Costa Ocidental da Índia.

Segundo a tradição, os seus primeiros habitantes a escolheram por a considerarem "terra fresca e fértil". Estes colonos associaram-se para o amanho das terras goesas. As associações chamam-se "comunidades".

O território de Goa, que passou sucessivamente das mãos dos hindús para as dos mouros, foi, por último, conquistado por Afonso de Albuquerque. O grande português conhecia bem o que fazia. Salvando os hindús da escravidão dos mouros, concedia-lhes toda a liberdade para o cultivo das suas terras, o que acima de tudo ambicionavam, e obtinha-se assim o seu apoio moral para o prosseguimento da sua política imperialista.

As Comunidades foram mantidas e respeitadas. Afonso Mexia, o primeiro Vedor da Fazenda, mestre dos mestres em assuntos de administração financeira, concedeu-lhes o primeiro Foral, e garantiu-lhes toda a liberdade.

Essas associações representam, a bem dizer, o fiel da balança comercial da Índia Portuguesa. Na sua posse está o maior número de várzeas e vastíssimos palmares. Tempos atrás, a produção do arroz, artigo de primeira necessidade e principal alimento de quasi toda a população cristã e não cristã, excedia às suas necessidades e chegou até a ser exportado em grandes quantidades para outros países.

Por várias circunstâncias, que não vem ao caso apontar, talvez um pouco devido ao desenvolvimento da população, essa abundância cessou,

para se ter de importar o arroz, da Índia britânica. A nossa Índia, com esse desequilíbrio, que pesa imenso na sua economia, encontrou as suas primeiras dificuldades, e que até hoje não tem conseguido solucionar.

É possível que uma "campanha de arroz", bem orientada desse bons resultados, se ao mesmo tempo o govêrno local cuidasse da irrigação dos campos, e tentasse adubar as terras, empregando, para esse fim, os processos mais aconselhados.

Mesmo usando de todos êsses processos, não podemos deixar de considerar o que se passa no Oriente, e que põe em evidência a actividade comercial do Japão, que tem conseguido fazer chegar à Índia Portuguesa arroz por valor muito inferior àquele por que se compra o produzido no próprio território!

Em presença desse caso tão singular, e que se deve atribuir ao **dumping** japonês, a Índia Portuguesa tem de andar com tôdas as cautelas nos processos a empregar para o desenvolvimento da produção daquele cereal.

Quanto ao coqueiro, outro dilema se apresenta, e talvez de igual magnitude.

Pela forma como tem sido desenvolvida a cultura do coqueiro pelos diversos pontos da Ásia e na África, onde existem vastíssimos palmares, torna-se hoje muito difícil a colocação do côco nos mercados da Europa. A concorrência baixou a procura de tal maneira, que a exportação dessa riqueza de Goa, atravessa as mesmas dificuldades que o café no Brasil.

A crise é tamanha que se diz que, hoje, na Índia, já se vão faltando armazens onde depositar o côco, cuja colheita faz-se de dois em dois meses, em bons palmares. A produção é grande e a procura vai, dia a dia, tornando-se menor.

São essas as principais produções de valor na Índia. Há além disso a saborosa amêndoa da castanha do cajú. Tempos atrás, era quasi toda exportada para Inglaterra, onde a empregavam no fabrico de bolos e outras guloseimas. Sucedera, também, com esse produto o mesmo que se deu com o côco. O mercado de Londres já não carecia



INDIA PORTUGUESA — ASPECTO DE UMA FEIRA

dessa bela amêndoa. Produto igual ou semelhante, ainda que de inferior qualidade, mas mais barato o veio substituir. Mas nem porisso essa amêndoa deixou de obter bom mercado. E' hoje tôda exportada para a América do Norte, e como a procura aí excêde ao que a Índia Portuguesa pode fornecer, os comerciantes vão buscá-la em outra parte.

Temos ainda a mencionar o peixe sêco, que é exportado de Damão e Diu, onde a indústria da pesca se faz em maior escala. Vai quási todo para a África, em barcos de vela, e êsse comercio está exclusivamente nas mãos dos indígenas. Não é a bem dizer uma indústria lucrativa e, portanto, não pesa muito na economia goesa.

Na Índia Portuguesa não existe, além disso, qualquer outra indústria em grande escala. Se a há, limita-se a ser explorada por determinados indivíduos e não por sociedades, que lhe poderiam dar maior desenvolvimento.

Está nesses casos a indústria das conservas indianas, tão apreciadas em Portugal, e que produtos similares de fabrico inglês da Casa Morton, não tem conseguido desbancar. Os fabricantes na Índia são exímios na preparação dos belos caris, gelêas, compotas, e outros preparados de carnes apimentadas, da manga, de peixe e de mais especiarias indiáticas.

E' para louvar como em Portugal e especialmente em Lisboa êsses produtos de proveniência da Índia têm tanta procura, e não obstante os direitos quási proibitivos que sôbre êles incidem, elevando o seu preço, a venda é relativamente fácil. Se êles fôsseem até o Brasil, talvez tivessem muita venda.

Vem aqui a propósito falarmos da deliciosa manga da Índia, tão apreciada na Índia britânica, para onde é quási tôda exportada, chegando até a ir para Londres pelos vapores da Mala Real e em frigoríficos apropriados. Para Lisboa é que essa fruta nunca vem, nem poderia vir em condições de poder ser apreciada.

Assegura-se que a sua qualidade especializada, deve-se aos padres jesuítas, exímios agricultores, e que não pouparam esforços para apurar as qualidades da manga, que já foi até cantada, em verso, pelo poeta visconde de Bucelas, entusiasmado pela sua rica apresentação e sabor exquisito.

Os ingleses, nos seus territórios, aptos a produzir essa fruta, não têm até hoje conseguido obtê-la com as apreciáveis qualidades das da nossa Índia, e sobretudo das que são colhidas nas antigas cêrcas dos velhos palácios e hortas conventuais.

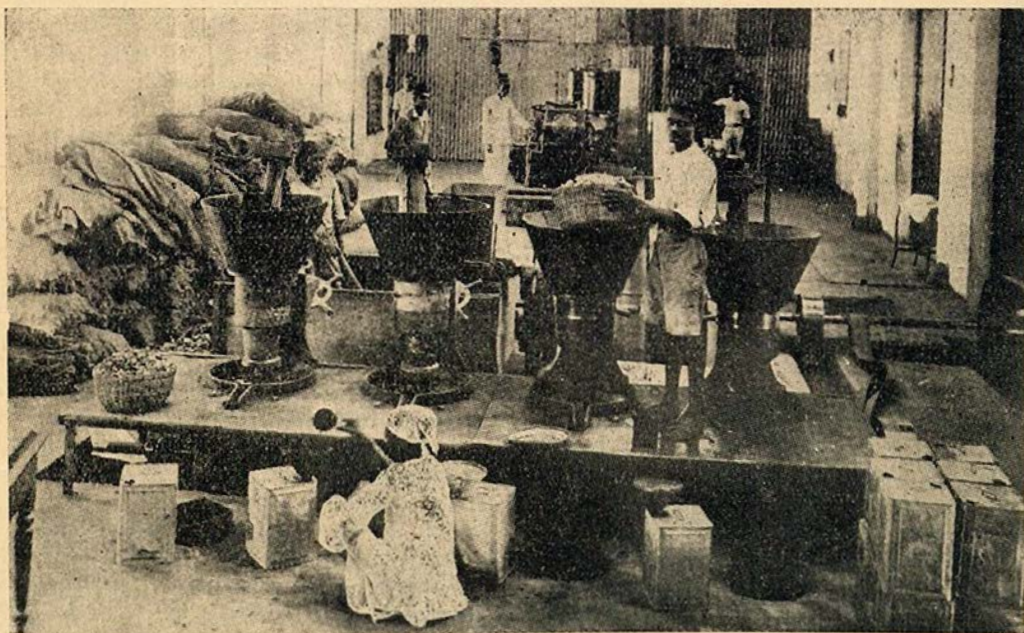
Mencionaremos ainda a originalidade do mobiliário indiano, lavrado, e que se fabrica em Goa, da rica madeira de "sissó". Os lavores são de motivos gentílicos, obrados com uma paciência beneditina. Uma mobília de escritório completa, sabemos que já se vendeu ainda há pouco por 40 contos. Os lacreados, também especialidade da Índia, e que se fabricam no concelho de Salsete, são também muito parecidos. Não há forasteiro que os deixe de comprar como recordação. As cadeiras, mesas e aparadores fabricados por êsses processos trazem curiosos desenhos, que artistas hindús os pintam com uma admirável destreza.

Que mais há a dizer da Índia Portuguesa?

Deve-se lembrar que essa nossa Possessão Asiática tem, de superfície, 3.806 quilómetros quadrados, e que a sua população é de 531.952 habitantes. Ora, comparando-a com a grandeza da Península Hindustânica, que tem a superfície de 5 milhões de quilómetros quadrados e uma população de mais de 350 milhões, e, ainda, se a confrontarmos com a superfície do continente asiático, que é de 45 milhões e regista uma população de 800 milhões de almas, devemos dizer que as repúblicas de Andorra e de S. Marino estão em relação com a França e a Itália, assim como a nossa Índia está com a Asia.

Lisbôa - 1934.

JOSÉ F. FERREIRA MARTINS



INDIA PORTUGUESA — ESTABELECIMENTO INDUSTRIAL DE BOMBI NAIQUE (MARGÃO)  
MOINHO PARA ÓLEO DE CÔCO

## MINHO

A *Casa do Minho* — que a actividade incessante e o espírito clarividente do Sr. Ilídio Nunes conseguiram erguer a uma situação de relêvo entre as associações de portugueses no Brasil — festejou o seu décimo aniversário com a publicação de um boletim (número-único) —, intitulado MINHO, que é, sem favor e por muitos aspectos, dos trabalhos mais completos e perfeitos que no género têm sido dados à estampa, quer aqui, quer em Portugal. Quando alguém lhe chamou antologia da encantadora e pictural província portuguesa, admirável pela suavidade do seu clima, pela formosura das suas paisagens, vales e colinas amenas e verdejantes, rios de água cristalina, praias claras e luminosas, não errou nem exagerou, pois, pela multiplicidade dos assuntos e alta categoria social e mental da maioria dos seus colaboradores, não é favor conferir-lhe foros de antologia indispensável a todos os estudiosos e amigos da província em que nasceu o fundador da Nação Portuguesa.

Mais do que tódas as palavras que porventura escrevêssemos em louvor desta obra, em que sobressai a capacidade organizadora de Ilídio Nunes, e cujo produto se destina a reunir fundos para a construção da *Casa do Minho*, fala mais e melhor o simples registro de alguns nomes dos seus noventa colaboradores: Dr. José Maria Rodrigues, General Nórton de Matos, Dr. Queiroz Veloso, Cardeal Cerejeira, Dr. Bernardino Machado, Dr. Nuno Simões, Professor Bento Carqueja, Dr. Domingos Pereira, Dr. Rodrigo Rodrigues, Dr. Mendes Correia, Dr. João Barreira, Dr. António Ferreira, Dr. Mendes Carneiro, Carlos Malheiro Dias, Conde d'Aurora, Conde de Pinheiro Domingues, Dr. Sousa Costa, António Correia de Oliveira, Dr. Claudio Bastos, Rodrigo de Abreu, Júlio de Lemos, Dr. José Crespo, etc. etc.

Impresso em optimo papel e enriquecido por excelentes gravuras, até, por este aspecto, *Minho* se torna credor de admiração e dos melhores louvores para quem o idealizou e soube realizar com notável zelo e competência.

## LEITURAS COLONIAIS

POR CARLOS ROMA MACHADO DE FARIA E MAIA  
E ALBANO ALBERTO DE MIRA SARAIVA

Nota-se em todos os graus do ensino público português grandes e graves faltas em relação aos conhecimentos sôbre os assuntos ultramarinos que é mistér difundir entre as gerações escolares, de onde surgirão os futuros condutores e obreiros, anónimos e destacados, da Nacionalidade.

Os compêndios do nosso tempo de escolar, entre 1911 e 1918, eram omissos, ou só mui vagamente se referiam às Colónias. Mas essa omissão ou essas vagas referências eram, em nosso modesto entender, preferíveis às *calinadas* com que, a respeito do assunto, temos deparado não só em livros adoptados actualmente, como até em livros de divulgação e consulta.

Com cinco séculos de trabalhos sôbre o ultramar, e como é possível, já não dizemos eserever-se, mas consentir que se escrevam impunemente tantas barbaridades, destinadas às delicados cérebros infantís?

Felizmente, o livro *Leituras Coloniais* constitui uma honrosa excepção, tanto pelo critério que presidiu

a sua coordenação, como pela proibidade com que foi escrito, não caíndo os distintos autores no pélagos dos desvairamentos patrióticos nem se esquecendo nunca dos leitores a que o mesmo se destina, e por êsse facto vasando-o em linguagem simples mas graciosa, porque a simplicidade não exclui a graça ou a beleza. Não são as flôres de pétalas mais ricas e caprichosas as que mais aroma contém...

Escrito em fôrma de roteiro ou peregrinação, se quisermos usar termos outrora consagrados, ou em moldes de *Fox-Jornal*, se nos desejarmos exprimir na linguagem cinematográfica da nossa era, torna-se devêras atraente, *com por cento* de interessante até para adultos o manuseio das *Leituras Coloniais*, — livro lançado, como afirma no seu prefácio o Sr. Conde de Paula Garcia, com o propósito de *leuzr às crianças portuguesas o conhecimento e o amor pelas obras coloniais que parece ser congênto da nossa raça*.

Os Srs. Coronel Carlos Roma Machado e Albano Alberto de Mira Saraiva, muito digno inspector escolar, concorrendo para preencher essa tão patente e aberrante lacuna, merecem os melhores louvores e o apoio das instâncias oficiais, que devem mandar adoptar nas escolas primárias, se ainda o não fizeram. *Leituras Coloniais*, premiando e dando, destarte, honra ao mérito.

## “PROBLEMAS DE SÉCULO XX”

POR F. ALVES AZEVEDO

E' ainda de ontem, mas já nos parece remoto, aquêlo tempo em que os livros eram os passaportes exigidos para se entrar no país das letras. Sem algumas endexas, mesmo mediocres como ritmo e inspiração, não havia possibilidade de passar a fronteira, porque a vigilância era, além de severa, apertada. Nada de infringir as praxes e os códigos, atroavam cavalheiros rotundos e circunspectos que, muitos deles, para conquistarem a glória e o prestígio de intelectuais, tinham sido obrigados a cantar, em versos de pé quebrado, inofensivos amores da mocidade... Esse assoalhar de paixões — rapsódia de soluços, de lágrimas, de hemoptises... sem conseqüências de maior — se não morreu ainda, tem, contudo, os seus dias contados, e nada o salvará de morte macaca...

Vem isto a proposito do livro “Problemas do Século 20”, do nosso distinto colaborador F. Alves de Azevedo, que, neste livro, mais do que in-*Figuras Contemporâneas*, revela brilhantes dotes de ensaísta e denota acentuaado progresso no modo de expôr e argumentar.

Não seguindo o critério que adotára in-*Figuras Contemporâneas*, que consistiu em recheiar o texto de citações demasiadamente abundantes e que muito concorrem para obscurecer o estilo e prejudicar a clareza da exposição, o Dr. F. Alves de Azevedo apresenta-nos uma série de estudos sob a epígrafe de *Problemas do Século 20*, que sem favor se podem considerar brilhantes e mercedores de atenta leitura, tais como: “A resurreição do individualismo”, “Do imperativo categórico da Europa”, “Mussolini, César do Mediterâneo”, “A colonização e o desemprego”, “Aspectos sociais e históricos do plano quinquenal”, “Aforismos para uma revisão de valores”, “Esquema breve da história trágica do americano médio”.





DRA. FERNANDA DE BASTOS CASIMIRO

# O ESFÔRÇO PORTUGUÊS EM ANGOLA

CONFERÊNCIA REALIZADA NO GABINETE  
PORTUGUÊS DE LEITURA, PELA EX.<sup>MA</sup> SR.<sup>A</sup>  
DOCTORA FERNANDA DE BASTOS CASIMI-  
RO, EM COMEMORAÇÃO DO QUARTO ANI-  
VERSÁRIO DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA  
DO RIO DE JANEIRO

**M**INHAS Senhoras e meus Senhores:  
A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO  
DE JANEIRO, comemorando seu 4.º aniversá-  
rio apresenta a V. Ex.<sup>as</sup> seus cumprimen-  
tos de cordialidade pan-lusitana.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA — glória  
vã, não pretende, nem dinheiro.

Deseja, apenas, continuar o trabalho encetado há  
quatro anos, com fé e esperança.

Fé de dilatar horizontes desconhecidos por muitos,  
e alargar conhecimentos. Esperança de se tornar útil a  
seus iguais, num credo puro, que não mente, nem en-  
gana — o credo sublime do valor da Pátria!

Para atestar sua obra ingente, seu esforço e ab-  
negação comprovada, digna de nota, basta referir que há  
um mês, mais ou menos, no Pará, um brasileiro ilustre,  
homem de letras e jornalista, Paulo Elutério, lendo os  
Boletins da Sociedade, tanto se encantou que nos deu um  
hino de amor e gratidão.

Um jornal diário de Lisboa aplaudindo e louvando  
a expansão cultural e patriótica colocou o nome da  
SOCIEDADE LUSO-AFRICANA ao lado dos autênticos va-  
lores, conhecidos e venerados por todos os meios  
ilustres — Malheiro Dias e Ricardo Severo.

Esta colocação tem um significado profundo, que  
muito ennobrece a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO  
DE JANEIRO.

Tão nítido é o seu valor, que a imprensa portuguesa  
daqui, da metrópole, das colônias, a brasileira e a do  
próprio estrangeiro, a distingue com referências e co-  
mentários justos e apreciações das mais favoráveis,  
elogiando sua actuação e seu trabalho.

A energia rática alimenta dia a dia essas almas  
lusíadas e aponta-lhes serena o caminho. Fiel a seu pro-  
grama — o conhecimento e a expansão colonial —, ini-  
cia hoje a série de conferências de 1934, subordinadas  
tôdas ao pan-lusitanismo.

Personalidades destacadas teremos o prazer e a hon-  
ra de ouvir! Será um desfile luminoso de intelectuali-  
dades portuguesas e brasileiras, trazendo-nos a Vaidade  
da Origem, o Orgulho da Raça, a Glória das Acções.  
Palestras que serão como cânticos! Subindo ao espaço  
a última harmonia, havemos de terminar todos, como  
impulsionados por desconhecida força — Graças a Deus  
que somos portugueses!

Como é que eu, planta rasteirinha e humilde,  
possuindo somente este grande, imenso affecto pela  
minha terra, toda a terra portuguesa, venho a vós  
iniciar a série de conferências? A Directoria da SOCIEDADE  
LUSO-AFRICANA quis conferir-me mais esta honraria,  
depois de me ter feito mercê do cargo de Presidente  
das Assembléas Gerais. Assim, como Presidente e co-  
mo Senhora, cabe-me este início.

Mas pensando bem, há razão para tal. Termina-  
das as últimas palavras dessa série de brilhantes orações,  
das minhas descoloridas e pobrinhas nada mais restará,  
e se alguém tiver a benevolência de as recordar serão  
envolvidas então no resplendor desses verbos e só te-  
rão valia, porque emanam da alma — produto de quem  
traz a nossa terra nos olhos e sua epopéa no coração.

Minhas Senhoras, meus Senhores:

As duas grandes emoções da minha vida, recebi-as  
no templo. Esta, a terceira, é ainda num templo que eu  
a experimento.

O "Solar agosto dos portugueses", no dizer de  
Malheiro Dias, "a catedral de livros", como lhe chamou  
Coelho Neto, é um templo! Tôdas as palavras murmu-  
radas no Gabinete Português de Leitura, tôdas as ora-  
ções proferidas, tôdas as súplicas, desejos, alegrias,  
tristezas, exortações e pesares, encontram aqui "Deus",  
e encontram também um doce e suave nome, encon-  
tram Portugal!

Quero rezar neste templo uma prece singela e sen-  
tida por aquêles que longe do seu país, numa época em

que tudo era mistério e terror não receram, e corajosamente collocaram uma pedra no Sublime e Imortal Padrão da Glória da Pátria!

Sempre que os Portuguezes tiveram em mira um nobre empreendimento, sem olharem a perigos, lutas, obstáculos, sacrificios, perdidos no oceano, nos desertos, nas selvas, — sempre o conseguiram chegando finalmente a pôrto de salvamento, com a bandeira da vitória.

Para falar d'esses valorosos, uns com o nome na história, outros formando o grosso da falange anónima cujo nome apenas perdura no local, onde sua contribuição se assinalou — para chegar alfim — não posso empunhar a bandeira da vitória — impossível — debato-me no mar imenso, grandioso; de vossas brilhantes inteligências — quero sómente erguer as mãos e dizer Avé! Portugal!

Minhas Snras. Meus Snrs.

Conta a lenda que um dia um fidalgo — Dom Froiã, — senhor de muitos coutos e honras, ia de montaria pela beira do mar.

Entregue aos prazeres venatórios seguia indifferente à majestade oceânica quando... estaca assombrado. Junto a um penhasco que emergia das ondas, em posição descuidada que o sono produz, uma mulher linda, descanzava. Sua postura de abandono revelava encantos mil. Cobria-lhe o dorso uma espécie de túnica de prateadas escamas, desciam-lhe do colo, do cabelo, dos braços, pérolas finas. Era sem dúvida, uma filha do Mar. Ardendo logo nas labaredas crepitantes do Amor, corre Dom Froiã a tomar nos braços a encantadora ninfa, que acorda estremunhada, aflita, procurando entrar na água.

Não lho consente o audaz cavaleiro e leva-a para o seu castelo, louco de felicidade da preciosa caça d'esse dia. O nobre portuguez teve palavras tão convincentes, tão bem soube prender e guardar a bela filha do mar, que — diz a lenda — "é desse amor a nossa geração."

Netos portanto do Grande Avô Oceano, está explicado o atavismo, êsse laço de sangue a chamar-nos, a

impelir-nos ao desejo incontido de o conhecermos nos mínimos detalhes, a desvendarmos os mistérios de sua alma, a rasgarmos as veias de seu coração, a procurarmos os tesouros que nos guardava, as riquezas que em mão nos queria entregar.

Os nossos felizes antepassados receberam então, conforme seu valor, sua heroicidade, suas façanhas, as joias, os tesouros collocados ao longo do Atlântico, depois as do Indico e por último do Pacifico.

Todos lealmente as ofereceram com galhardia a seu Rei e Senhor.

Uma das mais belas e maiores coube a um esforçado cavaleiro, que pelo denodo teve do avô particular estima — Diogo Cão.

Recebeu como prémio um grande diamante, mas em bruto.

Vamos ver, a traços largos como se deu a corajosa lapidação dessa joia cara. Vamos avaliar a labuta constante dos lapidários, obrigados muitas vezes, a sustarem sua obra, por factores tão adversos e tão contrários, que só uma tenacidade como a d'êles, pôde vencer.

Já é conhecido o trabalho d'esses primeiros homens quando defrontaram — êsse outro Adamastor — a costa africana occidental! Quem não sente, no entanto, prazer, vaidade, de relembrar esses feitos que ainda hoje aceleram a pulsação no entusiasmo, no ardor, na felicidade da ascendencia.

A história de Angola é uma colectânea de heroísmo, de dedicações, de intrepidez. Quem pode descrever o sentimento de Diogo Cão, quando em terra collocou orgulhoso o sinete portuguez usado na época — o 1.º Padrão — Padrão de S. Jorge. Animado da melhor intenção, dispôsto a tudo dar, sem nada receber, faz a difficil escalada do vale do Zaire. Trava relações com o rei do Congo. Tão persuasivas são suas palavras, tão cativante, gentil e maneiroso, tão eficaz sua acção, que há uma amável troca de homens. Ficam alguns portuguezes para conhecimento do terreno e aprendizagem da língua, vão alguns indígenas para verificarem que o povo heróico que os recebia sabia querer impondo, e sabia impôr querendo.

GRANDE FABRICA DE MOAGEM DE TRIGO  
CAPACIDADE  
100.000 QUILOS DIARIOS  
COM SILOS PARA 4 MILHÕES DE QUILOS  
"COMP. DE CEREAIS E FARINHAS DE ANGOLA"  
- NOVA LISBOA -



Inicia-se o primeiro período de lapidação o mais arriscado, mas acentuadamente pacífico.

Parte Diogo Cão a colocar aos pés do seu real Senhor — D. João II — as primícias de sua descoberta. Manda-lhe que volte! Vai o “nobre de cota de armas” com duas caravelas. Duas! Apenas! Tão pouco para tão grande empreendimento! Mas vai cheio de desejo de dilatação, leva a fé com seus apóstolos, a caridade nos abnegados que vão dar trabalho, vida até, para que nas plagas longínquias, mal descobertas, se leia em tôda a parte o nome sacrossanto da Pátria. E novos padrões se erguem — de St.º Agostinho, do Cabo Negro, do Cabo da Serra — atestados do poder, sentinelas vigilantes que assombram o indígena, pasmo de tanta benevolência, das ofertas, da cruz que os comove e atemoriza. E querem adorar o Deus daquêles brancos do mar, querem ter nome sonoro. Os prenomes e patronímicos dos reis e fidalgos portugueses passam à realeza e côrte africana com tal intensidade que cumulo o abuso. Um decreto de 1901 pôs termo a tal costume.

E na tela brilhante da História da Pátria esboça-se em esbatidos traços, a obra que resultou séculos depois grandiosa, gigantesca! Criado o ambiente de affectividade — digamos assim — por Diogo Cão, prepara-se em Lisbôa uma expedição perfeitamente organizada.

Missionários para a evangelização, operários para a civilização, soldados para garantia, auxilio e colonos para a aproximação e comércio.

São três navios sob o comando do capitão mór Gonçalo de Sousa.

Vitimada pela peste grande parte da tripulação e o próprio capitão, toma a chefia — quem saíra para obedecer — Rui de Sousa. E’ êste ardoroso, eivado do mesmo entusiasmo, compenetrado das responsabilidades do mando e do cargo que aporta ao Zaire — agora o Rio do Padrão.

Três resultados dos mais valiosos — Amplia-se o trabalho profícuo, vantajoso, persistente dos missionários. O rei negro N’Ginga N’Kurvo é baptizado com o nome de D. João I. Começa a heróicidade anónima de rara valentia e ingente energia dos primeiros que se embrenham nas selvas, detidos a cada passo pelo perigo dos indígenas, dos animais, da natureza. Estreitam-se relações, presta-se vassalagem a Portugal!

Aceitam o auxilio dos soldados e consentem uma espécie de “Missi Dominici” junto da realeza para facilitar comunicações e mandatos.

O Congo inclina-se admirativo perante o país de homens de tanta coragem, tanta paciência, tão hábeis e destemidos.

Há um indício de revolta dos povos que vêm a S. Salvador do Congo, mas Francisco Gouveia obriga-os a acalmar.

A primeira jornada chegou a pôrto de salvamento em nome de Deus, de Portugal, do Príncipe Perfeito.

Há rumores de um novo reino lá para o sul do Congo. Dizem-no os missionários, os colonos, os próprios indígenas. Porque não ir de perto averiguar, procurar sua entrada, realizar enfim um estreitamento. Propõem-se a realizar a empresa, Baltasar de Castro e Manuel Pacheco. Embora a vontade de vencer os animasse, não conseguem visitar o célebre reino do N’Dongo. Tem essa glória o descendente directo do que dobrou o cabo Tormentoso. E’ Paulo Dias de Novais que se relaciona

com o novo rei N’Gola Ginga, e no litoral lança os fundamentos da cidade de Luanda.

Há no céu umas nuvens dispersas que se vão reunindo, escurecendo tudo. Mudança de tempo! Forma-se a cerração. Parece que a nuvem negra que cobre Portugal sob o domínio dos Filipes, atravessa o espaço e vai entristecer o límpido e azulino céu da costa africana.

O neto de Bartolomeu Dias e seu grupo de esforçados, Luís Serrão, João Teles, Morgado de Rezende, Ferreira Pereira, Jácome da Cunha e outros, não se atemorizam, nem atenua seu ardor o saberem a Pátria desfalecida. Antes, com mais afinco se dão a dissipar as trevas! Querem manter ao vento, altaneira a bandeira bendita das Quinas. Há-de ondular soberana, ora às carícias da brisa, ora à impetuosidade do vento forte do sertão.

E’ necessário abrir caminho à ponta da espada. Os missionários, e os primeiros jesuitas enviados, não conseguem — embora se esforcem até ao máximo — desbravar a alma rude dêste novo indígena que personifica a selvajaria.

Seguindo sempre com mais ou menos vantagem junta-se-lhe Diogo dos Colos e fundam o 1.º Presídio em Massangano — o heróico reduto quando do domínio holandês.

Presídio não significava então a prisão militar — eram espécies de armazens para feiras temporárias ou permanentes — estabelecimentos comerciais-feitorias. Depois pela força das circunstâncias muitos se tornaram fortalezas — se assim podemos chamar a construções de madeira que abrigavam um pouco, nêsse período de lutas. E outros vão aparecendo como o de Muxima, Cambembe, Ambaca e Calumbo.

Preparava Paulo Dias de Novais uma grande expedição mais para o interior, quando a morte o surpreendeu.

Seu sucessor Luís Serrão, prossegue na empresa começada com o auxilio de Ferreira Pereira, Francisco de Sequeira, Mendes Raposo, Jorge de Oliveira. Lutam desesperadamente. O sangue português começa a infiltrar-se no solo, para que mais tarde a terra se submetesse fielmente, adubada de tão precioso alimento. Morre Luís Serrão, succedem-se os capitães mores, lutando sempre. Aqui uma vitória, ali uma derrota, sofrendo o clima, os animais, o homem.

Passaram-se alguns anos. Desanimaram os portugueses? Não.

Desânimo, apareceu no nosso vocabulário, talvez por falsa etimologia, mas é palavra que nenhum português decora, porque não a tem escrita na alma.

A 1 de Agosto de 1594 chegam com Furtado Mendonça as primeiras mulheres brancas. São 12. Logo doze lares se construíram, doze ramificações à terra africana.

A luta vai prosseguindo mais vantajosa. Cerveira Pereira funda S. Filipe de Benguela e logo depois Luís Mendes combate N’Gola Ginga e outros chefes. Criam-se as feiras de Beja, Dondo e Lucamba. António Bruto vence um grupo de sobas refugiados nuns rochedos, que julgavam inexpugnáveis. E’ tal o assombro, o temor, que há um período de tranquillidade.

Libertos também do pesadelo castelhano, comunicando na alegria da Pátria redimida, põe de novo a Providência à prova, o valor dessa parte distante de Portugal.

Dura prova cujo sacrificio se ofereceu em holocausto no glorioso reduto de Massangano. De 1641 a 1648 lutam contra o invasor holandês e ainda contra os indigenas instigados por quem lhes prometia regalias e vantagens irrisórias. Destaca-se no ódio aos portugueses a célebre princesa negra depois rainha Ginga — mais tarde convertida ao Cristianismo — Ana de Sousa.

Libertada Angola, pelo denodo e sagacidade de Salvador Correia de Sá e Benevides, nêsse esforço que todos conhecem, porque se louros pertencem aos portugueses, cábem alguns aos brasileiros.

Daqui safu o valente capitão com suas naus e aqui voltou para morrer.

Cria-se mais ânimo. Ocupa vitoriosamente Ambuíla, Lopes de Sequeira. Em comemoração ergue-se a Igreja de Nossa Senhora de Nazaret. Ainda Lopes de Sequeira coloca cinco anos depois o sinal do poder em Pungo Andongo — o reino de Angola era enfim de Portugal.

O indígena começa a compreender que êste povo não pretende guerrear, mas sim dar conhecimentos, religião. Levantam-se mais presídios — Caconda — sentinela do Sul, Encoge — para comércio.

Novo Redondo para deter o contrabando.

A ânsia de conhecer é cada vez maior. Com o despontar do seculo XIX há uma intensidade colonizadora. Explora-se o sul.

Os governadores desenvolvem as culturas, surgindo algodão, café, açúcar.

Justo é destacar desta pleiade o nome de Inocêncio de Sousa Coutinho, o Pombal angolano, reformador, organizador, pedindo casais para o povoamento. Sua acção é das mais benéficas e utilitárias.

Emboça-se o trabalho de mineração.

Terminou a 2.<sup>a</sup> jornada.

Em nome de Deus, de Portugal, de D. Maria II.

1836. Sá da Bandeira decreta a abolição da escravatura — a única malfazeja consequência dos descobrimentos. E' a era da penetração científica, investigação erudita.

Segue-se o vale do Quanza.

Povoa-se a Sintra africana — Mossâmedes. A 4 de Agôsto de 1640 chegam 140 portugueses de ambos os sexos, idos de Pernambuco. Anos depois mais 222 e ainda mais 44, que se dispersam pela Humpata e Chibia. A terra palpita, frutifica, reverdece ao contacto de mãos que a sabem arrotear. O mar oferece seus produtos. Em 1864 com mais portugueses que foram desta cidade de S. Sebastião havia em Mossâmedes 83 fazendas. Cabal demonstração do esforço, do trabalho, da vontade.

Começam as viagens de exploração comercial, destacando-se Alves Francina, Rodrigues Graça que vai à Lunda, Alto Congo, observando usos, raças, riquezas naturais.

Bernardino Brochado toma rumo sul e nota com sabedoria o que vê do Cunene ao Cubango, Donga, Cuanhama, e Ovampo.

O nome do maior sertanejo que talvez ficasse ignorado, se a morte não o aureolasse de um místico romantismo, aparece — Silva Pôrto. Congregou tôdas as actividades, exerceu todos os mesteres foi pequeno entre os grandes, grande entre os simples que compreenderam a imensidade de sua alma de patriota. Em 1838 inicia sua vida de sertanejo. E' explorador como se verifica por seu Diario, que doou à Câmara Municipal do Pôrto e esta confiou à guarda da Sociedade de Geografia de Lisboa. Todos os lugares que visitou, usos, costumes do gentio, situação geográfica dos lugares, orografia, hidrografia, enfim tudo que podia auxiliar e interessar os outros, tudo anotou. Três vezes tentou a travessia transafricana. Convidado a ir às cabeceiras do Sena chega ao Barotze. Não pode seguir por imposição dos sobas. (O mesmo acontecera a José da Rosa quando em 1676 tentara a comunicação).

Nessas tentativas conheceu o vale do Zambeze. Viajou por Luanda, Bié, Benguela, Caconda, Bailundo, Lunda e chegou ao Lealui. Ainda que pese aos geógrafos, que pretenderam menosprezar nosso predomínio na exploração e conhecimento do interior africano, está demonstrada e documentada a nossa prioridade.

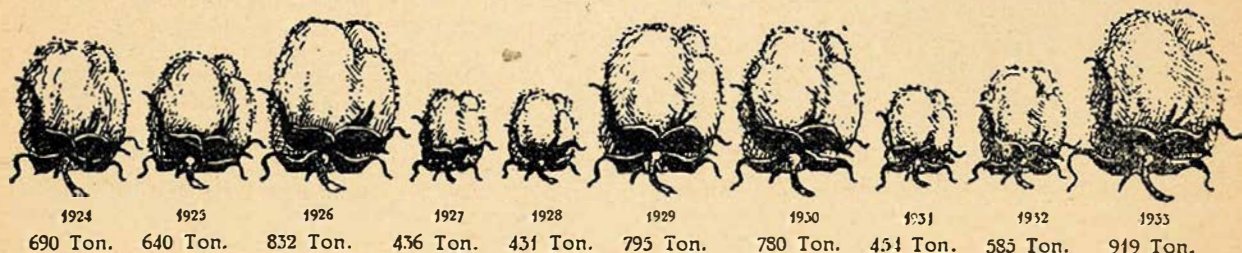
No 2.<sup>o</sup> quartel do século XVI João de Barros conhecia o Lago Niassa; Duarte Lopes os de Vitória, e Alberto, o Tanganica e as nascentes do Nilo. Em 1624 o padre Mariano fazia estudos sobre o lago Niassa. Nos fins do século XVIII um sábio e official Dr. Lacerda vai ao Tete, Cazembe, Zambeze e chega à Lunda onde morre.

O próprio Livingstone no seu livro "Exploração no Interior da Africa Austral" narra encontros com sobas que se referem aos brancos do mar — aos portugueses. E mesmo quando desprestigia Silva Pôrto, ainda a verdade aparece na sua narração.

E' bem conhecida esta injustiça, que segundo uns descontentou o velho sertanejo, fazendo-o vir a público mostrar suas razões e a pouca ou nenhuma veracidade nas afirmações do missionário e explorador inglês. Atribuem a esta ofensa o desejo de morrer. Querem outros ocasionar seu desgosto no incêndio de sua casa de Belmonte e na chegada de um substituto ao seu govêrno de Bié. Julgando-se menosprezado nos seus serviços, procura a morte. Ainda tomam como ponto de partida

## ANGOLA

### EXPORTAÇÃO DE ALGODÃO EM RAMA



do seu gesto o desrespeito do régulo Dunduna que não acreditou nas suas palavras. A 12 de Abril de 1890 envolveu-se na bandeira nacional, que êle mesmo havia feito e o acompanhara sempre, ateou fogo a uns barris de pólvora e sua casa foi pelos ares.

Socorrido dizia — o mal é de dentro. Expirou assim um dos maiores heróis do território angolano.

Era um bom, auxiliava a todos, tratando os indígenas como iguais. À sua casa de Belmonte, povoação que êle fundou, foram Capelo, Ivens, Major Serpa Pinto, Paiva Couceiro e Massano de Amorim. Seu prestígio era tanto que um dia, numa povoação não havia missionário para dizer a missa. Vários sobas queriam assistir ao ofício divino. Então um foi ter com Silva Pôrto.

— Vem dizer a missa? — Não posso, o missionário não está — Mas tu és santo. Eu, não — Sim, és santo e dirás a missa.

Para contentar os sobas foi. Pediu perdão a Deus, mostrando a pureza de sua intenção. Disse a missa, não consagrando a hóstia, pois lhe parecia sacrilégio. Os sobas retiraram-se contentes, abençoando o santo que tão bem os atendia.

Ainda que por minutos, concentremos todos o pensamento em Silva Pôrto. Homenagem prestada a quem tanto fez pela expansão colonial!

Com a trágica morte de Silva Pôrto domina-se o Bié. Papel importante que desempenhou o grande colonialista Paiva Couceiro. Foi depois ao Cubango fazendo o reconhecimento do Mucusso. Paiva Couceiro — o Capitongo deixou com o seu govêrno, uma recordação imperecível, e a obra da província muito deve à sua inteligência, orientação e habilidade do mando.

Os lapidários trabalham com afincos. Constróem, lançam os ramos da actividade em todos os sentidos. Divisão administrativa, vias férreas — (note-se, foi Portugal que construiu o primeiro caminho de ferro colonial) desenvolve-se a agricultura, facultando a concessão de terras, abolição da escravatura e conseqüentemente melhora na condição servil. Cuida-se do ensino. Enfim, a civilização a derramar sua luz, fachos acesos aqui e ali pelas mãos dos portugueses de tôdas as condições, unidos no affecto que não se extingue — o amor da Pátria.

Povoa-se Pôrto Alexandre. Se faço menção dêste primeiro estabelecimento de colonos neste local, é porque ocupa posição elevada uma mulher. Era uma espécie de autoridade, não só no mando e no trabalho, como no exemplo que espalhava. Uma tarde chegou ao pôrto um navio inglês.

Julgando a terra desabitada, resolveram aproveitar para exercícios de fogo. Calcule-se o terror dos poucos colonos! A corajosa mulher, Maria da Cruz Rolão, Algarvia, — sossega-os. Juntando a acção à palavra toma um bôte e empunhando a bandeira portuguesa, faz compreender por sinais que não só a terra é habitada, como tem poderoso senhor. Cessa o fogo, e como se tivesse praticado o acto mais natural, volta a seus afazeres.

O sonho de ligar as duas costas prossegue. Há notícias de várias tentativas quer partindo do Ocidente como as de Abreu de Brito, Aires Saldanha, Francisco Barreto, quer vindas do Oriente como as de Caetano Pereira, Lacerda e Almeida que após uma viagem cheia de aventuras chegam à Lunda e voltam. Têm a glória de abrir êsse tentador caminho à custa de sacrificios, doenças, perigos e tôdas as armadilhas do sertão

os exploradores, os missionários da ciência — Capelo, Ivens e Serpa Pinto.

Ernesto de Vasconcelos faz a descrição da baía dos Tigres. A embocadura do Cunene é explorada por Nunes da Silva, Gonçalves Pinto, Rolão Preto, Freitas Queriol. Henrique de Carvalho dá notícias detalhadas da Lunda.

As travessias de Benguela às terras de Iaca e de Angola à Contra Costa estão magistralmente descritas em todos os pormenores pelos denodados exploradores que as levaram a cabo.

Se não foi realidade absoluta o sonho dourado do “Mapa Côr de Rosa”, sua pertinácia doou-os ao mundo científico universal, e à admiração perpétua do seu povo.

Serpa Pinto safu de Benguela com Capelo e Ivens separando-se no Bié. Serpa Pinto tomou rumo léste. Dois anos se passaram sem novas. Julgaram-no morto, quando em Março de 1879 chegaram notícias de sua estadia no Transvaal.

Percorreu, estudando o Zambeze Superior e foi êle que encontrou a chave para abrir o segredo do Cubango. Assim conheceram a direcção e fôz dêste rio.

O diamante de Diogo Cão tem já facetas reverberando.

Huila é povoada por madeirenses e desenvolvida. Ocupa-se o Cubango e o Cunene. O indígena civiliza-se, adquire costumes europeus. Inquirindo sua nacionalidade responde prontamente — português. Quando é necessário enfrentar o inimigo avançam mesmo sob o comando de um nativo, empunhando a bandeira portuguesa.

Desenvolve-se a organização administrativa. Fixam-se limites territoriais. O sul é ocupado militarmente. Propagam-se as indústrias. Organizam-se colectividades defensoras dos interesses de classes. Há como uma concentração de forças tendentes a uma única e geral solução — o desenvolvimento da princesa do Zaire.

E’ desta época o insigne enciclopedista Dr. José de Anchieta. Encarregado de estudar a fauna dos sertões angolanos, tanto amou a terra e se dedicou que nela faleceu. Percorreu quasi todo o sertão, pesquisando, estudando, sem se importar com as dificuldades e os perigos a que se expunha. Coleccionou valiosos exemplares que se admiram no museu Bocage, em Lisboa. Verdadeiro abnegado da ciência colocava-a a serviço de todos. Quantas vezes, em lugares isolados prestou auxílios como o mais hábil dos médicos.

O Dr. Anchieta como era conhecido deixou seu nome de sábio ligado á história de Angola, mas ficou também dêle a bondade, o trato, o seu constante cuidado de bem servir a todos.

Esta era de actividade é cortada aqui, ali, por lutas violentas — necessidade de refrear instintos de revolta, muitas vezes despertados e impelidos por elementos estranhos.

E’ o período heróico. A maior parte dos seus vencedores são veneráveis figuras de cabelos brancos, dos nossos dias. Sua obra está tão perto, que ainda não foi definida nem analisada no todo, com a imparcialidade que merece. Seus nomes fazem parte da galeria dos que enriqueceram a Pátria, com a força vital e preciosa — o sangue. Tivesse eu sabedoria para dizer o que fizeram com palavras que fossem estrófes, vibração de um hino!

Falar dos vivos requer uma tática especial, que muito poucos alcançam.

Encher de adjectivos o valor dêsses heróis não é o bastante. O respeito, o sentimento com que escrevi e vou pronunciar seus nomes que venero, serão o testemunho duma humilde admiração, bem sentida porque a alguns tenho a grande honra de conhecer pessoalmente.

A narração detalhada das campanhas dêste período, em que se praticaram actos de bravura, verdadeiras repetições dos feitos dos primeiros tempos da nossa nacionalidade, não cabem à modestia desta palestra.

A revolta do Bailundo é sufocada, distinguindo-se Massano de Amorim e Pais Brandão.

Logo depois Alves Roçadas e seus companheiros vencem os cuamatás, ficando célebre o combate de Mufilo, onde teve uma actuação bem distinta — Silva Nunes, Tenente Durão e outros.

João de Almeida que já vinha exercendo sua acção, ora em viagens de exploração científica, acompanhado de operários, soldados, construindo, pacificando, facilitando comunicação, ora abrindo estradas, ora montando telégrafos ocupa o Evale e o Baixo Cubango, seguindo até ao Mucusso.

O governador do distrito da Huíla, sempre no objectivo de ocupar e alargar território é consagrado em 1908 como herói dos Dembos, na conquista dessa tribo das mais aguerridas. Qual o seu espanto, encontrando indígenas falando português, e um soba que apresentando um velho compendio da História Pátria perguntava os factos mais importantes do reinado de D. João II.

Prova concludente de que anteriormente portugueses anónimos, tiveram contacto com êste grupo indígena que já em 1871 tanto deu que fazer a Inacio de Oliveira, Nunes da Mata, e Gomes de Almeida.

O povo da Suissa Africana assim a denomina o geografo Balbi sublevou-se de novo, e João de Almeida e seus homens — coluna que teve de lutar com a astúcia, e o acidentado do terreno, sustentaram renhidos combates como o de Quilombe, Muando, Pôrto Mandale

e por fim a bandeira portuguesa tremulava, e a terra era dominada.

Ligeiras escaramuças são de pronto sufocadas, continuando o desenvolvimento em todos os ramos.

Em 1912 Gago Coutinho e o malgrado Sacadura Cabral em missão geográfica, mas cheia de obstáculos, fadigas, doenças, demarcam as fronteiras com a Rodésia, visitam as nascentes do Zambeze. Corrigem as coordenadas cujo traçado estava errado.

Dois anos depois em 1914, Dezembro, dá-se o célebre combate de Naulila onde se bateram como leões, apanhados pela perfídia e astúcia Aragão, Marques e tantos outros.

Em 1915 com a campanha do Cuanhama — ~~Iuta~~ com o mais forte poder gentílico termina o periodo de ocupações.

Dirigiu e orientou esta companhia o General Pereira de Eça, com o valioso concurso de Afonso Cerqueira, Humberto Ataíde, Santos Moreira, António de Almeida, D. José de Serpa, Bento Roma.

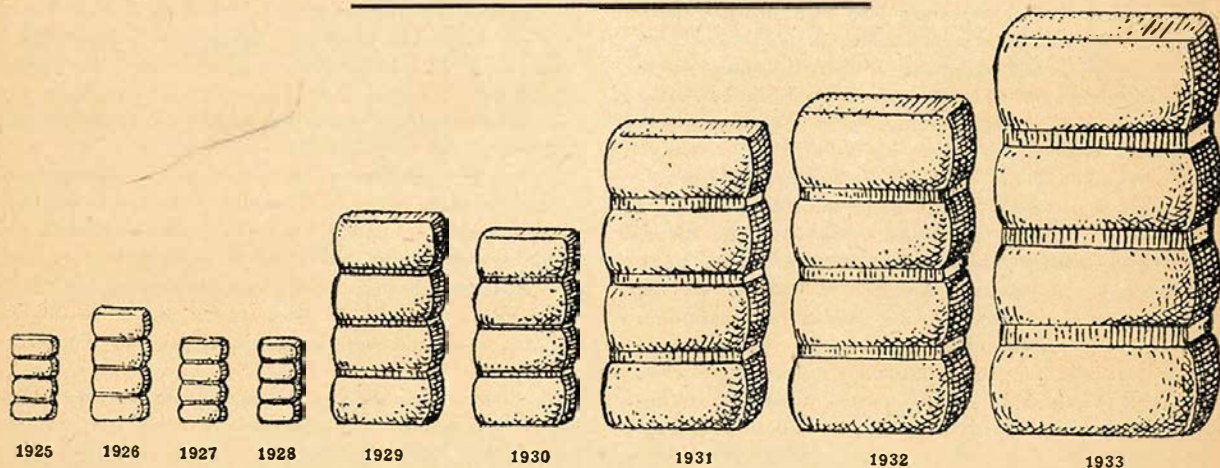
Fere-se a batalha de Môngua a 18 de Agosto. Quanta heróicidade, quanta bravura!

Precisando o general Pereira de Eça de uma observação ao Cuangar oferece-se para comandar a patrulha, 1 cabo e 20 angolas, o capitão Sebastião Roby, irmão de João Roby que perdeu heróicamente a vida perto do Mufilo quando do combate do Cuamato.

Tinha o capitão de percorrer uma dos mais selvagens e difíceis regiões cheia de matagais densíssimos.

Dificultava a expedição o estarem alguns sobas revoltados. Por falsa indicação do intérprete, perderam-se e foram dar, precisamente, ao foco da rebelião. Depois de varias peripécias em que há idas e vindas de Quiteves, são cercados por numeroso gentio e cai morto o valente capitão. Querem os indígenas o seu corpo, os camelos e as munições; não o consente o cabo que respeitosa e o coloca sobre um dos animais. Segura-o bem para lhe dar posição erecta afim de parecer vivo. Animado de louca fé e coragem, volta-se para os compa-

## ANGOLA — Exportação de Sisal



ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS	ANOS	QUILOS
1925	67:820	1927	61:778	1929	569:510	1931	1.225:885	1933	1.982:054
1926	97:133	1928	61:232	1930	422:885	1932	1.418:575	—	—

nheiros — Capitão estava vivo capitão mandava. Capitão está morto — capitão manda. Fogo.

Durante dez horas sob cerrado fogo a que ripostavam chegaram ao forte de Mulondo. Auxiliados, dispersaram os indígenas e entregaram o cadaver do infeliz capitão que servira de glorioso incentivo para a luta. Pretos combatendo pretos seguindo o exemplo e a disciplina dos bravos chefes.

Sufocam-se as revoltas do Congo e do Amboim e em 1918 com a ocupação efectiva da Lunda respira-se livremente.

O progresso em tôdas as suas manifestações infiltra-se gradativamente.

Deixei para menção especial Missionários e Pombeiros.

Os missionários seculares religiosos foram auxiliares dos mais prestimosos, acompanhando do início a penetração angolana e continuando hoje sua obra das mais nobres e desinteressadas. Tôdas as ordens religiosas enviaram seus representantes, embora escasseando por vezes, pois ser missionário — mórmente na época de vassalagem, demandava uma preparação que nem todos podiam alcançar.

Primitivamente entraram franciscanos, dominicanos, carmelitas e depois jesuítas. Mais tarde capuchinhos e barbadinhos. Todos concorreram para o hinterland ao lado dos pioneiros audazes, percorrendo lugares onde só viviam feras, onde a morte aparecia nos mais feios e trágicos aspectos. Foram preciosos colaboradores dos exploradores técnicos, dos sábios, dos geógrafos a quem atraía como poderoso imán o continente e suas maravilhas. Ensinando o nome suave de Jesus ensinavam o do heróico Portugal. Ao lado da missão a escola. Aprendia o missionário a língua da região para maior facilidade na sua cruzada evangélica. Para o indígena católico é um sinónimo perfeito de português e logo que a missão católica se estabelecia abandonavam as laicas. Justo é lembrar os nomes de Gonçalo da Silveira, Manoel de Almeida, José de Figueiredo, D. Sebastião José Pereira, D. Antonio Medeiros, D. Rafael de Castelo de Vide de quem os indígenas guardam uma carta como reliquia.

Figura centralizadora — D. António Barroso, cujo prestígio ainda hoje se observa. Em muitos lugares do Congo, o indígena para autenticar a verdade de suas palavras, jura pelo nome de D. António.

A missão do Espírito Santo estendida por toda a província é uma colmeia de zelosos obreiros, levando a toda a parte o benefício — ensinando desde as letras ao cultivo da terra, tratando da alma e do corpo.

Quantos perderam sua vida, desprendendo-se contentes por haverem vivido a Serviço de Deus e a serviço de sua Santa Causa. A paciência evangélica destes homens, tem provas insofismáveis. Certa vez, a Missão de Malange destacou para o Cuanza Norte alguns catequistas pretos, perfeitamente preparados. Quando tempo depois o missionário ali chegou encontrou quasi prontos a receberem o sacramento milhares de indígenas. Em Vila Luso há uma ermida do Espírito Santo mandada construir a expensas de um nativo catequista. Nas aldeias é comum reünirem-se e em coro entoarem cânticos sacros.

Quantos auxiliaram os governadores e capitães nas revoltas do gentio.

Padre Antunes notabilizou-se na rebelião do Humbe. Os missionários da Cruz e os da Espada juntaram seus esforços e seu sangue na obra imensa a que se dedicaram, somando, multiplicando sua acção para realizarem um total expressivo, notório, admirável.

Porque muito fizeram em favor da religião zelando a Pátria e a bandeira que os abrigava, seja-me permitido citar os nomes do Padre Duparquet, Leconte, do sábio e grande arquitecto Padre Bonfoux e o velho e bom missionário Keiling. Se não bastasse tudo quanto fez a favor de Portugal e da sua santa cruzada, lugar para a nossa gratidão mereceria, pelo que de heróico praticou para libertar o sargento Reis aprisionado pelo soba Mandume, quando da revolta dos Cuanhamas.

Soube ser bem português ao lado dos briosos lusitanos.

A par do soldado e do apóstolo ocupa lugar proeminente, tão alto que a visão mal alcança, a falange de verdadeiros abnegados cujos nomes na maior parte ignoramos, mas cujo trabalho conhecemos, porque ficou escrito nos caminhos que atravessam a Província. Não os chamava ali somente a riqueza, o interesse monetário. Antes o desejo de levarem a toda a parte o nome e a bandeira da Pátria, por quem se batiam como valentes soldados. Rompem, derrubam. Nada detem sua marcha — nem os caminhos cheios de pântanos, as cachoeiras, as matas espessas, os rios atravessados em simples cascas de árvores ou a nado, deixando o corpo coberto de sanguesugas — nem a fúria dos animais ou a maldade do gentio. Avançam sempre.

Que importava o sacrifício, a fome, a doença, a marcha penosa, as mil ciladas do sertão se o resultado seria em favor da chama que os iluminava. E guardando no olhar essa divina luz, caíam muitas vezes, tendo como cruz nas sepulturas a sombra das arvores — agradecimento da natureza a quem a procurava tão de perto.

Nessas viagens passavam meses e meses sem terem contacto com qualquer europeu. Quando uma missão ou acampamento militar se estabelecia, encontrava nítidos e visíveis sinais da passagem de um português ou se havia a felicidade de o encontrarem era o melhor mapa da região, o mais seguro informador.

Um sertanejo saía do litoral acompanhado de alguns carregadores com mercadorias. A princípio internavam-se sósnhos no mistério do sertão. Logo num perímetro de mais de 300 kms. o gentio sabia o avanço desse pioneiro.

Conforme ia andando encontrava regiões e costumes dos mais diversos. Escolhido o local mais conveniente para comerciar, hasteava nossa linda bandeira e à sua sombra realizava a transacção. Construía um abrigo de paus e capim, rodeando-o de fogueiras de noite, para afugentar os animais, os mosquitos e a terrível formiga bissonde — capaz numa noite de destruir a mais fornecida capoeira.

Antes das negociações era necessário apresentar os cumprimentos aos sobas. Nêstes encontros precisava o português de usar a mais fina diplomacia, dela dependia a finalidade do negócio e até... sua vida. Oferecia à autoridade indígena, peças de fazenda, missangas, tabaco e outros artigos que sabia agradavam.

Era correspondido com farinha, aves, ovos, cabritos e quantas vezes um grande rato assado — recebido com as honras devidas a um régio presente.

Feito o negócio, seguiam mais além, fazendo sempre respeitar a bandeira que era o mais precioso talisman e a segurança da vitória. Algumas vezes nas fronteiras resolveram questões, hoje só possíveis de efectuar nas chancelárias.

Recorda-me de ter ouvido contar — embora esquecesse o nome do sertanejo — o seguinte: seu acampamento estava na fronteira. Encimava-o a bandeira nacional. Um dia, surge do lado oposto um graduado estrangeiro, com algumas praças, que intima o português a recuar com a bandeira, alegando que o terreno ocupado não era de Portugal. Discutem, apresentando suas razões, até que o português mais sereno convida o militar a tomar café à noite na sua barraca onde deliberariam. Não faltou o convidado à hora aprazada. Servindo de mesa um fardo da pacotilha reiniciaram o debate. Nada “convencia” o estrangeiro de que o terreno ocupado pelo pombeiro era português. Com soberba atitude pergunta — Sabe com quem está tratando? — Pela pronuncia e bandeira sei que é português.

— Sim e chamo-me...

— Disse o nome.

Despediu-se o estrangeiro. Ao nascer do dia, o sol brilhava acariciando a bandeira que não fora arreada, nem recuára um passo. Do militar e sua companhia, nem sinal. O intruso conheceu no homem a quem ameaçara um dos muitos valentes, que palmo a palmo demarcaram como ninguém, a terra pertencente a Portugal. O prestígio da Pátria vai aumentando. Fixam-se alguns, tornando-se pequenos senhores. Pela maneira correcta de interpretação, pela inteligência e também pela astúcia — o indígena ignorando o uso de certos objectos atribuía-lhes “cazumbir” — feitiço, são chamados para tudo até para resolver os litígios. Para chegar a este resultado, quanto sacrifício, quantas vidas, quanta miséria — para contribuir com este factor para o fim desejado, quanta abnegação, quanto heroísmo anónimo e perdido pelas selvas!

Até mesmo alguns que a lei baniu da sociedade e a determinação dos homens afastou para longe, até esses — diante do exemplo edificante, prestaram seu

concurso, redimindo-se em grande parte das culpas passadas.

José do Telhado ali exerceu seu trabalho honesto, identificando-se com o gentio, procurando dignificar-se a ponto que ainda hoje seu tumulo — perto de Malange, é tratado. Nenhuma comitiva passa perto sem prestar sua homenagem.

Arreiam as cargas e silenciosos se conservam em volta da sepultura. João Brandão, com descendentes em Angola lançou os fundamentos duma das mais ricas e florescentes fazendas do momento — O Cassequel, na fóz do Catumbela.

Como figura veneranda entre os pombeiros está o sertanejo Silva Pôrto. Seu velho companheiro Santos Gil, muito aproveitou de seus ensinamentos. Dessas figuras egrégias distingo aquêles cujos nomes chegaram até nós, muitos conservados pelo próprio gentio. Antonio Nobre, Julio Manaças, Alves Barata, Sérgio Costa, Antonio Cordeiro, Aarão Marinho, Fonseca Santos, Antonio Bettencourt, Gregório Mendes, José Luís, da celebre fazenda do Munhino, Nestor Castro — matador de leões, de quem diziam que ao redor do seu tumulo não aparecia um fera. Batista Ferreira, Mateus Gomes, Bernardino Fraga que muito se distinguiu na campanha do Cuamato, José da Nobrega, Vaz da Motta, Soares Nazaré, Braz Vicesse, Cá Luiz e tantos, tantos outros!

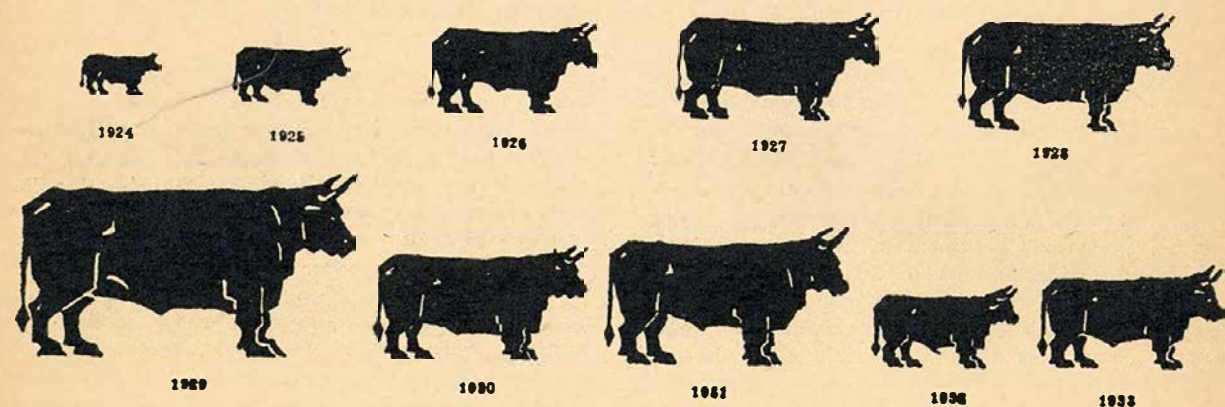
Formaram-se familias numerosíssimas como a do velho Marcelino do Lubango que numa noite de Natal reuniu à sua mesa, mais de 100 pessoas tôdas brancas e seus descendentes directos.

A todos, desde o alvorecer da penetração, até à completa pacificação, porque tanto se esforçaram deve a Pátria um poema.

Mas... para acrescentar mais cantos aos Lusíadas, só Camões!

A dívida tem que passar de Pais a Filhos, de gerações a gerações para que diante de tais exemplos de sacrificios, de amor, se apregõe com ufania — que Angola é a mais portuguesa e a mais esplendorosa das nossas províncias.

## ANGOLA — Exportação de Gado Bovino



ANOS	CABEÇAS	ANOS	CABEÇAS	ANOS	CABEÇAS	ANOS	CABEÇAS	ANOS	CABEÇAS
1924	3:567	1926	6:640	1928	7:953	1930	7:801	1932	5:965
1925	4:958	1927	7:689	1929	11:315	1931	8:977	1933	7:051



Minhas Snras., Meus Snrs.

O diamante em bruto de Diogo Cão, depois de tantos lapidários que o facetaram brilhante e valorosamente resplandece nas suas múltiplas actividades.

Sem querer diminuir em nada a obra dos governadores e altos-comissários, todos se preocuparam com o engrandecimento de Angola — embora muitas vezes a onda impetuosa das paixões humanas, tenha notado senões, mas porque observei, porque ouvi das autoridades locais, porque muito viajei em território de Angola e constatei, quero referir-me ao General Norton de Matos, a quem Cristian de Carters chamou o “organizador sem par” que deu a Angola o melhor de sua inteligência, de sua vontade, de seu esforço. A obra está patente, visível.

A vida palpita em cada canto.

O indígena adequado perfeitamente ao meio civilizado, presta seu concurso aliando-se com o branco — branco para eles é só o português — na prosperidade da província. E se não se atende de pronto a algumas das necessidades é porque nem sempre o momento é oportuno e se proporciona com vantagens, ou as possibilidades não são tão viáveis quanto se deve desejar. Angola é um mimo! Faceira e vaidosa como uma bela mulher procura dia a dia mostrar sua beleza, seus encantos.

Se há ainda lacunas, riquezas em exploração incipiente, organizações indefinidas, confiemos nos dignos da Nação e nos seus mandatários. A tudo atenderão com a boa vontade que os norteia.

Haja em vista a recente visita de Sua Ex.<sup>a</sup> o Ministro das Colónias, Dr. Armino Monteiro, viagem que muito beneficiará a causa colonial. O esforço actual tem outros meios de acção, mais rápidos, mais seguros. O progresso acentua-se em linhas claras, precisas, dados certos, estatísticas que são documentos.

Vastíssimo campo para todas as actividades cresce dia a dia na agricultura, indústria, pecuária, comércio. Sua rede de estradas com mais de 30.000 kms. estendida por toda a província é qualquer coisa de assombroso! Os caminhos de ferro que no início representaram a tenacidade, esforço hercúleo de poucos, são hoje causa de importante vitalidade, como o atesta o caminho de ferro de Benguela — a que está ligado o nome do gran-

de português — General Machado — saindo do lindo porto de Lobito, atravessa Angola entra no interior africano e vai até Lourenço Marques e Beira.

Oferece assim uma esplendida viagem com a maior comodidade, higiene, dotados os seus vagons de todo o necessário. A aviação tem em Nova Lisboa um campo de concentração. O ensino do mais elementar ao superior, tem merecido cuidados especiais, e bastante atenção.

O Sub-solo é riquíssimo. A actividade mineira tem na capital dos Diamantes, Dunda e em Vila Henrique de Carvalho tal incremento que o viajante sente-se transportado, como por encanto a uma ridente cidade, onde nada falta, desde a mais exigente e divertida vida social, ao perfeito estabelecimento dos indígenas.

Angola é um país maravilhoso para o turismo. Além do excelente clima, oferece vastíssimo campo de sensações para todos os gostos e uma vida agradável e boa sob qualquer aspecto.

Analisar em detalhes sua actualidade, trazer até vós o momento que passa, seria assunto para muitas horas, tanto há que dizer da província que continua a merecer a maior atenção tanto do Ex.<sup>mo</sup> Governador Geral Coronel Ferreira Viana, como dos governadores dos distritos.

O pensamento fundamental do meu trabalho é repetir — nunca é demais lembrá-lo, destacar o esforço dos que tornaram Angola a joia valiosa que desperta cobiça e interesse.

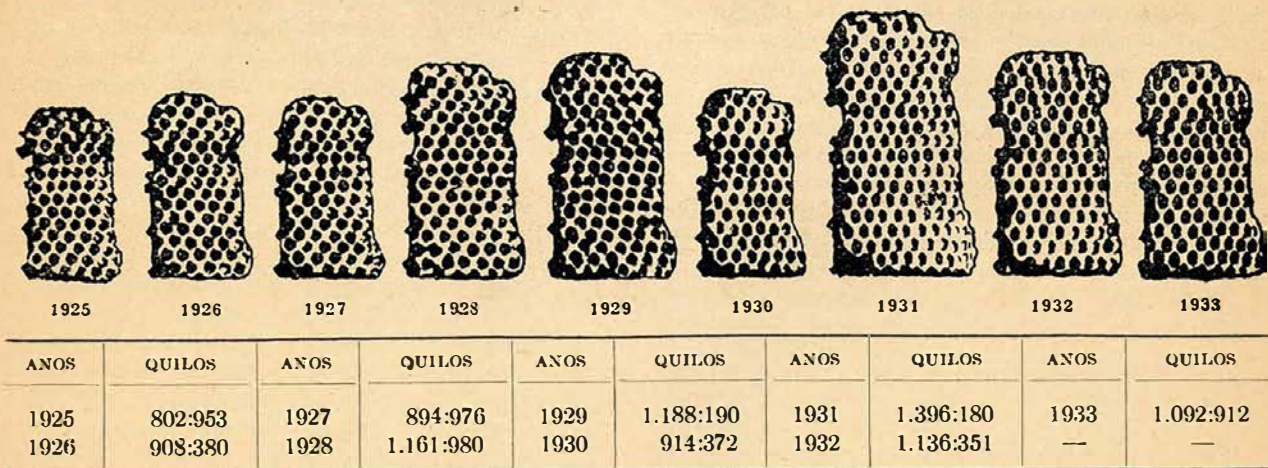
Que intima revolta, que fúria insana, quando a rajada sopra e apresenta a hipótese de ser desviada uma partícula desse solo bendito, ligado a nós pelo mais forte amor.

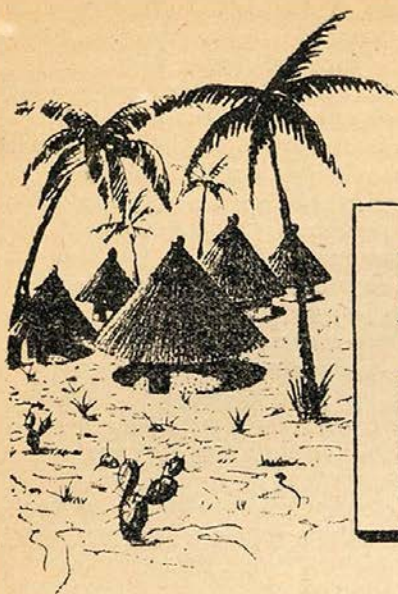
“E é pela sanha e orgulho soberano,  
Do Grande Avô Oceano.  
Que em nós a sede de ser livre é tanta  
Que o nosso amor não tem no mundo igual.  
Ninguém ama, luta, morre, ou canta  
Melhor que em Portugal.”

RIO, — 23 MAIO 1934.

*Fernanda de Bastos Casimiro*

## ANGOLA — Exportação de Cera





# PANORAMA

olhar e cuidar convenientemente da extraordinária mas dispersa e desaproveitada força moral do milhão e pico de *alpebrinhas* que por esse imenso mundo de Cristo andam perdidos e ao Deus dará...

## Sociedade União Portuguesa

Entre as sociedades portuguesas de beneficência e mutualismo existentes no Brasil e até no mundo lusitano, poucas, pouquíssimas mesmo haverá — se as houver — que se avantajem à *Sociedade União Portuguesa*, de Santos, não só pelos benefícios e auxílios que presta aos seus associados, como pela brilhante acção social que desenvolve no seio dos numerosos patrícios residentes na grande cidade santista, e que dessarte se sentem ligados a algo que lhes aviva o sentimento patriótico, lhes fala com ternura do berço natal e lhes recorda os seus deveres cívicos para com a Nação, que todos temos a obrigação de servir e à qual por múltiplas formas poderemos servir, erguendo para ela o melhor dos nossos pensamentos, seguindo sua evolução e demonstrando intrêpidamente a nossa inquebrantável confiança nos destinos de Portugal.

Ponhamos os olhos nos exemplos da França, realizando em Paris um congresso de que participaram delegados de 200.000 franceses do estrangeiro, e no qual foram tomadas resoluções de alta relevância; da Itália, que procura estreitar por mil modos as relações com os seus filhos expatriados e a quem não só facilita como estimula as visitas às terras doiradas do Lácio; da Alemanha, que, além de cuidar com extremo carinho dos alemães, tornando-os de tal sorte em efficientísimos agentes de propaganda, até chega a chamá-los ao seu seio para votarem nos plebiscitos; do Japão, que se esforça continuamente para aprofundar ainda mais nos filhos do país das cerejeiras o seu entranhado e vivo sentimento patriótico, e procuremos cumprir desde já a parte que nos toca nessa tarefa imperiosa e nêsse dever indeclinável, sem perdermos tempo à espera de auxílios tardios, como Bocage da última moda...

A *Sociedade União Portuguesa*, cujo prestígio cresce e aumenta dia a dia, pela sua larga acção mutualista, educativa e patriótica; pelos benefícios espirituais e materiais de que faz grande sementeira, graças ao seu numeroso quadro social, que já ascende à respeitável cifra de 15.000 indivíduos, é uma das instituições que melhores credenciais apresentam para exercer saliente papel de ligação quando em Portugal se resolverem a

## D. PEDRO IV

Que nos conste, não foi celebrado em Portugal o primeiro centenário da morte de D. Pedro IV, o *Rei Cavaleiro*, a quem, segundo Pinheiro Chagas, o Brasil deve a independência e a nossa Terra a liberdade.

Felizmente, no mundo não medra apenas a ingratidão, e a despeito do comodismo que é a característica dos tempos modernos, ainda há quem saiba cultivar todos aquêles altos sentimentos que dignificam os homens e honram as pátrias. E assim foi que, nesta cidade maravilhosa do Rio de Janeiro, em cujo seio D. Pedro I do Brasil e IV de Portugal passou os melhores anos da sua mocidade inquieta e vitoriosa, por iniciativa de duas colectividades de créditos firmados — o *Instituto Histórico* e o *Centro Carioca* —, o centenário da morte do real personagem, que tantas paixões e simpatias provocou no decorrer da sua curta mas fecunda existência, não passou ignorado, antes teve comemoração luzida e solene, reparando, esta Pátria magnífica, cujo futuro deslumbrante e anseios de liberdade êle soube inteligentemente descortinar e sentir, pela voz de um brasileiro ilustre, o Sr. Dr. Max Fleiuss, a injustiça que os portugueses cometeram, não levantando no dia 23 de Setembro o seu pensamento para aquêles Rei sonhador, que, depois de proclamar a independência do Brasil, garantindo-lhe com êsse rasgo destemido mas inevitável a integridade territorial do Amazonas ao Prata — o que constitue o grande, o justificado orgulho dos brasileiros, porque lhes pertence inteira e totalmente; de nós, porque é a maior glória e o melhor padrão do sistema português de administração ultramarina, — ainda foi levar a Portugal a liberdade, com a restauração da carta constitucional e a expulsão do indecoroso tirano e do odioso regime da força e do cacete.

Entre as manifestações a que o centenário da morte de D. Pedro IV deu ensejo, é, todavia, de toda a justiça salientar a conferência do Sr. Dr. Max Fleiuss, da qual, na impossibilidade de a transcrevermos na íntegra, vamos, com a devida vénia, reproduzir alguns tópicos, — os suficientes para os nossos leitores aquilatarem do brilhante trabalho do ilustre presidente do *Instituto Histórico do Rio de Janeiro*:

“Mas embora não de todo definida, a personalidade do fundador da monarquia brasileira, tem sido

glorificada ou hostilizada pela crítica unilateral, sem a imparcialidade indispensável para determinar-lhe a justa medida do seu valor.

Ninguém foi mais do que êle, alvo das mais altas provas de amor e entusiasmo populares, como das mais insultuosas manifestações, nos dois países que governou.

Recebeu-os, porém, com serena indiferença e perfeito conhecimento do torvelinho das paixões políticas e da inconstância dos homens. Se alguns dos seus críticos e biógrafos se obstinam a reduzi-lo a um títere da Independência do Brasil, manejado por José Bonifácio, Metternich ou Canning; outros procuram vê-lo, um Marte português; comparam-no a Bonaparte, a Bolívar; quando não o pintam sob as falsas cores de um príncipe político, trêfego, bulhento, ignorante, estouvado e sensual, um catavento, um espadachim, "um Pedro Malazarte", conforme a caricatura que dêle nos deixou, num momento de mau humor político, José Bonifácio.

Há em tudo isso, exagêro, e até injúria.

Calógeras, na sua *Formação Histórica do Brasil*, traçou-lhe, um retrato fiel nos seguintes traços:

"Hábil e inteligente, sabia intuitivamente muito mais do que se suspeitaria. Diplomatas europeus, que com êle trataram, reputavam-no acima do nível de seus conselheiros oficiais em assuntos internacionais, com a excepção única do marechal Brant. Possuía o senso da realidade, e era de bom parecer quando fóra do influxo de conselheiros subalternos de quilate inferior.

Era verdadeiramente liberal, no sentido preciso do vocábulo; embora criado em ambiente absolutista, nem sempre soubesse como provar seu liberalismo e por vezes se embaraçasse na escolha entre impulsos autocráticos e normas constitucionais. Tal conflito psicológico, permanente, explica as contradições e incoerências de sua curta vida de trinta e seis annos".

No sangue caldeado luso-hespanhol, no temperamento impetuoso de soluções bruscas, nos éstos do ideal

## “ACÇÃO COLONIAL”

A Exposição Colonial do Porto serviu de ensejo para que muitas publicações se apresentassem com números especiais, cada qual disputando para si a primazia. Está neste caso o número da *Acção Colonial* que temos presente, em que a competência e o espírito de iniciativa de Frederico Filipe, nosso dedicado correspondente na cidade do Porto, mais uma vez se manifestam e afirmam com grande amplitude, — tanto pelo texto, que é variado além de excelente, como pelo aspecto gráfico, muito atraente e cuidado.

Felicitando Frederico Felipe pelo notável êxito da *Acção Colonial*, aproveitamos esta oportunidade para lhe agradecer as boas palavras que a nossa obra sempre lhe merece, e bem assim para lhe manifestar o nosso contentamento pela transcrição dos artigos "*Do passado e do presente colonial*", pelo antigo Governador Henrique de Paiva Couceiro, e "*A minha concepção do Império Português*," pelo antigo Governador e Alto Comissário General Norton de Matos, ambos escritos expressamente para o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

de liberdade e de justiça, no cavalheirismo da bravura ou da generosidade até ao sacrificio — lembrava na metáfora de Alberto Pimentel *A Corte de D. Pedro IV* — "essas plantas silvestres que nascem sem cultura, que vivem sem resguardos, e que morrem crestadas pelo sol violento ou pelas geadas intensas".

D. Pedro detestava o alicicismo, a hipocrisia; amava a franqueza brutal, a rudeza da verdade, antes de tudo. Seu espírito pairava alto, sendo até um cultor da Música, o que prova o seu Hino da Independência, cujo autógrafo pertence ao Instituto.

Segundo o almirante Sir Napier, tinha à primeira vista, o ar de um homem bravo — *of a savage looking man* — e "ninguém melhor do que êle conhecia os próprios defeitos".

Um dos traços preponderantes do carácter de Dom Pedro é ainda além da coragem, a firmeza de resolução, tomada por vezes de chofre, como no caso do movimento de 1820, no Rio, ou demorada, assim nos successos do Fico, "a minha ficada", na sua própria expressão.

Evocando-lhe o serviço prestado ao Brasil por Dom Pedro com a proclamação de sua independência, exclama ANTONIO CARLOS, o velho:

"Este só serviço eminente, escrito em caracteres indeléveis na memória, te absolverá de toda a culpa no conceito do bom brasileiro, pesará tanto que no oceano do tempo, quando teus defeitos tiverem caído no fundo, êle sempre sobrenadará, para levar teu nome à mais remota posteridade, rodeado de glória e orvalho das lágrimas do reconhecimento do Brasil inteiro".

Sobre o herói do Fico, e da Independência, teve EVARISTO DA VEIGA estas palavras que mostram quem foi para o Brasil independente, grande e unido, o seu 1.º imperador constitucional:

"Si existimos como corpo de Nação livre; si a nossa terra não foi retalhada em pequenas repúblicas inimigas, aonde só dominassem a anarquia e o espírito militar. devemos-o muito à resolução que êle tomou de ficar entre nós, de soltar o primeiro grito de nossa Independência".

"E aquelas faltas, acrescenta ALFREDO VALADÃO, que depois da Independência, êle cometeu contra a liberdade, remiu-as, por fim, heróicamente, na terra de seu berço, livrando-a de horrível tirania, e em luta cujo resultado ultrapassava as fronteiras de Portugal".

"Vossa nobre conduta e vossa moderação, depois da vitória, podem servir de modelo a todos os povos do mundo" — dizia a Regência, em manifesto à Nação. Foram brandos e generosos, para com os vencidos: os protegeram contra a sanha dos exaltados.

O acto político da Abdicação, de intransigência na defesa das suas prerogativas constitucionais, foi inspirado na mais alta expressão de amor ao Brasil, sintetizado nas suas palavras históricas — *tudo para o Brasil* — do espírito, do sacrificio e da renúncia, que, para La Rochefoucauld, é a maior das virtudes humanas".

De longe, o coração saudável do filho, menino ainda de nove annos, Imperador do Brasil, endereçava-lhe a 2 de Setembro, sentidas linhas, balbuciadas na expressão da ternura infantil.

No paço de Queluz, com o seu parque e jardins antigos, entre os seus varandins e salões à sombra das

carvalheiras e buxos seculares, escoaram-se os folguedos da primeira meninice de Dom Pedro...

E agora, por antecâmara da morte, seus olhos reviam, — as cênas da vida do esguiu cavaleiro manchego, representadas nos medalhões.

Ao partir definitivamente dentre nós em 1831, Dom Pedro chorou ao divisar, pela última vez esbatendo-se, no horizonte longínquo o contorno azul das montanhas do Brasil.

Cerrando para sempre os olhos, a 24 de Setembro de 1834, sua derradeira visão fixava-se errante sobre os debuxos daquela sala de Dom Quixote — um sonhador da glória e do ideal, um reparador de injustiças...

Ele também um sonhador, um libertador de povos — e atravessando com o pensamento a vastidão do oceano iria fixar-se no Brasil, num último adeus de saudade aos filhos brasileiroinhos e ao Brasil inteiro, com as suas apoteoses de luta e de triunfo — o FICO, o YPIRANGA, a ACLAMAÇÃO, ao Brasil Constitucional que no centenário da sua morte vem erguer-lhe nesta Casa um preito de justiça — UM NOME ETERNO NOS PADRÕES DA HISTÓRIA”.

A homenagem promovida pelo “Centro Carioca” realizou-se junto à estátua de D. Pedro I, com a presença de representantes do Sr. Presidente da República, Srs. Ministros de Estado, Comandante dos Dragões da Independência, Instituto Histórico, Centro Alagoano, SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, etc.

## Congresso Afro-Brasileiro

O Congresso Afro-Brasileiro realizado, em Recife, de 10 a 15 de Novembro, no meio de uma expectativa de alto interesse e simpatia, foi um acontecimento de grande repercussão e relêvo, visto que tudo faz esperar que constitua o primeiro passo largo, tomando em conta o valor dos elementos que dêle participaram — médicos, professores universitários, advogados, jornalistas, magistrados e alunos das escolas superiores —, de uma marcha no sentido de ser estudada conveniente a influência exercida pelos africanos no Brasil. E dêsse estudo, que deverá ser metucioso e obedecer aos mais rigorosos métodos científicos, brotará, não o duvidamos, algo de simpatia e de carinho por êsse continêntê tão mal julgado e que se deixou sangrar com estóica resignação, no que êle tinha de mais caro, as suas popula-

“Se nós, os holandeses — diz Rykevorsel, citado por Alfredo Ellis Junior — houvéssemos dominado o Brasil, expulsando dele os portugueses, os brasileiros não existiriam. E’ que não poderíamos viver e prosperar no Brasil. Não suportaríamos o clima e degeneraríamos na segunda ou terceira geração”. “Rykevorsel responde, com um eloquente depoimento pessoal, aos lusófobos apressados, que malsinam, sem estudar nossa história, a excelência das nossas raízes raciais”.

DR. MENOTTI DEL PICCHIA

ções, em benefício e exclusivo proveito de outras terras, onde o esforço e trabalho dos pobres negros concorreram poderosamente para o milagre da florescente civilização e do alto grau de progresso que atingiram. “Para a formação dos Estados Unidos, do Brasil, das prósperas colônias inglesas, francesas, holandesas e espanholas, situadas em regiões onde o clima dificultava a fixação da raça branca, contribuiu em larguíssima escala o trabalho servil do negro que tornou possível a modificação das condições locais e criou os elementos indispensáveis à vida do branco”, — di-lo Homem Cristo num dos seus notáveis artigos sobre “*O Imperialismo e o Liberalismo*”. “Sem o trabalho do negro — é ainda o mesmo articulista quem fala — a transplantação da civilização europeia para a América, quando a ciência ainda não tinha criado instrumentos de trabalho nem os elementos de defesa sanitária de que dispõe a colonização moderna, teria custado verdadeiras hecatombes à raça branca. E’ uma verdade que deve ser ponderada na atitude mental e moral das nações dominadoras para com o negro.”

O Congresso Afro-Brasileiro, pelo carácter que assumiu e pelo valor dos trabalhos apreciados e discutidos, sem nenhuma oratória nem explosão demagógica ou sentimental, mas em voz de conversa e dentro a maior objectividade deste mundo, como assinalou o Dr. Gilberto Freire, um dos grandes animadores do conclave, representa um acto de justiça que assinalamos com o júbilo mais intenso, por isso que, se focaliza o estudo de problemas que muito nos preocupam, também enaltece e honra sobremaneira a mentalidade desempo-eirada e arrojada dos seus organizadores, muito dos quais ocupam postos de verdadeira culminância no dilatado panorãma cultural do Brasil.

Na sessão inaugural, que se realizou no “Teatro Santa Isabel”, literalmente cheio de personalidades da sociedade pernambucana, o Professor Ulisses Pernambuco abriu o certame com o seguinte discurso:

“Hoje é muito fácil discorrer, mesmo quando se o tem de fazer quasi de surpresa, sobre assuntos afro-brasileiros. *Casa Grande e Senzala*, o livro admirável que Gilberto Freire nos deu — êle tão brasileiro, nos costumes, no falar e nas inclinações, mas tão distanciado de nós no rigor da documentação, no espírito crítico e na clareza da interpretação dos factos — êsse livro, repito, salva todos os oradores em ocasiões como esta. Foi por sua influência que êste Congresso se reuniu e trouxe à plena luz do interesse público a importância sempre recalçada na maioria dos brasileiros, do factor africano em nossa formação.

A influência africana se infiltrou lentamente no Brasil, nos hábitos e costumes, mercê da intimidade em que viviam tantas escravos no seio da família patriarcal, na culinária em que êles enriqueceram tanto a minguada alimentação da colônia e no sangue principalmente que se pôde dizer que tosta tanto, em maior ou menor percentagem, a pureza ariana de tantos dos nossos glóbulos vermelhos.

Homem de confiança ou concubina do “Sinhô”, braço direito e tanta vez espia de “Sinhá velha”, iniciadora de “Yôyô” nos primeiros passos na vida, confidente e quasi irmã de “Sinhá moça” — em tudo e por toda parte o negro andou envolvido em nossa vida de família. Depois, já contagiados de suas crenças, de seus despachos e de seu catimbó, mais para de-

## **O ULTRAMAR E A ECONOMIA NACIONAL**

fender-nos de práticas que tínhamos que pelo simples espírito de atraí-los para a religião da maioria, dêmos-nos ao trabalho de deformar-lhes as crenças, perseguindo-as sistematicamente, impedindo-lhes a legitimidade de um culto que não compreendíamos, mas supersticiosamente recebávamos.

Para sobreviver às perseguições policiais, as práticas religiosas dos africanos, por estranha manifestação de mimetismo, deformaram-se, disfarçando-se, em catolicismo caricato e inexpressivo.

Este Congresso veio actualizar e justificar o interesse do problema da influência africana na formação brasileira, desde a constituição de nosso tipo antropológico à reactividade mórbida especial, no vestuário como na cozinha, nas crenças como na música, nas superstições, nos divertimentos e até na saúde...

É esta larga porta para pesquisas de todo género, do mais alto interesse para nós brasileiros, que vai ser oficialmente aberta pelo Congresso, que neste momento declaro inaugurado."

Ao Congresso foram apresentados os seguintes trabalhos:

Arte: — *Fizeram os negros teatro no Brasil?* — do Dr. Samuel Campello; *Receitas de quitutes afro-brasileiros*, da Ialorixá Santa e Babalorixá Oscar; *Notícia da pintura e da escultura religiosa entre os negros*, de Gonçalves Fernandes; *O negro na musica do Nordeste*, de Diegues Junior.

Psicologia Social: — *Os cultos afro-brasileiros de procedência bantú* de Arthur Ramos; *Calungas de Maracatus*, do professor Mario de Andrade.

Sociologia: — *A Inglaterra e o tráfico e A abolição e suas causas*, de Jovelino Camargo Junior; *Situação do negro no período holandês*, de Gonçalves de Mello Netto; *O trabalhador negro no tempo do banguê, comparado com o trabalhador negro no tempo das usinas de açúcar*, do trabalhador negro do engenho "Raiz", Jovino de Oliveira; *A República dos Palmares*, de Mario Melo; *O negro na História de Alagoas*, de Alfredo Brandão; *Situação do negro no Brasil*, de Edson Carneiro; *O negro no folklore e na literatura do Brasil*, de Renato Mendonça.

Antropologia: — *O recém-nascido negro, branco e mulato*, de J. Robalinho Cavalcanti; *Contribuição ao estudo do Índice de Lapique*, de Bastos de Avila.

Etnologia: — *Influências africanas na formação etnológica do brasileiro*, de Rodrigues de Carvalho; *O negro como factor étnico e económico do povo brasileiro*, de João Aureliano.

Houve também uma curiosa exposição de arte afro-brasileira, anexa ao Congresso, e que foi inaugurada pelo Sr. Nóbrega da Cunha, brilhante jornalista e distinto inspector geral do ensino secundário, que fez, a propósito, interessante palestra em que assinalou os pontos de contacto entreo primitivismo das concepções artísticas dos africanos e os arrojados movimentos vanguardistas que se desenvolvem em todos os países.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO expediu nessa altura o seguinte telegrama:

"Presidente Congresso Afro-Brasileiro — Recife.

Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro calorosamente saúda, felicita e louva illustres representantes alta mentalidade do Brasil e eminentes realizadores vitorioso Congresso Afro-Brasileiro.

*Dôres Gonçalves — Presidente"*

Na sala "Algarve", da Sociedade de Geografia de Lisboa, e por iniciativa da Associação Comercial dos Droguistas do Sul de Portugal, que de forma tão patriótica comemorou o 46.º aniversário da sua fundação, efectuou o Sr. Dr. Nuno Simões, no dia 12 de Julho p.p., uma conferência unânime aplaudida e classificada de excepcionalmente notável, não só pelo excelente método seguido pelo ilustre orador, como pela amplitude e profundidade da construção do seu admirável plano de integração perfeita e harmónica das economias metropolitana e ultramarina.

A proposito do singular trabalho do antigo Ministro do Comércio e nosso insigne sócio honorário, — expressão moça e vitoriosa de dinamismo e de capacidade realizadora —, tivemos a satisfação de ler no "Janeiro", entre muitas outras, as seguintes palavras de justificado louvor:

"Com mão forte dispôs um a um todos os materiais, de facto existentes, para o soerguimento de uma obra possível e de resultados seguros. Palavras, disse as indispensáveis. Números, trouxe os que eram precisos. O trabalho revela saber, muito estudo, grande inteligência, mas acima de tudo, equilíbrio, homogeneidade, e sentido perfeito das realidades. Visão de conjunto perfeita e a criação do seu sistema de ajustamento do conjunto de todos os interesses nacionais confirma as suas altas qualidades de homem de Estado.

"Os estudiosos, os inteligentes, por si, nos seus gabinetes, que compõem as várias concepções do problema. Que julguem os seus autores. Que sigam e aplaudam o trabalho que mais eficiência ofereça. É dever cívico dos homens com responsabilidade, mostrarem ante o país como, em seu entender, devem ser resolvidos os problemas fundamentais da Nação. O Dr. Nuno Simões soube cumprí-lo bem. A tésse que defendeu precisa ser difundida, espalhada largamente. Foi um bom augúrio e um trabalho notável que, se honra o seu autor, mais honra ainda a Nação inteira. Bela noite, e magnífica afirmação de um grande talento..."

A sessão foi presidida pelo Sr. Dr. Manuel Joaquim Correia, servindo de secretários os Srs. Coronel Lopes Galvão, digníssimo secretário geral da Sociedade de Geografia de Lisboa, e Carvalho da Fonseca, que fez o rasgado e justo elogio do talentoso conferencista, como economista, escritor e homem de leis.

### **REVISTA MILITAR**

Continuamos a receber com toda a regularidade esta excelente revista de técnica e altos estudos militares, que é, sem dúvida, um dos melhores padrões de honra das nossas classes armadas, e à qual emprestam neste momento muito do seu saber e do seu patriotismo, entre outros, os illustres oficiais, Srs. General Ferreira Martins, Coronel Pires Monteiro, Tenente-Coronel Costa Junior e Major Nascimento de Moura.

A' REVISTA MILITAR, que já vai triunfantemente no seu 86.º ano de honrosa e activa existência, desejamos uma marcha cada vez para mais alto e para a frente — caminhando assim, lado a lado da causa eterna que vem servindo de modo exemplar: vigília de armas e de estudo em pról da Pátria.

## ANTONIO CORREIA DE FREITAS

Se não estamos em êrro, nem um só jornal de Moçambique e Angola, deixou, até hoje, de referir-se com os mais lisonjeiros encômios e os mais honrosos aplausos à grandiosidade do nosso programa, à elevação dos nossos propósitos e à rigorosa fidelidade com que lhes vamos dando execução e cumprimento. O *Lobito*, foi, porém, e sem desprimor para nenhum dos seus colegas, um dos que primeiro e com entusiasmo maior vieram ao nosso encontro, a saüdar-nos, a aplaudir-nos e a incentivar-nos com aquele ardor e aquele patriotismo vigilante que, a par de um entranhado amor à terra portuguesa de Angola, — dessa Província de Angola, sepultura de heróis e mártires, seára dos séculos, de que vem renascendo Portugal, para sobreviver a si mesmo e celebrar eternamente a glória dos *Lusiadas*, segundo o Dr. Hipolito Raposo —, são os traços predominantes da personalidade do brilhante jornalista António Correia de Freitas, que durante bastante tempo exerceu o cargo de director de *O Lobito*, e cuja direcção por motivos deploráveis foi forçado a abandonar



(CORREIA DE FREITAS, VISTO PELO LÁPIS DE ROBERTO SILVA, ARTISTA ANGOLANO)

António Correia de Freitas tève à frente de *O Lobito* — jornal a quem saüdámos cordialmente pelo transcurso do seu quarto aniversário, ocorrido em 4 de Agosto — uma actuação destacada e brilhante e não poucos dos seus artigos causaram larga repercussão em Portugal, em cuja imprensa eram transcritos a miúdo.

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, aproveita o ensejo do seu regresso a Angola, para o cumprimentar e lhe augurar as felicidades a que tem direito por seu patriotismo e amor ao Império Português.

## DR. MANUEL DE BRITO CAMACHO

Quando nada mais houvesse resultado da sua nomeação para o cargo de Alto Comissário da República em Moçambique, bastaria a série de livros que o Dr. Brito Camacho escreveu, inspirado pelo continente negro — *A Caminho de África*, *Terra de Lendas*,  *Pretos e Brancos*, *Gente Bóer*, *Moçambique e Contos Selvagens*

— para todos nós bendizermos e louvarmos o acto do Governo que o convidou a ir administrar aquela nossa província da costa oriental da África.

Mas não foi como escritor cintilante que o nomearam para êsse alto pôsto, e sim para lhe aproveitar os méritos de estadista e a capacidade de trabalho em benefício da Nação, ao mesmo tempo que lá fóra ficavam a saber que a administração ultramarina merecia tal atenção e cuidados em Portugal, notadamente a respeito de Angola e Moçambique, que se destacava para governar esta última província uma das figuras mais prestigiosas do regíme, um antigo Ministro, que era simultâneamente o chefe ilustre e acatado de uma valorosa agremiação partidária.

À acertada escôlha, e aos fins que a mesma tivera em vista, correspondeu o chefe da União Rêpublicana com uma obra que se impôs pela moralidade e clarividente solução de todos os problemas administrativos, de colonização e fomento que teve de enfrentar e resolver, e que pode servir de exemplo, tanto aos homens de hoje como aos de amanhã. Era e foi tôda a vida um puro e autêntico varão de Plutarco, que da Nação só quis o bem e a felicidade colectiva e da qual nunca recebeu senão aquilo que entendia justo e não o que a lei por vezes lhe conferia, como no seguinte episódio, que merece registo e divulgação, contado por Braz Burity nas colunas de "*O Primeiro de Janeiro*", de 30 de Setembro, dez dias após o falecimento do Dr. Brito Camacho.:

"Farto de se não entender com brancos, nem mesmo em terra de pretos, Brito Camacho, um dia, entregou o govêrno ao seu substituto legal, comprou passagem no primeiro paquete e abalou para a Metrôpole.

Apresentou-se no Ministério das Colónias, cumpriu tôdas as formalidades burocráticas e pediu a demissão.

Deram-lha, mas passaram meses e meses sem que fosse nomeado o Alto Comissário que deveria suceder-lhe e quando, muito tempo depois, lhe nomearam o sucessor — pela Contabilidade de Moçambique quizeram pagar-lhe todos os vencimentos a que, como Alto Comissário, tinha direito até a nomeação do que lhe sucedia — e, dessa data em diante, como Alto Comissário, ficava vencendo, assim uma coisa como 333 libras mensais...

Brito Camacho opôs-se a receber um real que fosse — dêz que saíra de Lourenço Marques e deixára o Governo.

Mandaram-lhe o dinheiro — uma cabazada de contos — devolveu-os e nunca, por mais que teimassem e insistissem, nunca, o aceitou, nem às boas nem às más, na obstinada teimosia de recusar sempre aquêde dinheiral todo que, à face da lei era honrada, lisa e limpamente seu e muito seu...

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, que tiuha pelo Sr. Dr. Brito Camacho o mais profundo respeito e a mais alta admiração, deplora com comoção e tristeza a sua morte, que representa uma daquelas perdas que se podem considerar de irreparáveis, ao mesmo tempo que apresenta à Exm.<sup>a</sup> Família do ilustre extinto, a expressão sincera do seu vivo pesar.

# INCO TFC. II A IRR II CO

## DR. NUNO SIMÕES

**E**M cumprimento do que havia sido deliberado pelos anteriores corpos directivos da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, realizou-se no dia 5 de Novembro a solenidade para a inauguração, na séde social desta colectividade, do retrato do ilustre economista e distintissimo homem público português, nosso eminente sócio honorário, Sr. Dr. Nuno Simões.



DR. NUNO SIMÕES

Solenidade singela e sem europeis, mas tocante e sentida pela simplicidade e pela intenção que a ditou, — pura, espontânea e desinteressada como as que mais o são e à qual se associaram não só todos os membros da Assembleia Geral, Directoria, Conselho Fiscal e associados, como ainda o Sr. Ilídio Nunes, na dupla qualidade de representante da *Casa do Minho* e de velho e querido amigo do nobre homenageado.

Em primeiro lugar, e logo após o descerramento do retrato de S. Ex.<sup>a</sup>, o presidente da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO e membro da comissão redactorial deste BOLETIM, Sr. Francisco das Dôres Gonçalves, usou da palavra para dizer que são tantos e tão valiosos os favores dispensados pelo Sr. Dr. Nuno Simões à colectividade a que ele, orador, tem a honra de presidir, tão constante, vivo e ardoroso é o empenho dêsse antigo Ministro do Comércio e notável economista, que pela clarividência, saber, inteligência, capacidade de estudo, observação e trabalho honra sobremaneira a tradição cultural dos homens públicos de Portugal, em ser-lhe útil e prestativo, que seria rematada vaidade pensar em retribuir semelhantes serviços e favores com a inauguração do seu retrato, que acabava de ser efectivada, não apenas como preito de gratidão de quantos se acham filiados na SOCIEDADE LUSO-AFRICANA, mas também como testemunho a todos aquêles que entrarem ali, de que a nossa obra — a campanha de exortação lusíada desta colectividade — é acompanhada, por um dos maiores valores intelectuais e morais do Portugal contemporâneo, com um carinho,

uma simpatia e uma dedicação sem limites e acima de quaisquer agradecimentos e louvores.

“O Sr. Dr. Nuno Simões é daqueles raros homens que assombam pela actividade que desenvolvem, seja qual fôr o ângulo pelo qual o encaremos. A sua actuação em pról dos mais altos e permanentes interesses nacionais é simplesmente extraordinária, verdadeiramente prodigiosa, não apenas pelo afinco, assiduidade e vigilância sem tréguas, mas, por igual, pela agudeza do raciocínio, brilho da linguagem e concisão dos conceitos, — fruto de longos, pacientes e demorados estudos dos magnos problemas da actualidade, quer económicos, quer políticos, quer sociais, servidos por uma inteligência inquiéta e luminosa”.

“Esta homenagem, repito, que ora prestamos ao Sr. Dr. Nuno Simões, inaugurando-lhe o retrato, é mais que modesta, bem o sei, perfeitamente todos nós o sabemos, é insignificante, mas tem para nós o altíssimo valor, como há poucos instantes acentuei, de atestar aos que penetrarem doravante nesta sala que o programa de fé, de exortação e propaganda a que metemos ombros, encontrou sempre nêsse português insigne pelo civismo, saber, ardor patriótico e altos talentos, a mais irrestrita e animadora dedicação. S. Ex.<sup>a</sup>, pelos seus actos e manifestações de incitamento é, de há muito, o nume tutelar da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO”.

Em seguida, coube a vez ao Sr. Ilídio Nunes de se associar com palavras brilhantes e expressões as mais honrosas, em seu nome pessoal e na qualidade de representante da *Casa do Minho*, quer para a preclara figura do homenageado, cuja existência vitoriosa descreveu, porque a vem acompanhando desde os mais tenros anos, desde os bancos da escola, quer para a SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, a qual, em seu entender, muito se dignificava com o acto de justiça e gratidão que acabava de praticar.

E com uma salva de palmas, quente e apoteótica, se epilougou esta espontânea e festiva solenidade.

## JANTAR DE SOLIDARIEDADE

Comemorando a data histórica da Restauração da Independência de Portugal, realizou-se no *Silvestre Palace Hotel*, em 1.º de Dezembro findo, um jantar de homenagem e solidariedade à Directoria da SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, oferecido pelos associados e promovido por uma comissão composta pelos Srs. Henrique E. N. Santos, Antéro de Faria e Adelinio Domingues Maia.

Ao champagne, brindaram: a Sra. Dr.<sup>a</sup> Fernanda de Bastos Casimiro, como presidente, e os Srs. Drs. Bertho Condé e Evaristo de Moraes, o primeiro oferecendo o banquete em nome da comissão organizadora, pronunciando um impolgante improvisado em louvor dos ideais pan-lusitanos, e o segundo um discurso cheio de altos conceitos e de afirmações como esta: *Portugal sem o concurso material dos africanos não teria lançado e conso-*

*lidado os alicerces da sua maior obra, que é o Brasil, este meu país imenso que vai do Amazonas ao Chuy. Portanto, é de inteira justiça que dê à África tudo quanto em suas joias carib, em resgate de uma dívida que é sagrada.*

Pela Directoria, falou o Sr. Francisco das Dôres Gonçalves, agradecendo tão significante homenagem, e ainda o redactor deste Boletim, levantando um brinde em honra do Sr. Dr. Nuno Simões e de todos os sócios correspondentes da SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, dentro e fóra do mundo português.

## **HORAS PORTUGUESAS**

Os Srs. António Castro e Genaro Gama, distintos directores do Programa Radiofónico *Horas Portuguesas*, concedendo a esta colectividade dez minutos em suas irradiações semanais, para, durante ôsse espaço de tempo, ser feita pelo microfone a propaganda de Portugal Ultramarino, não só merece louvores como os aplausos mais sinceros e calorosos, além de um registo em que se assinalé particularmente, o seu acto expontâneo e desinteressado.

A propaganda através do rádio tem uma eficiência e uma projecção notórias demais para neccssitar de encómios, e por essa razão nos limitamos a consignar o facto, para conhecimento geral do relevante serviço que à causa do pan-lusitanismo estão prestando os directores de *Horas Portuguesas*, — irradiações da música e do fol-clore da nossa terra, sempre ouvido com agrado.

Até hoje já falaram ao microfone da Radio Sociedade Guanabara—P. R. C. 8—a Sra. Dr.<sup>a</sup> Fernanda de Bastos Casimiro e os Srs. Dr. Bertho Condé, Francisco das Dôres Gonçalves, António Amorim, Bernardino Casimiro e Afonso de Melo Botelho.

## **CENTRO TRASMONTANO**

Retribuindo a visita de cordialidade que a SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO lhe havia feito, esteve recentemente na séde social desta colectividade uma delegação da Directoria daquela brilhante agremiação regionalista.

Foi um encontro feliz em que reinou sempre o mais franco espirito de fraternidade, e que serviu de ensejo a novas manifestações de simpatia e estima mútuas entre as duas colectividades, — manifestações que estreitaram ainda mais os laços de solidariedade pan-lusitana que desde há muito as fez companheiras de jornada e paladinas da mesma causa.

## **EM VIAGEM**

A bordo do S/S "Monte Rosa", seguiu no dia 28 de Novembro, com destino a Portugal, afim de passar as festas do Natal e Ano Novo com sua Família, o nosso jovem e dedicado consócio, Sr. António Nilo Borges, a quem auguramos boa viagem e feliz regresso.

\* \* \*

Depois de larga vilegiatura em Portugal, acaba de regressar a esta cidade o nosso distinto amigo e antigo vice-presidente da Sociedade Luso-Africana, Sr. Carlos de Castro Moura Fontes.

Os nossos cumprimentos.

## **BOLETIM**

Afim de correspondermos à simpatia e aos aplausos com que tem sido recebido o BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, vamos, a começar do próximo numero, remodelá-lo inteiramente no seu aspecto gráfico, melhorando-o ainda na qualidade do papel, que será *Buffon*, de sorte a imprimirmos-lhe uma feição de acentuado modernismo e mais consentânea com o alto valor da colaboração com que tem sido honrado.

Supérfluo será dizer que, para tanto, temos de forçar os limites das nossas possibilidades, por isso que é público e por todos reconhecido o claro propósito dos nossos esforços, e por sobre a obra da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO, não paira, nem pairou nunca, a sombra ainda a mais leve de quaisquer interesses materiais.

\* \* \*

Todos os trabalhos e serviços em que importa o BOLETIM da SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO são realizados nas horas de lazer dos membros da sua comissão directiva, o que explicaria a demora com que o presente número sai a público, mesmo sem o facto de ter sido dado à estampa o número da Exposição Colonial, que sobrearregou de trabalho os seus organizadores e de encargos esta colectividade.

\* \* \*

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO aceita e antecipadamente agradece tôda colaboração que lhe fór remetida e à qual será publicada em seu BOLETIM — órgão independente ao serviço da Grei e da Nação; desde que se trate de trabalhos originais e que se enquadrem nos altos objectivos do pan-lusitanismo.

\* \* \*

A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO espera de quemquer que transcreva na íntegra ou em excerptos os trabalhos aparecidos no seu BOLETIM a gentileza que desde já agradece, de indicar a competente procedência.

\* \* \*

A partir do próximo número apreciaremos os livros que recebermos em duplicata. Daquêles que nos enviarem apenas um exemplar, faremos, simplesmente, o registo da sua recepção.

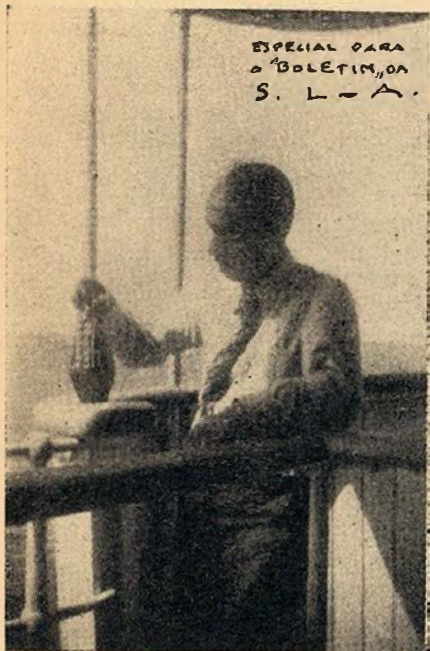
\* \* \*

Em nossa séde — no Edificio 13 de Maio, — compram-se exemplares dos números I, III, IV e V do BOLETIM DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.



## **CORREIA DIAS**

Correia Dias, o artista primoroso que todo o Rio de Janeiro culto estima e justificadamente admira, já se encontra de novo entre nós, depois da viagem de recreio e repouso que realizou a Portugal, em companhia de sua Exm.<sup>a</sup> Esposa, D. Cecília Meireles, a grande poetisa que triunfou nos mais exigentes círculos culturais portugueses, conquistando, com as conferências que efectuou em Lisboa e Coimbra, as mais honrosas e expressivas simpatias para as letras femininas do Brasil actual. E' que Cecília Meireles, pela sua probidade mental, pelos seus altos sentimentos de brasilidade, pela amplitude da sua inspiração foi recebida



Correia Dias, no momento em que ia lançar ao mar a mensagem que, dentro de uma garrafa e de bordo do "Cuyabá", dirigiu ao seu querido amigo e altíssimo poeta, Capitão Augusto Casimiro, ao passar em frente de Cabo Verde.

em Portugal com as honras devidas a uma embaixatriz da inteligência feminina brasileira, muito embora se não apresentasse com essas credenciais, para de nenhum modo ser confundida com as mediocridades clamorosas que nos últimos tempos surgiram, cá e lá, para explorar a rendosa indústria — e tanto mais rendosa quanto é certo ser a única indústria que não paga impostos — do intercâmbio luso-brasileiro.

A D. Cecília Meireles as respeitadas homenagens da SOCIEDADE LUSO-ÁFRICANA DO RIO DE JANEIRO, e a Correia Dias, nosso dedicado consócio, um grande abraço.

---

**No próximo número As Missões Religiosas Ultramarinas e as Leis da República Portuguesa pelo P. e J. Alves Correia.**

## **DEPOIS DE MIM... O DILUVIO**

É apenas uma phrase, felizmente insincera, porque a idéa é monstruosa. Não ha, não pode haver ente racional que se despreocupe da esposa e dos filhos, que ficarão no mundo quando para o chefe de familia chega o dia de partir para a viagem eterna.

Quem velará por elles?

Quem promoverá os recursos para casa, alimento, roupa e educação dos menores?

Quem ajudará a viuva a ganhar a vida?

O Seguro de Vida suppre dinheiro para occorrer as necessidades da familia, no dia em que o "ganha-pão" desaparece.

**SUL AMERICA**

Companhia Nacional de Seguros de Vida  
Rio de Janeiro

## **NOVOS SOCIOS**

Durante os meses a que se refere este Boletim, foram admittidos os seguintes sócios:

### **PROTECTORES:**

- ANTÓNIO RIBEIRO, de Benguela e  
ANTÓNIO GOMES CARNEIRO, de Mossâmedes, propostos por Manuel Quintans de Lima Braga.  
JOSÉ MANUEL DA SILVA LAMEIRA, da Guiné.  
BRUNO PEREIRA CARDOSO, de Lourenço Marques.  
JANUÁRIO FERREIRA LOPES MARQUES, de Lourenço Marques.  
JOAQUIM ALVES DA FONSECA, de Recife.  
CANDIDO BALTAZAR DE ALMEIDA, de Recife.  
A. J. DE SOUSA ALVES BRASÃO, de S. Paulo.  
ANTONIO MENDES GALVÃO, de Araçatuba e  
AVELINO MOURA, de S. Paulo, propostos por António de Sousa Amorim.  
ALFREDO AUGUSTO VIEIRA DA CRUZ, de Formiga, proposto por António Ferreira Tavares.  
A. B. RAMALHO DE SEABRA, de S. Paulo e  
ANTONIO RIBEIRO DE ALMEIDA, de S. Paulo, propostos por Joaquim S. Marques.  
EVARISTO LUGÓ, de S. Paulo e  
ANTÓNIO DE PAIVA FOZ, de S. Paulo, propostos por Benjamin de Oliveira Manaia.  
JACINTO AGOSTINHO CORREIA, de S. Paulo, proposto por Manuel Duarte.  
ALFREDO MENDES DA SILVA, de Santos, proposto por Antonio Ferreira Nunes.  
DR. ANTÓNIO DE SOUSA SOBRINHO e  
DR. ANTÓNIO AUGUSTO FERNANDES, de Quelimane, propostos por José da Silva Gonçalves.  
FRANCISCO LAMEIRÃO, de S. Paulo, proposto por Antero de Faria.  
ALBANO BASTOS de S. Paulo e  
FRANCISCO DIAS COSTA, da Baía, propostos por Alamiro Andrade.

JOSÉ MARIA TEIXEIRA e  
 AUGUSTO RODRIGUES, de S. Paulo, propostos por An-  
 tônio Carlos da Silva Reis.  
 AGOSTINHO VICENTE, SEBASTIÃO FIGUEIREDO e  
 JOSÉ BALTAZAR DA COSTA, propostos pelo Dr. Antônio  
 Augusto Miranda.

**ACTIVOS:**

JOÃO RODRIGUES DE OLIVEIRA, proposto por Carlos  
 Leite de Sousa.  
 BERNARDO MOREIRA PEIXOTO,  
 SÉRGIO CORREIA DIAS,  
 MANUEL DA CUNHA e  
 JOSÉ FERREIRA, propostos por Antônio Fernandes  
 Junior.  
 JOAQUIM ANDRADE e  
 PEDRO COUTO, propostos por Antônio Ferreira Tavares.  
 J. SARAIVA, proposto por Antero de Faria.  
 ANTÔNIO DA SILVA DUARTE,  
 ALFREDO BRAZ,  
 CONDE PINHEIRO DOMINGUES,  
 GERMANO JOAQUIM DE PAIVA e  
 ANTÔNIO JOSÉ DAS NEVES, propostos por Alamiro An-  
 drade.  
 AMÂNDIO ALVES,  
 JOAQUIM QUEIRÓS,  
 ANTÔNIO GONÇALVES SILVANO,  
 ILÍDIO QUEIRÓS,  
 ANIBAL TEIXEIRA e  
 FRANCISCO FERREIRA RAMOS, propostos pela Dr.<sup>a</sup> Fer-  
 nanda de Bastos Casimiro.  
 FRANCISCO PEREIRA CAMPOS, proposto por Adelino  
 Maia.  
 JOAQUIM RIBEIRO DE ALMEIDA, proposto por Antônio  
 Lopes dos Santos.  
 JOSÉ LUIS e  
 JOSÉ AUGUSTO BORDALO, propostos por Armando Gar-  
 cia Leite Ferreira.  
 JOAQUIM MATIAS,  
 ALBANO ROBALO,  
 HENRIQUE GERMANO DE FARO JUNIOR,  
 JOAQUIM FREIRE e  
 LEANDRO LOPES DE OLIVEIRA, propostos por Antônio  
 de Sousa Amorim.  
 BENJAMIM FRANCISCO DA COSTA, proposto por Do-  
 mingos José Veloso.  
 JOAQUIM LIMA, proposto por Mário de Sousa Soares.

ARMANDO RODRIGUES MALHÃO, proposto por Benja-  
 mim Francisco da Costa.  
 JOSÉ BAPTISTA DA TORRE, proposto por Francisco das  
 Dôres Gonçalves.  
 LUIS LOPES SARAIVA, proposto por Bernardo Moreira  
 Peixoto.  
 MANUEL JÚLIO RIBEIRO e  
 AMÉRICO DA COSTA FERREIRA, propostos por Augusto  
 Cezar Coelho da Costa.  
 MANUEL JOAQUIM TEIXEIRA, proposto por Anibal  
 Teixeira.  
 RODRIGO DE SOUSA FERREIRA, proposto por Afonso de  
 Melo Botelho.

Quadro demonstrativo do movimento de sócios  
 durante os meses de Agosto a Dezembro

CATEGORIAS	Exist. em 31-3-34	Admitt- dos	Elimina- dos	Demitt- dos	Exist. em 31-7-34
Activos.....	368	37	17	17	371
Auxiliares.....	(1) 4	0	0	0	4
Bemfeitores.....	0	0	0	0	0
Beneméritos.....	0	0	0	0	0
Delegados.....	(2) 1	0	0	0	1
Cooperadores.....	9	1	0	0	10
Correspondentes...	35	1	0	0	36
Honorários.....	5	1	0	0	6
Protectores.....	79	27	2	4	100
Remidos.....	0	0	0	0	0
<b>Total em 31-7-934..</b>	<b>501</b>	<b>Total em 31-12-934</b>			<b>528</b>

- (1)— Sociedade União Portuguesa-Santos-S. Paulo.  
 Sociedade de Beneficencia 1.º de Janeiro.  
 Associação dos Velhos Colonos de Moçambique e  
 Camara de Comércio de Lourenço Marques.  
 (2)— Joaquim S. Marques, em S. Paulo.

**BRASÕES DAS PROVÍNCIAS ULTRAMARINAS**

Depois de publicado o pretérito número des-  
 te **Boletim** vimos in-“Mundo Português” que o  
 projecto do Sr. Afonso de Ornelas sôbre os bra-  
 sões das Provincias Ultramarinas sofrêra algu-  
 mas alterações, de modo que agüardamos a sua  
 aprovação official para, então, os voltarmos a  
 publicar, em suas cores e desenhos definitivos.

**SERRARIA GONZALEZ**

**ESPECIALIDADE EM PINHO DO PARANÁ  
 CAIXAS DESARMADAS**

**Fernandes Gonzalez & C.º**

**Rua Francisco Eugenio, 81  
 Tel. 28-5469 + + End. Tel. FERGONLEZ  
 RIO DE JANEIRO**

**INDUSTRIA DO LIVRO**

(Antiga casa—A ENCADERNADORA)

**J. de Oliveira Telles**

**PAPELARIA—ENCADERNAÇÃO—TIPOGRAFIA**

Encadernações simples e de luxo  
 Albuns, Pastas, Carteiras de identidade  
**LIVROS PARA ESCRITURAÇÃO**

Impressão de livros científicos, didáticos e literários.  
 Têses, catálogos, estatutos, etc.

Participações, programas de festivais, cartões de visita,  
 talões, recibos e todo o género de impressos comerciais.

**RUA SÃO JOSÉ, 35 — Tel. 23-0804  
 RIO DE JANEIRO**

CALÇADO  
**FOX**  
o MELHOR DO MUNDO

Para sua garantia  
exija na sola,  
estampado a fogo,  
êste carimbo



**METALURGIA**

**L. B. de Almeida & Cia.**



Casa fundada em 1881

**Fábrica de Cofres e Fogões PROGRESSO**  
**IMPORTAÇÃO - EXPORTAÇÃO**

Cofres á prova de fogo, Portas de aço ondulado,  
Fogões económicos a Lenha, Carvão e Gaz, Fundição de Ferro, Bronze e Alumínio,  
Depósito de Ferro e Chapa de qualquer bitola, Vigas de Aço para Construções.

Secção Galvanoplástica de Nickel, Prata, Cobre e CROMO.

Artigos Odontológicos e Cadeiras para Barbeiro e Dentista (Marca Patentada).

Pintura a Duco em qualquer côr.

ESCRITÓRIO E OFICINAS

**RUA DOS ARCOS 28 a 42**

End. Telegráfico: COFRE — Códigos: Ribeiro e Samuel

Telefones { Escrit. 22-1342  
              { Armaz. 22-0409